

Jennifer Morel Hartmann

**TRANSIÇÕES E RESISTÊNCIAS:
EMPREGABILIDADE DE MULHERES TRANS E TRAVESTIS
EM FLORIANÓPOLIS**

Dissertação submetida ao Programa de
Pós-graduação em Sociologia Política
da Universidade Federal de Santa
Catarina para a obtenção do Grau de
Mestra em Sociologia Política
Orientadora: Prof. Dr.^a Maria Soledad
Etcheverry Orchard

Florianópolis
2017

Ficha de identificação da obra elaborada pela autora, através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Hartmann, Jennifer Morel
Transições e resistências : empregabilidade de
mulheres trans e travestis em Florianópolis /
Jennifer Morel Hartmann ; orientadora, Maria
Soledad Etcheverry Orchard - SC, 2017.
151 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de
Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Política, Florianópolis, 2017.

Inclui referências.

1. Sociologia Política. 2. Gênero. 3. Travestis.
4. Mulheres trans. 5. Empregabilidade . I. Orchard,
Maria Soledad Etcheverry. II. Universidade Federal
de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em
Sociologia Política. III. Título.

Jennifer Morel Hartmann

**TRANSIÇÕES E RESISTÊNCIAS: EMPREGABILIDADE DE
MULHERES TRANS E TRAVESTIS EM FLORIANÓPOLIS**

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de mestre
e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-graduação em
Sociologia Política

Florianópolis, 17 de março de 2017.

Prof.^a Dr.^a Márcia Grisotti
Coordenadora do Curso

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Maria Soledad Etcheverry Orchard
Orientadora

Prof.^a Dr.^a Maria Juracy Filgueiras Toneli
(Membro)

Prof.^a Dr.^a Juliana Cavilha Mendes Losso
(Membro)

Prof.^a Dr.^a Júlia Silvia Guivant
(Membro)

AGRADECIMENTOS

Durante as muitas leituras de dissertações de colegas me pegava pensando em quem eu agradeceria primeiro. A verdade é que, apesar de ser um trabalho solitário na maior parte das vezes, ele não seria possível sem o apoio, presença, sugestões e doação de tempo de muita gente.

Primeiro de tudo, gostaria de agradecer as minhas entrevistadas, sem a contribuição de suas histórias e seu tempo, muitas vezes raro, essa dissertação não teria sido possível. Agradeço à Kelly Vieira Meira, pela primeira conversa, antes das entrevistas, à Lirous Kyo Fonseca, diretora da ADEH, que me indicou boa parte das entrevistadas e que sempre esteve disponível para conversas, mesmo com o tempo escasso e a Christian Pedro Mariano por também ter me ajudado com indicação de entrevistas. Agradeço todas as pessoas trans que conversaram comigo nesse último ano, por dividirem suas perspectivas de vida comigo, em especial Laura Martendal, a responsável por abrir meus olhos para uma realidade desconhecida até então. Sem todas vocês não só essa dissertação não aconteceria, mas a vida das pessoas trans de Florianópolis seria muito diferente.

Agradeço à minha orientadora, Maria Soledad Etcheverry Orchard, por todas as conversas, sugestões, e principalmente, por estar sempre aberta a mudanças no meu trabalho e a diferentes perspectivas teóricas e também de vida.

Á Luísa Bonetti e Raphael Sansonetti, colegas de núcleo, pelas conversas e pontuações sempre pertinentes. Luísa por ter colocado o meu trabalho nos trilhos naquela aula de seminário de pesquisa e Raphael por ter compartilhado momentos importantes durante a ALAST.

Às minhas amigas e colegas de mestrado Natália Oliveira, Mariana Bastos e Treicy Giovanella, pelas crises compartilhadas, leituras atentas e sugestões dadas em momentos cruciais. Pelas sugestões e leituras de Tiago Mena, Débora Previatti e Felipe Franke, agradeço imensamente.

Meu companheiro Renato, que desde o momento em que me inscrevi para o mestrado me mostrou todo o seu apoio, aguentou momentos de ansiedade, tristezas e desmotivações e com seu suporte me ajudou a aguentar momentos difíceis me motivando a continuar. Obrigada pelo seu amor e apoio incondicional.

Agradeço à CAPES, pelo financiamento, que foi essencial para a realização dessa pesquisa e à Albertina Buss Volkmann, coração dessa pós-graduação.

Obrigada, professoras Maria Juracy Filgueiras Tonelli, Juliana Cavilha Mendes Losso e Jacques Mick pelos apontamentos feitos durante a qualificação, fundamentais para o prosseguimento da pesquisa. E também, obrigada às professoras que compuseram a banca, Maria Juracy Filgueiras Tonelli, Juliana Cavilha Mendes Losso e Júlia Silvia Guivant.

Por fim, mas não menos importante, gostaria de agradecer a minha mãe, responsável por boa parte da minha trajetória, por todo o suporte emocional, por ter se sacrificado em muitos momentos em prol do meu futuro e por nunca ter duvidado do meu potencial. Te amo, mãe!

RESUMO

Essa dissertação busca analisar as condições de empregabilidade das mulheres trans e travestis na Grande Florianópolis procurando abordar por meio das suas narrativas como elas percebem e constroem suas trajetórias de inserção laboral, sobretudo entre as opções de trabalho para além da prostituição. Esse recorte se justifica, uma vez que segundo estudos já realizados, a prostituição comparece como uma alternativa visivelmente predominante entre estas pessoas que transicionam de gênero em um determinado momento de suas vidas e passam a ser marginalizadas pelo mercado de trabalho. O entendimento do qual se parte neste estudo é de que o cenário das possibilidades individuais se entrelaça com o das condições sociohistóricas, o que nos faz verificar o aporte institucional às demandas desta população. Nesse sentido, além das narrativas, contamos também com o recurso da consulta a documentos, tais como o Plano de Políticas Públicas LGBT de Florianópolis, entre outros. Isso permite desenhar o cenário institucional atual com seus avanços, mas também com suas limitações e verificar que, apesar de certas aberturas, ainda há fortes resistências por parte do mercado de trabalho e também do Estado em criar alternativas para incluir estas mulheres no mundo do trabalho, para além da prostituição. Mas, se existem resistências nessas dimensões, também as há por parte daquelas que conseguem uma ocupação que não a prostituição, para mostrar suas competências laborais e provar que seu gênero não as impede de ocupar qualquer cargo. O aporte teórico dessa dissertação vem da perspectiva queer, trazendo autoras internacionais e nacionais para compor um quadro teórico que nos auxilia a compreender como a situação de mulheres trans e travestis é diferenciada da de mulheres cis. Com o intuito de compor um quadro analítico coerente, utilizamos também os conceitos teóricos de empregabilidade e trajetórias laborais a partir de um viés crítico queer. A análise das entrevistas e documentos foi feita por meio da análise de discurso.

Palavras-chave: Empregabilidade. Mulheres trans. Travestis.

ABSTRACT

This dissertation seeks to analyze the trans woman and transvestites employability conditions in the region of Florianópolis and nearby cities looking to approach via their narratives how they perceive and develop their trajectories of labor insertion, especially between the work options besides the prostitution. This empirical cut is justified because according previous researches, prostitution is the predominant alternative for people who gender transition in one particular moment in their lives and become marginalized by the labor market. Our assumption is that the scenario of individual possibilities is interlaced with the sociohistoric conditions, which make us verify the institutional contribution to the demands of this population. In this sense, besides the narratives, we also count with the resource of query documents, such as the Florianópolis LGBT Plan of Public Policy, and others. This allows us to draw the current institutional scenario with their advances, but also their limitations and verify that, despite certain progress, there are still strong resistances by the labor market and also the State to create alternatives to include these women in the labor world, besides the prostitution. But, if there are resistances in this dimensions, there are also by those who obtain an occupation that it is not prostitution, to show their labor competences and to prove that their gender does not prevents them to occupy any role. The theoretical perspective of this dissertation is queer, bringing international and national authors to compose a theoretical frame tha helps us to comprehend how the trans women and transvestite situation is different from the cisgender women. In order to compose a coherent analytical frame, we also use here the theoretical concepts of employability and labor trajectories from a queer critical bias. The interviews and documents analysis was made through discourse analysis.

Keywords: Employability. Trans Women. Transvetite.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Um desses sanduíches foi preparado por uma transexual. Qual?.....	119
Figura 2 - Um desses sanduíches foi preparado por uma transexual. Qual?.....	120

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Entrevistadas	31
Quadro 2 - Documentos selecionados para análise.....	33
Quadro 3 - Entrevistadas e seus nomes.....	83
Quadro 4 - Perguntas para reflexão pessoal e institucional.....	125

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD – Análise de discurso

ADEH – Associação em Defesa dos Direitos Humanos com Enfoque na Sexualidade

ANTRA - Associação Nacional de Travestis e Transexuais

APA- Associação Psiquiátrica Americana

CID – Código Internacional de Doenças

CMPP – Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para a Mulher

DSM - Manual de Diagnóstico e Estatísticas de Distúrbios Mentais

GAPA – Grupo de Apoio à Prevenção da AIDS

OIT – Organização Internacional do Trabalho

OMS – Organização Mundial de Saúde

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

ROMA - Instituto de Diversidade Sexual da Grande Florianópolis

SOC - Standart of Care

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	19
1.1	METODOLOGIA	28
1.1.1	Dispositivo analítico	34
2	GÊNERO	37
2.1	TEORIA QUEER E GÊNERO	38
2.1.1	As normas de gênero	41
2.1.2	Travestis, mulheres trans ou mulheres transexuais?	46
2.2	SAÚDE: O CORPO ABJETO, A PATOLOGIZAÇÃO DAS PESSOAS TRANS E SEU ACESSO PRECÁRIO À CIDADANIA ...	49
2.2.1	Patologização das identidades trans	52
2.2.2	Cidadania trans	55
2.3	ESCOLA: LOCAL DE TRANSFOBIA E CISONORMATIVIDADE.....	55
2.4	TRABALHO: ESPAÇO DE REAFIRMAÇÃO DO GÊNERO	59
3	MERCADO DE TRABALHO	65
3.1	MERCADO DE TRABALHO, PRECARIZAÇÃO E FLEXIBILIZAÇÃO	67
3.1.1	Gênero e mercado de trabalho	70
3.1.2	Contexto do mercado de trabalho catarinense	72
3.2	EMPREGABILIDADE E TRAJETÓRIAS LABORAIS	73
3.2.1	Trajetórias laborais	76
4	TRAJETÓRIAS LABORAIS DE MULHERES TRANS E TRAVESTIS NA GRANDE FLORIANÓPOLIS	83
4.1	ESCOLARIDADE/ESCOLA	84
4.2	TRANSIÇÕES E PONTOS DE INFLEXÃO	87
4.3	TRANSFOBIA.....	91
4.4	ESTRATÉGIAS, LAÇOS MOBILIZADOS E PLANOS PARA O FUTURO	96
4.4.1	Estratégias	98

4.4.2	Planos para o futuro	100
4.5	PATOLOGIA E JUDICIÁRIO.....	102
4.6	TRANSIÇÃO SOCIAL, GERAÇÕES E RESISTÊNCIAS	105
4.6.1	Resistência	107
4.7	TRABALHOS E CLASSES SOCIAIS	108
4.8	DEFINIÇÕES DE MULHER TRANS E TRAVESTI	112
5	MOVIMENTOS SOCIAIS DE PESSOAS TRANS, TRANSIÇÕES E RESISTÊNCIAS.....	115
5.1	BREVE HISTÓRICO DOS MOVIMENTOS TRANS NO BRASIL E EM FLORIANÓPOLIS.....	116
5.1.1	Movimentos e campanhas por trabalho.....	118
5.1.2	Políticas públicas de inserção profissional para pessoas trans	120
5.2	ANÁLISE DOS DOCUMENTOS EM RELAÇÃO COM AS ENTREVISTAS E COM MOVIMENTOS SOCIAIS	122
5.2.1	Contextualização dos documentos.....	123
5.2.2	Escola	125
5.2.3	Trabalho e cotas	126
5.2.4	Nome social.....	127
5.2.5	Transfobia e violências	128
5.2.6	Mudanças nos discursos e relação com a empregabilidade 129	
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	133
	REFERÊNCIAS.....	139
	CORPUS	151

INTRODUÇÃO

As aspirações profissionais de travestis e mulheres trans são distintas, pautadas por suas particularidades, e vão desde administradoras, enfermeiras, designers, até mesmo a prostitutas. O espaço laboral que elas ocupam, porém, é delimitado. Delimitado pelo seu gênero, pela sua raça, classe social, origem familiar e pela transfobia. Mesmo quando conseguem um trabalho que não seja a prostituição, em geral, elas estão em postos informais de trabalho, em empregos precarizados, autônomos e ditos femininos. Dessas informações, surge a questão: quais as reais oportunidades que elas têm de inserção laboral para além da prostituição?

As motivações para essa pesquisa surgiram em 2013, quando pela primeira vez vi e ouvi uma mulher trans dentro da Universidade. Naquela ocasião, Laura Martendal foi convidada a conversar com a turma de Antropologia Social I em uma aula sobre gênero. Sua história, assim como a de muitas travestis e mulheres trans, envolveu diversas formas de transfobia e marginalização dentro do mercado laboral.

Trabalhou na prostituição por muitos anos, onde sofreu com a violência por parte do Estado, de cafetinas e de clientes. Em uma ocasião, chegou a quase morrer por conta do silicone industrial aplicado, e só conseguiu alguma ajuda de um taxista que era seu amigo. Sua história transformou minhas percepções no que dizia respeito às pessoas trans, mudou minhas ambições profissionais e me fez enveredar pelo caminho da pesquisa científica, onde eu acreditava que poderia realizar um trabalho que colaborasse dentro das Ciências Sociais para compreender as relações laborais possíveis para mulheres trans e travestis e que essa pesquisa também contribuísse de alguma forma para o movimento organizado de pessoas trans.

A partir disso, comecei a pensar em temas que se encaixassem dentro da comunicação, afinal estava terminando a minha graduação em Jornalismo, o que resultou na minha monografia com o título “Identidades trans* em pauta: representações sociais de travestis e transexuais no telejornalismo policial brasileiro contemporâneo”. Após muitas leituras e reflexões, advindas não só da academia, mas também de militantes trans, decidi por utilizar nesse atual trabalho as identidades travestis e mulheres trans, sem asterisco¹.

¹ Utilizava o termo trans* com asterisco como um guarda-chuva, que agrega todas as possíveis identidades transgêneros. Após mudanças dentro do próprio

O termo trans é utilizado aqui como o proposto por Aimar Suess (apud ÁVILA, 2014), se referindo a pessoas que elegeram uma identidade ou expressão de gênero diferente daquela atribuída ao nascer (nisso se incluem travestis, transexuais, transgêneros, entre outros). Também optei por usar o termo trans como adjetivo, e não substantivo, indo ao encontro do que é indicado por CONNELL (2009) e por outras pessoas trans, ao frisar a ideia de que quando utilizamos apenas trans, ou transexual, estamos ignorando se essa pessoa é um homem ou uma mulher trans.

Dentro da Sociologia, decidi estudar as condições de empregabilidade de mulheres trans e travestis na Grande Florianópolis. Sabe-se, por diversos estudos e pesquisas, que o espaço laboral destinado para elas é majoritariamente o da prostituição. Essa constatação aparece nos estudos de Laura Martendal (2015), também na pesquisa conjunta de Bruna C. Bonassi, de Ana Paula S. Hining e Jéssica J.B. Fuchs (2015), entre outros/as autores/as. Como é o caso de Nancy Prada (2013), que argumenta sobre essa presença significativa delas na prostituição e a relaciona a fatores como a hipersexualização de seus corpos, aos laços que conseguem mobilizar para encontrar uma ocupação laboral (em geral outras mulheres trans que já estão na prostituição), ou porque elas ainda são vistas como boas somente para isso, entre outros fatores.

Os homens trans também possuem dificuldades no acesso ao mercado de trabalho e em geral encontram-se em ocupações marginalizadas e precárias, no entanto, a escolha por se trabalhar somente com mulheres trans e travestis se deu devido a uma limitação do tema estudado e, também, por pesquisas que indicam que há um local laboral específico designado para elas, a prostituição. Trabalho esse que, na maior parte dos casos, as coloca numa posição de vulnerabilidade e dificulta seu acesso a uma cidadania plena, que consiste na garantia dos direitos sociais, econômicos e políticos, nisso incluídos o direito ao trabalho, saúde, educação e habitação, como indicado por Moacir Gadotti (2000).

Tentando romper com o discurso de que mulheres trans e travestis só podem ser prostitutas, nascem movimentos, que também serão explorados nesse trabalho, e emergem ativistas que tentam educar, conscientizar e criar uma agenda política para abrir possibilidades de inserção social em geral, e particularmente de inserção laboral. Tanto o

movimento de pessoas trans sobre a utilização ou não do asterisco, decidi utilizar o termo trans, dessa vez sem o marcador.

mercado de trabalho quanto o Estado acabam por marginalizar essas pessoas por conta de preconceitos, tais como a transfobia e também por causa da patologização de suas identidades.

A partir dessas observações, concebi uma pesquisa que buscasse compreender então quais eram as condições de empregabilidade delas, a partir do estudo na região da Grande Florianópolis. Ou seja, quais mecanismos operam na busca por uma ocupação, quais laços elas conseguem mobilizar e quais mudanças estão ocorrendo nos últimos anos. Esse quadro será esboçado dentro de um ambiente de disputas de discursos relativos às pessoas trans, procurando trazer uma maior visibilidade sobre suas vidas e suas pautas.

A princípio, imaginei que seria um trabalho bem delimitado sobre mercado laboral e mulheres trans e travestis. Mas a busca por uma inserção laboral, para além da prostituição, não se dá isoladamente dentro de apenas uma instituição social, o mercado de trabalho. Há outras questões que perpassam o tema e que serão abordadas nos próximos capítulos. A saúde e a educação se mostraram como pontos cruciais a serem abordados, isso porque além da família, é na escola que somos socializadas e é nesse espaço que as travestis e mulheres trans aprendem que desobedecer as normas de gênero gera sanções e punições. A escola funciona como um local que produz diferenças, distinções e desigualdades, conforme argumenta Guacira Louro (1997). Perspectiva que também é sustentada por Berenice Bento (2008), ao afirmar que a escola é uma das principais instituições sociais que fazem parte do projeto de desumanização das pessoas trans.

A saúde também é fundamental, pois é por meio da patologização das identidades trans que elas têm seu acesso à modificação do registro civil dificultada. Mesmo que o processo não se dê de forma tão simples e que muitas consigam hoje em dia a modificação do registro sem se submeterem à cirurgia de redesignação genital (conhecida popularmente como “cirurgia de mudança de sexo”) a justiça e a saúde operam como poderes reguladores que determinam quais vidas são válidas e quais devem permanecer à margem da sociedade. O mercado de trabalho, então, acaba por reificar a marginalização dessas pessoas, ao excluí-las de outras ocupações que não seja a prostituição.

Com o objetivo principal de analisar as possibilidades e condições de empregabilidade ao longo de suas trajetórias laborais em Florianópolis, pretendi também desenvolver nesse trabalho quais são suas trajetórias. A partir desses percursos de vida tratei de identificar, quais guinadas ocorrem após a transição de gênero, quais resistências

sofrem, quais estratégias elas conseguem mobilizar dentro de um mercado de trabalho transfóbico e quais transformações vêm ocorrendo.

Para isso, foi necessário construir uma metodologia sólida, que envolvesse entrevistas narrativas, análise documental e análise de discurso de ambas. Sei da limitação de uma pesquisa científica, mas busco aqui colaborar com o entendimento sobre as atuais transformações dentro do mercado de trabalho, especificamente como as informantes desse estudo se relacionam com esse mercado e quais resistências ainda ocorrem a partir das reflexões e interpretações que farei do contexto Florianopolitano.

Florianópolis, assim como outras cidades brasileiras, tem um histórico de violências contra as travestis e mulheres trans, que acaba por colaborar com a criação da Associação em Defesa dos Direitos Humanos com Enfoque na Sexualidade (ADEH) em 1993 (QUEIROZ, 2013). A ADEH faz parte dos movimentos locais que hoje trazem a discussão sobre inserção laboral em um contexto nacional e foi responsável pela indicação de quatro informantes que aceitaram ser entrevistadas para a pesquisa².

Esse estudo é relevante dentro do contexto atual, porque vemos uma profusão de pesquisas, movimentos e contra movimentos sobre o assunto. Vemos a luta pela despatologização das identidades trans e por uma inserção laboral, mas é preciso entender também quais são as disputas em jogo, e quais estratégias são mobilizadas com sucesso ou não.

A pesquisa traz dificuldades por estar em uma intersecção entre temas que habitualmente não têm sido abordados conjuntamente. O presente estudo tem como referencial teórico principal teorias que advêm da pós-modernidade e do pós-estruturalismo conjuntamente com as críticas pertinentes aos pressupostos mobilizados, e se vale de conceitos analíticos que provém de outras linhas teóricas. O intuito é compor um mosaico conceitual que seja de grande validade para a atual pesquisa, respeitando o princípio de realidade. Essa escolha se dá porque para realizarmos as entrevistas e a posterior análise, precisamos construir um dispositivo analítico, onde optamos pela mobilização de determinados conceitos e procedimentos (ORLANDI, 2009).

Mas por que então partir de um referencial teórico queer e não de algum considerado mais propriamente sociológico? Essa questão irá ser tratada com maior profundidade no próximo capítulo, mas

² Essa pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFSC (CEP/UFSC). Número do Parecer: 1.728.013.

resumidamente posso comentar que essa escolha se dá pelos pressupostos da perspectiva queer. Isto é, de que o gênero não é uma essência do ser humano e que as instituições sociais são permeadas pela lógica das normas de gênero, que requerem uma coerência entre sexo-gênero - desejo para que os corpos e vidas sejam materialmente importantes. Tendo essas premissas por base, sustenta-se também que o mercado de trabalho é uma instituição social que marginaliza essas pessoas restando para elas posições socialmente vulnerabilizadas e marginalizadas (até mesmo territorialmente) como a prostituição ou profissões de menor prestígio social.

Somente com esses pressupostos em mente é possível analisar como as mulheres trans e travestis eventualmente conseguem mobilizar estratégias na busca por uma ocupação que não a prostituição, entendendo também as limitações que o mercado impõe. A inserção laboral não se dá por uma responsabilidade meramente individual, depende também das tendências do mercado de trabalho e dos laços que as pessoas conseguem mobilizar. As restrições de gênero, raça e classe social são muito relevantes para compreender as dificuldades de inserção laboral da população sob estudo, mas não se pode deixar de considerar que as condições são difíceis para todos/as os/as trabalhadores/as, devido ao contexto de flexibilização e precarização das relações e condições de trabalho contemporâneas. Esta época em que vivemos, que David Harvey (1992) chama de era de acumulação flexível.

A desregulamentação das relações de trabalho atuais fragiliza os vínculos de trabalho, os torna mais instáveis, com menos direitos, torna as trajetórias laborais fragmentadas e heterogêneas e nesse ambiente de incertezas e vulnerabilização estruturam-se novos discursos para legitimar e tornar hegemônica essa que é chamada de "nova ideologia do trabalho". Esse é o entendimento de Maria S. E. Gomes (2002), ao registrar, por exemplo, discursos que se apoiam em noções como o da empregabilidade, empresariabilidade, empreendedorismo. Essas noções servem, segundo a autora, para pensar um mundo laboral sem carreiras de longo prazo, onde a responsabilidade por criar uma estratégia e traçar uma trajetória seria supostamente de exclusiva responsabilidade individual. Nesse contexto de debate, a mesma autora lembra, no entanto, que a empregabilidade é fruto de uma composição de fatores e atores, fruto de uma interação social. Concordando com essa

perspectiva, adotaremos a noção de empregabilidade interativa, assumida por Gomes (2002), sob inspiração de Bernard Gazier.³

Porém, se essa discussão é fundamental por alertar para as restrições relativas à inserção ou permanência no mercado de trabalho, entendo que a empregabilidade de mulheres trans e travestis não é marcada somente por esse contexto, mas também pela transfobia e cisnormatividade⁴, que operam dentro do mercado de trabalho. Por isso, escolhi mobilizar uma perspectiva queer como referencial teórico, utilizando uma teoria que parte do princípio de que as vidas das pessoas que fogem às normas de gênero valem tanto quanto outras vidas, e que elas não devem ter sua humanidade e cidadania negada.

Este estudo se propõe analisar, por meio das narrativas de mulheres trans e travestis da Grande Florianópolis, os sentidos das suas trajetórias laborais, as suas possibilidades e condições de empregabilidade. Com este intuito delineamos alguns objetivos

O primeiro deles consistiu em construir um registro sobre os relatos das trajetórias laborais, procurando identificar possíveis guinadas a partir da transição que torna público o seu gênero. A partir desse marco, que consideramos uma chave para compreender a mudança nos percursos de trabalho, procuramos verificar suas características: se estes evoluíram de forma linear ou heterogênea, se foram percursos atravessados por discriminações, conflitos, resistências, entre outras vivências e percepções. Ou seja, nesse itinerário da busca pelo novo trabalho ou pela permanência no antigo, nos propomos identificar as estratégias de empregabilidade elaboradas por essas pessoas para conseguir percorrer trajetórias laborais outras que não a prostituição, recolher seus testemunhos sobre as possíveis dificuldades de acesso aos empregos, analisar suas representações sobre as experiências nos distintos trabalhos vivenciados e compreender quais laços sociais conseguiram mobilizar na busca por uma ocupação. Finalmente, tratamos de identificar transformações e tendências normativas em documentos elaborados por instituições privadas e o Estado sobre o tema da inclusão laboral de pessoas trans..

³Gomes (2002) refere-se aos estudos realizados por GAZIER, Bernard. **Introduction: Employabilité – Les Lignes Directrices Européens.** In: Politiques Nationales du Marché du Travail, InformMISEP Politiques, Employabilité: concepts et politiques. Observatoire Européen de L'Emploi . Disponível na Internet via <http://www.eu-employment-observatory.net/ersep/bir> fr.asp. Arquivo consultado pela autora em 2002.

⁴ Esses conceitos serão melhor desenvolvidos no capítulo 2.

Entendemos que ao embasar nossa abordagem nas narrativas sobre suas trajetórias laborais, vamos dar conta de compreender os pontos seguintes. Ao identificar as estratégias utilizadas pelas mulheres trans e travestis podemos assimilar como, eventualmente, elas conseguem superar as limitações de um mercado de trabalho (cis)heteronormativo⁵. Não pretendemos tomar a prostituição necessariamente como algo negativo, apenas apontar que esse é praticamente o único espaço onde conseguem, ou onde visualizam uma possibilidade, talvez mais rápida, ou rentável, para obter uma inserção laboral.

Partimos do pressuposto de que as mulheres trans e travestis têm dificuldades de acesso aos empregos ou trabalhos fora da prostituição, uma vez que existem estudos que comprovam que uma grande parte delas obtém a sua remuneração prioritariamente através dessa atividade (MARTENDAL, 2015; BONASSI et al, 2015). Com essa perspectiva, procuramos mapear através de seus depoimentos o que elas consideraram os aspectos principais que influenciam na busca, na conquista ou na permanência em uma ocupação, que não a da prostituição.

Analisar as suas representações sobre os trabalhos se tornou importante porque nossos pressupostos sobre o que é o trabalho e o que ele significa, está ancorado em interpretações subjetivas, isto é, interessa registrar suas verdades, não se busca uma suposta validação objetiva da realidade. Compreender o que o trabalho significa (se apenas uma fonte de renda, se um local para desenvolvimento pessoal, etc) nos ajudou a entender como utilizam as estratégias na busca por uma ocupação.

A busca por um trabalho e a forma como essas pessoas se mobilizam para isso revelaram a importância das formas de sociabilidade. Como indicado por Nadya Araújo Guimarães (2012), ao afirmar que quando tratamos da procura por um trabalho esta é uma forma "da construção da vida social, da mobilização das relações sociais, da eficácia dos laços sociais, enfim, dos mecanismos não mercantis presentes na operação do mercado de trabalho" (2012, p. 124).

⁵ Refere-se ao mercado de trabalho que tende a incorporar preconceitos de gênero, estigmatizando quem se cataloga socialmente fora da norma. O conceito cis será explicado em profundidade mais adiante, mas podemos adiantar que o termo ciscônero pode ser definido como "conceito "guarda-chuva" que abrange as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento" (JESUS, 2012). O termo cis vem do latim e significa "deste lado".

Por fim, para identificar transformações e tendências normativas em documentos elaborados por instituições privadas e Estado sobre o tema, precisamos analisar os documentos produzidos sobre LGBTs e pelo mercado de trabalho, como indicaremos logo a seguir na seção sobre metodologia que encerra este primeiro capítulo. Os documentos selecionados nos permitiram identificar quais transformações no plano municipal de políticas públicas estão em curso, quais são as mudanças e quais são as tendências dentro desses documentos normativos, quais são os possíveis impactos que podem afetar (ou não) a realidade de mulheres trans e travestis da região. Pesquisar esses documentos nos ajudou a compreender o contexto sociohistórico em que essa pesquisa ocorre.

Essa dissertação está dividida em cinco partes principais. Na primeira parte, desenvolvi a construção da metodologia utilizada para coletar e analisar os dados.

O segundo capítulo traz uma introdução sobre o conceito de gênero e normas de gênero, a partir do referencial teórico queer, que nos oferece uma perspectiva crítica sobre o gênero, delimitando a nossa inserção no campo. Não acredito em uma total separação entre sujeito e objeto, por isso também, julguei ser coerente utilizar o referencial teórico queer para compreender as bases estruturais que marginalizam as mulheres trans e travestis dentro do mercado laboral. Nesse capítulo, são desenvolvidas de forma mais aprofundada questões como a patologização, o papel da escola, o tema da saúde e transfobia. São discussões que perpassam o acesso ao trabalho dessa população.

No terceiro capítulo, é feito um panorama geral sobre o contexto atual do mercado de trabalho no que diz respeito à era de acumulação flexível, à divisão do trabalho por gênero e ao mercado laboral catarinense. Além disso, são melhores exploradas as definições de empregabilidade e o conceito de trajetórias laborais que são cruciais para esta pesquisa.

No quarto capítulo, é desenvolvida uma análise sobre as trajetórias laborais das informantes dessa pesquisa, onde destrinchei pontos que considere cruciais para compreender as suas condições de empregabilidade e as estratégias que conseguem mobilizar para uma inserção laboral.

Por compreender que os movimentos sociais de pessoas trans atuam também estrategicamente junto ao mercado de trabalho e ao Estado para inserir políticas de inclusão para pessoas trans, dediquei o quinto capítulo para a análise de documentos normativos produzidos por movimentos LGBT junto às instituições estatais e privadas para

compreender as mudanças que vem ocorrendo no discurso sobre pessoas trans e o mundo do trabalho. Além disso, indiquei um breve histórico sobre o movimento de pessoas trans e sobre algumas políticas públicas que concernem à formação profissional de pessoas trans.

Apesar das minhas limitações como mulher cisgênero fazendo uma pesquisa sobre mulheres trans e travestis, considero a empatia (ou alteridade) uma forma de superar as possíveis limitações. Nenhum trabalho é capaz de captar a riqueza das experiências dos indivíduos, mas pode trazer com sensibilidade uma compreensão dos processos. Essa aproximação à realidade das entrevistadas exige abrir os horizontes, uma vez que não se está mais dentro do que o sistema sexo/gênero nos impõe, isso muda completamente o nosso olhar. Trata-se de um esforço em compreender também como situações estruturais, relacionais e subjetivas interferem na vida de sujeitos. Procurei, de forma deliberada, por questões de âmbito metodológico e por princípio ético, respeitar as falas das entrevistadas dentro das possibilidades que uma dissertação nos oferece.

Busquei nessa pesquisa construir um conhecimento sobre as condições de empregabilidade de mulheres trans e travestis junto a elas, e não somente sobre elas. Esse intuito vai ao encontro do que Orlandi (2009) fala sobre a análise de discurso, como construção de conhecimento e não só ilustração e do que Poupard (2008) indica sobre criar interpretações a respeito da realidade estudada junto às colaboradoras da pesquisa.

Esta tentativa de construção de conhecimento junto às entrevistadas começou com uma entrevista exploratória com Kelly Vieira Meira, que coordenou a ADEH por seis anos e foi a primeira mulher trans a receber a medalha Antonieta de Barros, concedida a moradoras de Florianópolis pelo envolvimento com a comunidade. Entre os influxos que Kelly trouxe estão assuntos que permeiam esse trabalho em diversos pontos e que serão desenvolvidos mais adiante. Ela analisa que o mercado restrito para mulheres trans e travestis está conectado a uma lógica de feminização dos trabalhos. Mulheres, em geral, estão vinculadas a trabalhos que estão relacionados ao ‘cuidado’, e nessa lógica entram os lugares onde estão majoritariamente inseridas, algo ressaltado pela pesquisa de Prada (2013), que entende a prostituição como uma atenção sexual.

Kelly prosseguiu indicando locais em que ocasionalmente podem encontrar uma ocupação. Um trabalho precarizado onde há vagas são empresas de telemarketing, outra opção são boates que contratam pessoas trans para realizarem o papel de *hostess*, mesmo que seja como

freelancer. Ainda há a oportunidade do salão de beleza como local para buscar um emprego ou oferecer através de alguma forma de contrato sua mão de obra. Por fim, ainda existe a difícil possibilidade de tentar empreender um negócio por si própria. Ela mostra que hoje em dia há algumas iniciativas que tentam trazer para a prática soluções que vão além da queixa da prostituição como único meio de sobrevivência, em uma tentativa de superar o discurso de que só há um lugar (mercado sexual) para travestis e mulheres trans.

Um ponto importante nesta entrevista com Kelly foi quando falamos sobre prostituição. Ela ressaltou que há uma moralidade que sustenta que não podemos ‘vender o corpo’, mas essa atividade dá dinheiro tanto quanto outras e permite o sustento de quem depende dela. Para a entrevistada, devemos ter em mente os diversos fatores que envolvem a prostituição como uma profissão marginalizada e sem prestígio social dentro do nosso contexto social. Ou seja, se a intenção desta pesquisa foi procurar verificar as distintas formas de inserção laboral de mulheres trans e travestis, que não na prostituição, não foi para desprestigiar essa alternativa de sustento para aquelas que por ela optam ou nela estão por falta de outras alternativas. Tendo as palavras de Kelly em mente, pretendo fazer uma pesquisa que traga contribuições e ponderações valiosas para quem quer que leia ela. Que essa pesquisa seja capaz de provocar reflexões, e quiçá, alguma pequena mudança na realidade que vemos, para além de apenas observarmos e compreendermos a realidade.

1.1 METODOLOGIA

Para operacionalizar esta pesquisa optamos por entrevistas narrativas e pesquisa documental. A escolha pela entrevista como metodologia se dá pelos motivos destacados por Jean Poupart (2008). Entre eles está que a entrevista de tipo qualitativa é um instrumento privilegiado de acesso à experiência dos atores, podendo demonstrar, entre outras coisas, as práticas discriminatórias ou de exclusão de determinados grupos, por meio das narrativas de certos indivíduos.

As entrevistas narrativas se desenvolviam a partir de um tópico que indicávamos às pessoas entrevistadas e elas discorriam sobre o assunto indicado (BAUER; JOVCHELOVITCH, 2002). Com as narrativas das entrevistadas surgiram tópicos trazidos por elas. Segundo Bauer e Jovchelovitch (2002), estes tópicos são chamados de questões imanentes, onde o papel da pesquisadora nesse momento é transformar esses temas em tópicos pertinentes à pesquisa, ou seja, em questões

exmanentes, como o autor e a autora as denominam. Isso deve ser feito com o intuito de melhor responder às questões que movem esta pesquisa.

O tópico inicial que elaborei para as entrevistadas foi “Conte-me sobre os diferentes trabalhos que você já teve e como ser trans afetou a sua trajetória de trabalhos ou não na sua percepção”. As questões da pesquisa envolviam: onde estão empregadas? Quem as empregam? Como é o processo de busca por um emprego ou ocupação? Qual sua escolaridade e dificuldades que enfrentaram na escola? Quais outras variáveis (classe, raça, escolaridade) interferem? Que laços sociais mobilizam na busca por uma inserção no mercado laboral? Quais suas perspectivas em relação ao futuro?

Além dessas questões, outra se tornou pertinente para esse trabalho: como se identificam no que diz respeito ao gênero (travestis, mulheres trans, transgêneras, mulheres transexuais)? Essa pergunta se encontra nessa pesquisa por uma tentativa de incorporação de reflexões de perspectivas queer que indicam a diversidade das experiências subjetivas identitárias dessas pessoas (GAMSON, 2007). Compreender como se identificam faz parte dos questionamentos que outros estudos trazem, como o de Barbosa ao demonstrar que "conceitos criados no meio acadêmico neste campo de estudos são logo absorvidos pelos sujeitos e pelos movimentos sociais - na verdade, alguns destes conceitos se constroem em um diálogo (mesmo que tenso) entre acadêmicos e ativistas" (2010, p. 117).

Buscamos compreender também qual o sentido que dão para o trabalho, categoria sociológica chave para muitas pesquisas que o consideram como algo essencial para os indivíduos (ABRAMO, 1999; LEITE, 2012; SORJ, 2000).

Um aspecto importante para a construção da metodologia deste trabalho é entender que as narrativas também trazem a oportunidade para as entrevistadas reconstruírem o seu passado, revelando lugares de conflito, rupturas e aquisições e aprendizagens (LALANDA, 1998). Nesta pesquisa, são importantes os aspectos de ruptura, tanto no que diz respeito ao gênero, quanto no que concerne às relações que mantinham anterior e posteriormente à transição. Através das narrativas podemos perceber os diferentes perfis de pessoas que compõem esse grupo e as distintas experiências que são vividas por elas, para então compreender quais fatores são determinantes, de acordo com suas percepções, para poder conseguir, ou não, uma inserção no mercado de trabalho para além da prostituição, caso esse seja o seu desejo.

As narrativas privilegiam a realidade do que é experienciado por quem conta a história, se referindo ao que é real para as entrevistadas, nesse aspecto elas não estão abertas à comprovação, não podendo ser julgadas como verdadeiras ou falsas, elas expressam a verdade de um ponto de vista (BAUER; JOVCHELOVITCH, 2002). Considerando a entrevista uma versão da história, cabe ao sociólogo refletir sobre os discursos que emergem, decodificando e interpretando os seus sentidos (LALANDA, 1998). A subjetividade que emerge das falas das entrevistadas não precisa ser interpretada como um mero reflexo da individualidade de cada pessoa, mas sim a partir de um processo de socialização (ou ressocialização no caso das travestis) e da partilha de valores e práticas com outras pessoas, ou seja, resultado de uma intersubjetividade (ibidem).

Pretende-se fazer dialogar esses pressupostos com a colocação de Poupart (2008), que indica uma posição pós-moderna de pesquisa, apta a tratar os sujeitos como capazes de analisar suas próprias situações, criando em conjunto com o pesquisador interpretações sobre a realidade estudada. A entrevista como fonte de coleta de dados proporciona uma relação intersubjetiva entre quem entrevista e quem é entrevistado, e pode ter um aspecto flexível em seu processo de condução, permitindo que a entrevistada tenha um papel ativo na construção da interpretação da pesquisadora, sendo este um aspecto que dá a característica de texto negociado para a entrevista qualitativa. (FRASER; GONDIM, 2004)

As indicações de pessoas a serem entrevistadas, a princípio, foram solicitadas à Associação em Defesa dos Direitos Humanos com Enfoque na Sexualidade (ADEH), que trabalha com a população LGBT em Santa Catarina. Além disso, usou-se o esquema bola de neve, para tentar explorar outras entradas em campo.

Optamos por entrevistadas que atualmente estivessem em outro trabalho que não a prostituição, ou que já tivessem tido algum emprego sem ser no mercado sexual. Ao todo, foram 18 indicadas na região da Grande Florianópolis, por parte da rede da ADEH, outras por indicação de bola de neve, e algumas por outras fontes (indicação de pessoas e busca na internet).

Das indicadas, sete concederam entrevista. Cinco delas foram indicações da ADEH, uma foi sugestão de um doutorando da Sociologia Política da UFSC e a outra foi indicada por um homem trans.

As entrevistas, em geral, levaram quarenta minutos de duração, um tempo considerável de se retirar de um dia de trabalho. Mesmo com disposição de fazer as entrevistas no final de semana, algumas não

aceitaram ou não responderam o convite. Um dos casos mais interessantes foi o de uma mulher trans que é faxineira, como ela trabalhava até mesmo nos finais de semana, nunca conseguimos realizar a entrevista, mesmo ela estando disposta.

A escolha pelo lugar era feita com base nas preferências da entrevistada, sempre lembrando que ela teria direito a reembolso por locomoção e alimentação⁶. Nenhuma das entrevistadas aceitou o reembolso, e em um dos casos ela se ofereceu, inclusive, para pagar a conta da pesquisadora, alegando que sabia como a vida de estudante era difícil.

O balanço da experiência em campo foi por um lado muito favorável, foi uma experiência estimulante e enriquecedora entrar no mundo das entrevistadas, partilhar das suas narrativas de vida e contar com sua confiança e generosidade. Por outro lado, chegar a elas foi muito difícil, o que fez que tivéssemos que nos contentar com um número menor de entrevistas do que as inicialmente planejadas.

Quadro 1: Entrevistadas

Entrevista-da	Atual trabalho	Gênero	Raça/etnia	Idade	Escolaridade
Entrevista-da 01	Autônoma (vende doces e brechó)	Mulher transexu-al	Branca	41	Segundo grau completo
Entrevista-da 02	Administradora	Mulher transexu-al	Branca	37	Superior em andamento
Entrevista-da 03	Atendente cinema	Travesti	Branca	29	Pós-graduação completa
Entrevista-da 04	Manicure/pros-tituta	Mulher trans	Branca	40	Fundamental incompleto
Entrevista-da 05	Autônoma (massoterapeu-ta/artista)	Mulher trans	Branca	42	Médio completo

⁶ Respeitando a Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, que prevê reembolso em caso de gastos decorrentes da participação de pessoas entrevistadas em uma pesquisa.

Entrevista- da 06	Autônoma (projetos sociais)	Mulher trans	Branca	46	Médio incompleto
Entrevista- da 07	Freelancer de bartender	Mulher trans	Branca	21	Superior em andamento

Fonte: quadro produzido pela autora

A dificuldade que algumas entrevistadas poderiam ter em não conseguir formar uma narrativa como indicado por Bauer e Jovchelovitch (2002) foi sentida em três entrevistas. Nesses três casos, não houve a formação de uma narrativa, mas sim uma enumeração dos trabalhos de forma sucinta. A partir da enumeração, fizemos perguntas pertinentes a esses trabalhos: como os conseguiram, tentando identificar conflitos, rupturas, mas também laços sociais importantes. Uma das entrevistadas que não formou uma narrativa no primeiro momento aceitou ser entrevistada uma segunda vez, nessa segunda entrevista ela desenvolveu uma narrativa de fato e pudemos extrair mais dados sobre suas histórias.

A análise das entrevistas foi feita por meio da análise do discurso. "Não temos como não interpretar" (ORLANDI, 2009, p. 9), essa citação diz muito sobre o porquê decidimos utilizar essa metodologia. Partindo do pressuposto de que a linguagem não é neutra, e nem mesmo a pesquisa é neutra, pois ela parte de vários pressupostos, podemos criar uma relação mais honesta e "menos ingênua com a linguagem" (ORLANDI, 2009, p. 9).

A análise do discurso aqui escolhida se identifica com a tradição associada ao pós-estruturalismo. Gill (2003), indo ao encontro do que será indicado aqui sobre o pós-estruturalismo indica que ele rompeu com visões realistas da linguagem, rejeitando a ideia de sujeito unificado coerente, algo pertinente para a nossa pesquisa tendo em vista nosso objeto de estudo.

Para fazer a análise de discurso, precisamos estranhar o familiar, assim como os antropólogos, questionando sempre nossos pressupostos (GILL, 2003). Uma pergunta que Gill nos indica fazer sempre é "Por que eu estou lendo isso dessa maneira?", "Que características do texto produzem essa leitura?" (2003, p. 253).

A análise do discurso começou durante a transcrição das entrevistas, um momento fundamental, no qual não corrigimos as falas das entrevistadas e transcrevemo-las literalmente, produzindo concomitantemente notas analíticas enquanto realizávamos a

transcrição, isso porque habitualmente editamos o que escutamos (GILL, 2003). Após a transcrição foi feita a codificação, determinando as categorias de acordo com as questões de interesse, mas sendo o mais abrangente possível a princípio para não deixar alguma instância de fora (ibidem). Entre as categorias escolhidas para desenvolver as questões pertinentes à pesquisa decidimos por incluir: escola, transfobia, transições, gerações, classes sociais, estratégias, patologia, definições de mulheres trans e travestis. Esses eixos são pertinentes para compreendermos as condições de empregabilidade das mulheres trans e travestis na Grande Florianópolis e possuem relação direta com o aporte teórico, com os conceitos analíticos utilizados e acabam por perpassar todas as entrevistas.

Na análise do discurso buscamos um padrão nos dados, mas sem suprimir a variabilidade dos relatos, situações que não se adaptam a história contada (GILL, 2003). Um ponto importante que Gill (2003) ressalta é que devemos nos atentar não só como a linguagem é empregada, mas aos silêncios que aparecem nos textos (nesse caso, entrevistas).

Como instrumento metodológico complementar, utilizamos a pesquisa documental. Ela nos foi útil para ampliar nosso entendimento sobre os objetos de pesquisa que necessitem de contextualização histórica e sociocultural para compreensão (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009). Os documentos escolhidos nos permitem observar um processo de maturação de conceitos, comportamentos, mentalidades e práticas (CELLARD apud SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009).

A pesquisa documental recorre a fontes primárias que não tenham recebido nenhum tratamento científico ainda, como é o caso dos documentos selecionados.

Quadro 2: Documentos selecionados para análise

Nome do documento	Autoria	Ano
I Plano Municipal de Políticas Públicas e direitos humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros de Florianópolis	Coordenação Coordenadoria Municipal de Políticas para as Mulheres	2011

Promoção dos direitos humanos de pessoas LGBT no mundo do trabalho	OIT, UNAIDS, PNUD	2014
Relatório final da II Conferência Municipal de Políticas Públicas e Direitos Humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros – LGBT	Coordenação Coordenadoria Municipal de Políticas para as Mulheres e Comissão Organizadora da II CMLGBT	2015

Fonte: quadro produzido pela autora

Para analisar os documentos, utilizamos também a análise de discurso, apesar de a análise de conteúdo ser mais recorrentemente usada nesses casos. Durante a análise, precisamos interpretar, sintetizar as informações, determinar tendências e fazer inferências, na medida do possível (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009). A análise de discurso nos traz uma possibilidade de não apagarmos as diferenças e de compreendermos também o contexto ideológico em que são produzidos esses documentos.

Como Gill (2003) indica, as questões dessa pesquisa sofreram modificações após a transcrição das entrevistas. Alguns tópicos pertinentes surgiram após uma breve reflexão e acabaram sendo incorporados nas categorias dessa pesquisa.

1.1.1 Dispositivo analítico

Para realizarmos as entrevistas e a análise de discurso precisamos construir um dispositivo analítico, onde optamos pela mobilização de determinados conceitos e procedimentos (ORLANDI, 2009). “Embora o dispositivo teórico encampe o dispositivo analítico, o inclui, quando nos referimos ao dispositivo analítico, estamos pensando no dispositivo teórico já “individualizado” pelo analista em uma análise específica” (ibidem, p. 27). Consideramos então válido o referencial teórico calcado a partir de uma perspectiva queer junto ao conceito analítico de empregabilidade por meio do aporte teórico das trajetórias e transições, como será explicado nos próximos capítulos.

Compreendemos que o que estamos fazendo nesse trabalho não seja uma análise de discurso de fato, isso porque ela toma o discurso como o seu objeto de estudo. Nesse caso, o nosso objeto de estudo são as condições de empregabilidade de mulheres trans e travestis na Grande

Florianópolis, mas para compreender essas condições, precisamos interpretar documentos normativos e as entrevistas realizadas. A forma como escolhemos fazer isso é por meio da análise de discurso, afinal, interpretar e produzir conhecimento a partir do funcionamento da língua para produção de sentidos (ORLANDI, 2009) faz parte do estudo que interessa à AD, dessa forma ela nos permite analisar unidades que vão além das frases, que englobam o texto e o contexto.

Apesar de existirem aproximadamente 57 tipos de análise de discurso, as análises aqui incorporadas possuem relação com a AD pós-estruturalista e a AD da escola francesa, nos permitindo construir um dispositivo de análise mais coerente com o nosso objeto de estudo. O que todas as perspectivas de análise de discurso têm em comum é a rejeição à ideia de que a linguagem é um meio neutro de refletir o mundo, algo fundamental para pensarmos a centralidade do discurso na construção da vida social (GILL, 2003).

A AD trabalha nos limites da interpretação, não se colocando fora da história e pensando o texto como um todo junto ao contexto imediato (ORLANDI, 2009). A análise de discurso é instrumentalizada aqui de forma a nos ajudar a entender o limite das nossas próprias interpretações como pesquisadoras.

A construção do dispositivo analítico é feito a partir do dispositivo teórico de interpretação. O nosso referencial teórico, os estudos queer, nos permite analisar o contexto amplo de marginalização dessas pessoas. Os conceitos analíticos de empregabilidade e trajetória laboral, incorporados a partir de uma interpretação queer nos dá condições de compreender as condições que as entrevistadas conseguem mobilizar na busca por uma ocupação além da prostituição, englobando fatores micro e macro.

O dispositivo analítico é constituído pela natureza dos materiais analisados, questão colocada e diferentes teorias de distintos campos disciplinares que são mobilizadas (ORLANDI, 2009). Para a autora (ibdem) é a questão feita pela pesquisa que define a forma do dispositivo analítico, o material que será analisado e a finalidade da análise. Dessa forma, partimos da questão feita por essa pesquisa (quais as reais oportunidades que elas têm de inserção laboral para além da prostituição?) e a partir de então percebemos a necessidade de incorporar conceitos não encontrados dentro da teoria queer e que nos trazem um valor empírico.

2 GÊNERO

Esta pesquisa parte da perspectiva teórica queer que desnaturaliza a construção de gênero e que parte da ideia de que instituições sociais como família, escola e trabalho produzem e reificam as normas de gênero presentes nas sociedades ocidentais. Assim, a partir da perspectiva queer, rompemos com a noção de que pessoas trans sejam doentes ou anormais e compreendemos que elas são marginalizadas dentro dessas instituições porque fogem às normas de gênero. Essas são experiências e vidas tão válidas e importantes quanto às das pessoas que vivem suas vidas dentro do que essas normas prescrevem. É, portanto, um referencial teórico-político.

A necessidade de compreendermos as condições de empregabilidade das travestis e mulheres trans em Florianópolis a partir de um referencial teórico sobre políticas de gênero se dá porque estudos realizados no marco da sociologia do trabalho tendem a descrever e analisar a diferença sexual presente no mercado de trabalho. Enquanto que os trabalhos que surgem a partir da perspectiva de gênero demonstram que tanto as relações laborais e as estruturas dos mercados de trabalho se baseiam nas diferenças de gênero (TERRA, 2015).

Além disso, entendemos que o trabalho, assim como a escola e a família, são instituições normatizadoras e que juntamente com os poderes reguladores (médico, psiquiátrico e legal) acabam por produzir as diferenças de gênero. Portanto, compreendemos que as oportunidades e profissões segmentadas para homens e mulheres e a exclusão das pessoas que possam ser consideradas ambíguas no que diz respeito ao gênero são também produzidas pelas estruturas do mercado de trabalho e não apenas uma consequência de exclusões prévias.

Por si só a escolha entre o uso do conceito de gênero e não o de diferença sexual já expressa um marco teórico distinto. Por muito tempo os estudos feministas, ou estudos das mulheres, estavam baseados na diferença sexual calcada nos sexos biológicos (GAMSON, 2007). A primeira autora a diferenciar o sistema sexo/gênero foi Gayle Rubin em 1975. Apesar de Rubin ter sido a primeira a diferenciar esse sistema, o primeiro autor a utilizar a expressão identidade de gênero foi o psicanalista Robert Stoller em 1964 no seu livro *Masculinidade e Feminilidade*. O autor explicou à época que a identidade de gênero se referia ao gênero com o qual uma pessoa se identificava, sendo assim, eram as sensações internas de pertencer ao gênero masculino ou feminino, mas para que essa identidade se formasse adequadamente era necessário que uma pessoa passasse por diversas fases onde entrariam

fatores biológicos e sociais (STOLLER apud COSTA, 1994). O DSM-IV⁷, um dos principais documentos que patologizam as pessoas trans, representa para Berenice Bento (2008) uma operacionalização daquilo que Stoller desenhou, assim vemos que o autor não tinha uma visão desconstrucionista sobre o gênero, mas sim reguladora, diferente das perspectivas utilizadas nesse trabalho.

As pesquisas sobre sexualidades nos anos 1980 tendiam a enfatizar as características de um suposto ‘eu’ autêntico lésbico ou gay, sendo essa a base para as pesquisas de grupos minoritários (GAMSON, 2007). Da mesma forma, os estudos feministas tendiam a enxergar a mulher como um sujeito político unificado, como se houvesse uma essência em ser mulher (BUTLER, 2003). Entendendo a insuficiência das teorias e estudos de gênero de até então, que estavam assentadas na ideia de um sujeito unificado, nos deparamos com a teoria queer, que traz uma nova perspectiva sobre gêneros e sexualidade a partir de um viés pós-moderno e pós-estruturalista.

2.1 TEORIA QUEER E GÊNERO

Os estudos e a teoria queer surgem dos estudos culturais e da tradição pós-estruturalista (MISKOLCI, 2009; SALIH, 2015), estando ancorados na crítica à ideia de indivíduos com uma identidade essencialista (um eu autônomo, unificado) e contra as metanarrativas presentes nas teorias sociais, esses dois elementos provêm respectivamente do pós-estruturalismo e do pós-modernismo (GAMSON, 2007; LOURO, 2001). Os estudos queer podem ser considerados como uma iniciativa desconstrutivista que “desmonta a noção de um eu definido por algo que se encontra em sua essência, seja este o desejo sexual, a raça, o gênero, a nação, ou a classe” (GAMSON, 2007, p. 346). O descentramento do sujeito já era questionado desde as teorias feministas que demonstravam não existir o sujeito genérico, forjado teoricamente pelas teorias sociais, o que ocorreu na realidade foi a priorização das experiências masculinas da modernidade ao produzir seus pressupostos epistemológicos (ADELMAN; GROSSI; GUIVANT, 2010).

Michel Foucault (1999) é reconhecido como um dos precursores dessa teoria por ter revelado em seus trabalhos os mecanismos pelos quais o poder opera em diversas instituições. O autor sustentou que o sexo é uma categoria construída, que segundo ele

⁷ Manual de Diagnóstico e Estatísticas de Distúrbios Mentais.

permitiu agrupar em uma unidade artificial os elementos anatómicos, funções biológicas, condutas, sensações e prazeres, fazendo essa unidade funcionar como princípio causal. Foucault (1999) também indica que o poder possui uma relação restritiva com o sexo, excluindo, recusando, barrando ou ocultando e marcando fronteiras, reduzindo o sexo ao binário, ao lícito e ao ilícito, permitindo e proibindo determinadas práticas e condutas. O poder prescreve ao sexo uma ordem que funciona como uma forma de inteligibilidade, dessa forma o domínio do poder sobre o sexo é efetuado por meio de enunciados, de um estado de direito, criando regras. É por meio do sexo que todos devem passar para ter acesso à sua própria inteligibilidade, à totalidade de seu corpo e à sua identidade (FOUCAULT, 1999).

Ao falar sobre a inteligibilidade dos corpos chegamos a uma das fundadoras da teoria queer, Judith Butler, que abriu espaço para refletirmos sobre como a exigência da coerência entre sexo, gênero e desejo acaba por excluir sujeitos que rompem com essa norma. Nesses termos, a autora vai além das críticas feministas feitas até então, que segundo ela, privilegiavam uma ideia de um sujeito essencial, coerente e estável para o feminismo (BUTLER, 2003). Resumidamente, "inteligibilidade é aquilo que se produz como consequência do reconhecimento de acordo com as normas sociais vigentes" (BUTLER, 2006, p. 15). Como veremos adiante, apesar das críticas ao conceito de gênero como atos performativos⁸, Butler enxerga o gênero como condicionado por normas.

O desafio da teoria queer então não é apenas incluir sujeitos que fogem a essa coerência exigida entre sexo/gênero/desejo nas áreas de pesquisas que os tornaram invisíveis, mas sim revelar como qualquer arena social está pautada pela dicotomia homo/hétero (GAMSON, 2007). Pensando nisso e no nosso tema de pesquisa, entendemos que a dicotomia ou o binário está presente não só no homo/hétero, mas no nosso caso, cis/trans, que é a base da marginalização das pessoas trans. Por esse motivo, começar a partir de uma perspectiva queer é fundamental para um trabalho que pretende compreender dinâmicas sociais envolvendo pessoas que são marginalizadas dentro da esfera social. O nosso pressuposto é que o mercado de trabalho é uma das instituições que reifica as normas de gênero, tendo como base essa

⁸ Como explicado por Sara Salih (2015): “[...] o gênero não é algo que *somos*, é algo que *fazemos*, um ato, ou mais precisamente, uma sequência de atos, um verbo em vez de um substantivo, um “fazer” em vez de “ser”” (p. 89), essa é resumidamente a ideia de atos performativos de Butler.

dicotomia que exclui e separa quem foge dessas normas.

Ao mencionar o termo cis, precisamos destrinchar o que consideramos como cisgênero e cisnormatividade. Daniela Barrera (2014, p. 192) indica que a cisnormatividade diz respeito à “norma que determina que pênis = homem, vagina = mulher e que não existem opções para além disso, negando inteligibilidade para as vivências das pessoas trans [...]”. O termo cisnormatividade, como podemos ver, tem uma conexão direta com as ideias de Butler (2003, 2006), ao fazer referência às normas de gênero e a coerência exigida entre sexo, gênero e desejo para a inteligibilidade dos corpos. A própria Butler já admitiu em entrevista⁹ que considera válido o uso do termo cis, apesar de não o ter utilizado em seus trabalhos.

Butler (2015) acredita que cisgênero é um conceito importante porque descreve um grupo de pessoas que estão de acordo ou que se ‘conformam’ com o gênero designado no nascimento. Usar o termo cisgênero é importante porque destacamos que isso não é normal, e sim uma possibilidade.

A preocupação de Butler (2015) é que se utilizamos o termo cisgênero podemos cair em um novo binário, trans-cis, e que há várias pessoas no meio dessas duas categorias, que são pessoas que recusam algumas normas de gênero, mas não se reconhecem como trans. Butler usa o termo genderqueer para se referir a essas pessoas que são confundidas com homens (quando mulheres) ou mulheres (quando homens), são tratadas como monstros e podem sofrer discriminação como consequência.

Entendemos que, no Brasil, esse preconceito está diretamente relacionado à lesbofobia e a homofobia. Ao vermos lésbicas consideradas masculinizadas e gays considerados afeminados, que entram nas categorias que Butler (2015) considera como não estando completamente de acordo com o cisgênero, podemos perceber como as normas de gênero operam de forma integrada na coerência exigida entre sexo, gênero e desejo.

Beatriz Bagali (2016) aponta que o termo cisgênero surge para marcar a diferença em relação à "transgeneridade". Cis significa estar do mesmo lado. Dessa forma, as pessoas cissexuais são aquelas que se identificam e vivem conforme as normas designadas para o sexo que foi

⁹Fonte: https://www.facebook.com/thayz.athayde/videos/vb.100001722897879/878301798903908/?type=2&video_source=user_video_tab. Entrevista coletiva concedida por Judith Butler em 2015 após o I Seminário Queer.

marcado em sua certidão de nascimento.

Larissa Pelúcio (2012) nos demonstra que os nomes mais familiares da teoria queer euro-americana que chegaram ao Brasil foram Judith Butler, Paul B. Preciado, David M. Halperin, Michel Warner e Eve Sedgwick, o ‘quinteto fantástico do queer’. Deste quinteto, trataremos como base os escritos de Judith Butler, principalmente os que tocam as normas de gênero, a inteligibilidade dos corpos e a abjeção. Além dela, usaremos autoras brasileiras fundamentais como Berenice Bento e Guacira Lopes Louro.

Berenice Bento prefere fazer uma tradução dos estudos queer para o Brasil utilizando o termo estudos transviados (BENTO, 2014). Apesar da preferência da autora pelo termo, utilizaremos aqui uma perspectiva queer, mas sempre atentando para a adequação da teoria à nossa realidade, algo que Bento e outras tantas autoras brasileiras nos advertem.

2.1.1 As normas de gênero

Considerada como uma das primeiras autoras queer, Teresa De Lauretis já afirmava que “o gênero representa não um indivíduo e sim uma relação, uma relação social; em outras palavras, representa um indivíduo por meio de uma classe.” (DE LAURETIS, 1994, p. 211). Para De Lauretis (1994) necessitávamos de um conceito de gênero que não estivesse preso à diferença sexual a ponto de se confundir com ela, para isso era necessário pensar o gênero a partir da visão foucaultiana, na qual a sexualidade é uma ‘tecnologia sexual’. Assim, ela propôs que o gênero é produto de diferentes tecnologias sociais (cinema, discursos, epistemologias e práticas críticas institucionalizadas).

A construção do gênero ocorreria por meio dessas tecnologias que teriam o poder de promover e implantar representações de gênero. Como resultado, as condições para uma construção diferente do gênero existiam nas margens dos discursos hegemônicos, inscritos em micropolíticas, contribuindo em um nível local de resistências, na subjetividade e auto-representação (DE LAURETIS, 1994).

A concepção de gênero de Judith Butler trouxe muitas controvérsias e más interpretações. A principal delas foi a de que o gênero seria “um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser” (BUTLER, 2003, p. 59), sendo performativo no interior do discurso. O conceito de performatividade foi o mais difundido no Brasil, porém a ideia do

gênero como ‘atos performativos’ não foi bem compreendida (PELÚCIO, MISKOLCI, 2006). O primeiro engano foi o de associar a performatividade à performance, compreendendo erroneamente que esse conceito fizesse apologia a uma suposta capacidade dos sujeitos de se rebelarem contra as normas (ibidem).

O que Butler estava dizendo a respeito da performatividade pode ser resumido da seguinte maneira: a identidade de gênero¹⁰ é uma sequência de atos, mas não existe um ator (ou performer) preexistente a prática desses atos, não havendo um fazedor por trás do que é feito, assim há uma distinção entre performance (algo que pressupõe a existência de um sujeito) e performatividade (que não o faz), o que significa que o sujeito é constituído por esses atos, e não que ele produz esses feitos (SALIH, 2015).

A própria Judith Butler, percebendo a confusão que o termo performatividade havia causado, reescreve com mais maturidade, na sua obra *Undoing Gender*.

De fato, o argumento que apresentei em *Gender trouble*, e que tão profusamente se tem citado, foi o seguinte: que categorias como butch e femme não são cópias de uma heterossexualidade mais originária, senão que mostram como os assim chamados originais, os homens e mulheres dentro do marco heterossexual, estão construídos de uma forma similar e também se estabelecem performativamente. Assim pois, a cópia ostensiva não se explica através da referência a uma origem, senão que se entende que a origem é tão performativa como a cópia. Através da performatividade, se igualam as normas de gênero

¹⁰Berenice Bento (2016) traz uma crítica interessante ao uso do termo identidade de gênero. Ela nos aponta os problemas de usarmos esse termo para as pessoas trans, já que nas interações do mundo da vida o que existe na verdade é uma variedade de arranjos que resultam de um cruzamento, ou uma intersecção, de marcadores sociais da diferença (como raça, geração, nacionalidade e sexualidade). A autora ainda completa afirmando que quando falamos sobre demandas de pessoas trans, sempre falamos que estão vinculadas à dimensão identidade de gênero, mas quando falamos de mulheres cis (Bento não utiliza o termo cis), usamos apenas gênero. É como se precisássemos destacar a subjetividade dessas pessoas para reafirmar o seu gênero, quando na realidade, estruturalmente elas não possuem nenhum privilégio masculino, e isso se deve não somente por sua subjetividade, mas pela externalização dessa.

dominantes e as não dominantes. Mas algumas destas realizações performativas reclamam o lugar da natureza ou reclamam o lugar da necessidade simbólica, e o fazem ocultando as formas através das quais se estabelecem performativamente (BUTLER, 2006, p. 296, tradução nossa).

Nesta passagem conseguimos capturar o primordial nesta mudança: o uso da expressão normas de gênero. Em *Undoing Gender* fica explícita a relação entre os sujeitos e as normas. O principal é compreender que “o gênero é o mecanismo através do qual se produzem e se naturalizam as noções do masculino e do feminino, mas o gênero bem podia ser o aparato através do qual ditos termos se desconstroem e se desnaturalizam” (BUTLER, 2005, p. 70, tradução nossa).

Para Butler não é que a norma esteja sempre incorporada nos atores sociais, mas sim que ela dirige a inteligibilidade social da ação, algo próximo do que Foucault dizia sobre o sexo, permitindo que certas práticas e ações sejam reconhecidas, definindo os parâmetros do que irá aparecer ou não dentro da esfera social (BUTLER, 2006).

Assim, chegamos a um ponto crucial de elucidação sobre a noção de gênero: “o gênero não é exatamente o que uma pessoa ‘é’ nem tampouco precisamente o que alguém ‘tem’” (BUTLER, 2006, p 70), mas sim um aparato onde ocorre a produção e normalização do masculino e feminino junto às formas performativas, psíquicas, cromossômicas que o gênero assume. Além disso, presumir que o gênero implica somente na matriz masculino e feminino é não compreender que a produção da coerência binária é contingente, e que as permutações de gênero que não fazem parte do binário integram o gênero tanto quanto o que está dentro dessa matriz (BUTLER, 2006).

Outro ponto importante de frisarmos aqui é a afirmação de Butler de que não temos o poder absoluto de refazer o mundo, a nossa agência não consiste em negar a condição do modo pelo qual somos constituídos (BUTLER, 2006). “Se tenho alguma agência é a que deriva do fato de que sou constituída por um mundo social que nunca escolhi. Que minha agência esta repleta de paradoxos não significa que seja impossível. Significa somente que o paradoxo é a condição de sua possibilidade” (BUTLER, 2006, p. 16).

No Brasil, é no final dos anos 1980 que feministas passam a utilizar o termo gênero (LOURO, 2003, p. 23). Para Guacira Lopes Louro (2003), a pretensão é entender o gênero como parte que constitui a identidade dos sujeitos, já que estes possuem identidades plurais e múltiplas que se transformam e não são fixas. O gênero, assim como

etnia, classe e nacionalidade, constitui a identidade do sujeito e sob esse ponto de vista, as diferentes instituições sociais são constituídas pelos gêneros e também são constituintes deste (LOURO, 2003).

Consideramos que a discussão principal aqui é a forma como os sujeitos se constituem dentro das normas de gênero, não negando a individualidade de cada pessoa, mas levando em consideração as restrições impostas pelas normas. Não buscamos uma síntese entre sujeito e estrutura, mas sim formas de demonstrar como se dão essas normas em um âmbito teórico, pois partimos do pressuposto de que a constituição da esfera social a partir do binarismo de gênero é fundamental para compreendermos como as mulheres trans e travestis são marginalizadas e até mesmo excluídas desta esfera.

Ao falar sobre a norma, Judith Butler nos mostra que ela é uma forma de poder social capaz de produzir um campo de inteligibilidade dos sujeitos, sendo um aparato que institui o gênero binário (BUTLER, 2006). A partir disso, quem desvia das normas de gênero produz um exemplo que os poderes reguladores (médico, psiquiátrico e legal) podem utilizar para justificar seu zelo regulatório (ibidem).

Se enxergamos as normas de gênero como reguladoras, precisamos compreender que um regulamento é aquilo que regulariza, mas ele não se limita a negar e contrair, sendo não somente uma forma jurídica de poder (BUTLER, 2006). Portanto, a crítica da norma de gênero deve se guiar por uma possibilidade de uma vida habitável, que minimize a perspectiva de uma morte social ou literal (ibidem). Essa é uma passagem em que Butler traz a abstração das normas de gênero para o cotidiano de pessoas que efetivamente se constituem às margens destas, mesmo que não tenham noção disso.

Consideramos a questão da ‘morte social’ apropriada para este trabalho, isso porque Martine Xiberras (1993) já nos demonstrou que fazer parte do mercado de trabalho é fazer parte do pacto que sustenta a sociedade. Além da morte social, a morte literal é algo presente cotidianamente na vida de pessoas trans, seja pelo suicídio, assassinato ou problemas de saúde decorrentes de DSTs. A título de exemplo, podemos citar a pesquisa de Benedetti (2005), na qual o autor relata que das 85 informantes da sua pesquisa (a maior parte travestis), quatro foram assassinadas, dez faleceram por complicações do HIV/AIDS e duas se suicidaram, isso tudo apenas no período de execução da pesquisa (quatro anos). Essas mortes são fruto da transfobia, da patologização das suas identidades e da abjeção de seus corpos, tópicos que têm relação direta com as normas de gênero, como veremos adiante.

Quando indicamos que os sujeitos não necessariamente têm

noção de que estão fugindo daquilo que Butler define como normas de gênero, dizemos isso porque “a análise não pode inferir dos sujeitos [...] um plano ou mesmo a capacidade de romper com as normas socialmente impostas” (PELÚCIO; MISKOLCI, 2006, p. 256), isso porque só podemos apontar as formas como sujeitos singulares produzem a diferença. As normas podem ser alteradas na medida em que são reproduzidas ou citadas por práticas corporais (BUTLER, 2006).

Uma crítica interessante a essa percepção de que buscamos que as pessoas trans sejam subversivas é a seguinte: por que exigir que essas pessoas sejam assim quando elas também compartilham de sistemas simbólicos socialmente significativos no que diz respeito ao gênero? (PELÚCIO, MISKOLCI, 2006, p. 257). Essa pergunta é importante porque mulheres trans e travestis são acusadas de reforçarem os estereótipos relacionados ao que é ser mulher (ou pertencer ao gênero feminino). Mas a passabilidade¹¹, algo que podemos aplicar na realidade a partir da discussão sobre as normas de gênero, se torna fundamental quando buscam uma inserção nas esferas sociais.

Relatos de militantes e ativistas trans mostram como não ser reconhecida como uma pessoa trans faz diferença em pequenos atos do cotidiano, desde o frequentar ambientes públicos até a busca por uma ocupação. Isso tudo demonstra como não ser um sujeito abjeto, e estar dentro das expectativas que o gênero nos impõe seleciona quem tem o direito de existir e ter visibilidade dentro da sociedade.

A negação desses corpos por meio da violência é um esforço em restaurar a ordem, de reafirmar o mundo social sobre a base de gêneros inteligíveis (BUTLER, 2006), considerando-se apenas ‘mulheres com vagina’ e ‘homens com pênis’ como seres viáveis e com vidas que valem a pena serem preservadas e protegidas.

Se não somos reconhecidos, então não é possível manter nosso próprio ser e não somos seres possíveis; esta possibilidade está anulada para nós. Pensamos nas normas de reconhecimento como algo que talvez já haja no mundo cultural no qual nascemos, mas essas normas mudam e com as mudanças dessas normas chegam mudanças sobre o que se considera e o que não se considera reconhecível como humano [...] as normas de

¹¹ Entendemos passabilidade aqui como condição de aparentarem ser uma mulher cis, que são aquelas que foram designadas como mulheres ao nascerem e se identificam com o gênero feminino, estando inseridas e sendo reconhecidas na estrutura social como ‘mulheres de verdade’.

reconhecimento tem como função produzir e reproduzir a noção de humano" (BUTLER, 2006, p. 55, tradução nossa).

2.1.2 Travestis, mulheres trans ou mulheres transexuais?

Uma dúvida inicial que surge em quem não está muito familiarizado com o assunto é a de distinguir essas identidades: afinal, qual é a diferença entre travestis, mulheres trans e mulheres transexuais? Os três termos estão em disputa tanto dentro da academia quanto nos movimentos sociais e não há uma concordância em qual seria o plural destes¹². O que existe é uma concordância que esses sujeitos foram designados como do sexo masculino ao nascerem e que passam a materializar por meio de seus corpos e de suas ações cotidianas o gênero feminino. Muitas ativistas trans concordam que não há uma diferença material entre elas, o que há são auto-identificações distintas. De acordo com Louro (2004), transexuais e travestis fazem parte das sexualidades desviantes e são pessoas que se constroem como sujeitos de gênero na subversão de normas regulatórias que acabam por expor ao "desrespeitá-las" (p. 18).

Sabemos também que não podemos utilizar categorias ou mesmo classificações unificadoras porque elas tendem a tornar equivalentes identidades que por vezes são até mesmo antagônicas, corremos o risco então de utilizarmos categorias arbitrárias, conforme argumentado por Marcos Renato Benedetti (2015). O autor vê a importância da auto-definição das travestis e mulheres transexuais, para ele as transexuais viam um modelo mais rígido na separação entre feminino e masculino, rejeitando uma ambiguidade e o uso do órgão genital. Aqui vemos como a coerência entre sexo, gênero e desejo está presente mesmo em algumas das representações de travestis e mulheres transexuais.

Em texto publicado no site *Transfeminismo*, Lan Marx¹³ coloca que ser mulher trans ou travesti é uma questão de autoafirmação, posicionamento e luta, sendo que as diferenças proveem mais do dito senso comum, que vê a travesti como um "cara safado, pobre, com

¹² Algo diferente ocorre no movimento de homens trans que decidiu utilizar este termo como plural para quaisquer tipos de identificação de pessoas que foram designadas como mulheres ao nascerem, mas que se identificam como do gênero masculino em algum nível (IBRAT).

¹³ Fonte: <http://transfeminismo.com/travesti-ou-transexual-qual-a-diferenca/>

silicones proeminentes, sem passabilidade feminina, semianalfabeto, geralmente negro ou mestiço que sai de noite para fazer programa" e vê a mulher trans como "a doentinha que nasceu no corpo errado e que por "se sentir mulher" [...] recorre a cirurgias de feminilização e redesignação sexual". Ambas as definições seriam fruto do preconceito e desconhecimento do tema.

Daniela Andrade, mulher transexual, coloca que não existe "a mulher", mas sim as mulheres, e conclui (uma conclusão totalmente particular, de acordo com ela) de que ser mulher ou ser homem são constructos biopsicossociais, políticos e históricos¹⁴. Apesar de colocar essa como uma conclusão particular, vemos como esse mesmo discurso de que não existe uma essência em ser mulher está presente também nas teorias pós-estruturalistas. Talvez cause um estranhamento definições providas de pessoas "comuns" que estão fazendo abstrações a partir de sua experiência pessoal em um trabalho acadêmico e não de teóricas. Colocamos essas definições aqui, pois acreditamos que esses conceitos estão constantemente sendo reelaborados e apropriados nesse fluxo que circula entre categorias nativas ou êmicas, os movimentos sociais e a esfera da ciência.

Para Bruno César Barbosa (2010), os conceitos criados no meio acadêmico acabam se construindo em um diálogo, mesmo que seja tenso, entre acadêmicos e ativistas. Este trabalho, portanto, pretende identificar essas definições tanto de teorias, quanto dos movimentos e de ativistas, abdicando da pretensa separação dessas esferas sociais, assim como entre sujeito e objeto¹⁵.

A partir de uma perspectiva considerada propriamente teórica, Berenice Bento (2008) resume a transexualidade, travestilidade e transgeneridade como expressões identitárias que encontram-se em divergência com as normas de gênero estabelecidas. Ela prossegue sugerindo que a transexualidade, especificamente, é uma experiência identitária em confronto com a definição aceita pela medicina e por ciências psi que a qualificam como uma 'doença mental' relacionada ao campo da sexualidade, porém, na realidade, ela está vinculada às questões de gênero. Vemos que a disputa pela definição do termo transexual é atual, a Classificação Internacional de Doenças ainda categoriza o 'transexualismo' como um transtorno de identidade sexual,

¹⁴ Fonte:

https://www.facebook.com/danielasobrevivente/posts/307084836161766?hc_lo cation=ufi

¹⁵ Para ver mais sobre o assunto, consultar: SILVA, NOPES, BAO, 2015.

mas essa ideia da transexualidade como doença é combatida pelo movimento que luta pela despatologização das identidades trans.

Para Raewyn Connell (2009) a ideia da transexualidade é a de um processo, não de um grupo social ou tipo de pessoa, por isso ela utiliza transexual apenas como adjetivo e não como substantivo. O entendimento de Connell está em consonância com as recomendações do site Transempregos, que nos adverte para usarmos transexual como adjetivo e não substantivo. Sob o mesmo ponto de vista, compreendemos que o termo trans também deve ser usado como adjetivo.

Mesmo que não haja intencionalmente um diálogo vemos como as definições conjuntas entre ativismo e teoria acadêmica podem ser valiosas para este trabalho. Como recém foi argumentado, não nos limitamos a uma visão essencialmente teórica, mas conseguimos ver na realidade como esses conceitos são apropriados, modificados, inventados e reinventados.

Por todos esses motivos, optamos por duas classificações plurais e por respeitar a auto-identificação das entrevistadas. Entre as entrevistadas, as identidades que foram referidas são a de travestis, mulheres trans e mulheres transexuais. Perguntadas, as que se identificavam como mulheres transexuais, acreditavam que o uso do termo mulher trans também era adequado, dessa forma, optamos por usar como plural para mulheres transexuais o termo mulheres trans.

O que entendemos como mulheres trans e travestis são pessoas que foram designadas como homens ao nascerem e que em algum momento das suas vidas passam a se identificar com o gênero feminino. Mas, essa identificação não permanece em um campo subjetivo, passando por uma materialização em seus corpos, seus gestos, suas atitudes e até mesmo em suas ocupações laborais sobre aquilo que é esperado do gênero feminino. Restritas pelas normas de gênero, essas pessoas possuem um conjunto limitado de ações que precisam repetir para que sejam reconhecidas como parte do gênero que se identificam, como, por exemplo, uso do cabelo comprido, uso de roupas consideradas femininas, aplicação de silicone e uso de hormônios, características que fazem com que sejam reconhecidas mais facilmente como mulheres, apesar de não lhes garantir que sejam tratadas como pertencentes ao gênero feminino, especialmente pela abjeção de seus corpos.

Outro motivo para a escolha de uma definição que une teorias acadêmicas e teorias de movimentos sociais é porque é a partir da leitura de textos de militantes e ativistas trans que usam a internet como

ferramenta para educação e elucidação sobre as questões que envolvem as mulheres trans e travestis, que surgem as inquietações que motivaram essa pesquisa. Entre as militantes estão Maria Clara Araújo, Daniela Andrade e Márcia Rocha, pessoas que constantemente deixam claro em suas falas e entrevistas que há um preconceito específico que atinge as pessoas trans (a transfobia), especialmente quando estas procuram um trabalho. A falta de oportunidades é tão grande para essas pessoas, que três ativistas (Márcia Rocha, Daniela Andrade e Paulo Bevilacqua¹⁶) criaram em 2013 o site Transempregos, com o intuito de divulgar vagas de trabalho especificamente para pessoas trans, do qual falaremos melhor mais adiante.

Nos próximos subcapítulos iremos focar em instituições sociais fundamentais para a constituição das mulheres trans e travestis como sujeitos e que também são espaços que deveriam ser de promoção e garantia de cidadania, mas acabam se tornando espaços de normatização e de reafirmação dessas normas, acabando por colaborar com sua marginalização social. Ao falarmos dessas instituições traremos à tona temas que rondam esses tópicos, como transfobia, abjeção, patologia e cisnormatividade.

2.2 SAÚDE: O CORPO ABJETO, A PATOLOGIZAÇÃO DAS PESSOAS TRANS E SEU ACESSO PRECÁRIO À CIDADANIA

Não dispomos de dados consolidados sobre a população de mulheres trans e travestis no Brasil. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por exemplo, não traz nenhum levantamento sobre essa população no país. O que temos são estudos qualitativos, teses, dissertações, artigos nas ciências humanas e sociais, depoimentos de pessoas trans na internet, além de levantamentos de ONGs e movimentos organizados de pessoas trans. Aqui em Santa Catarina, temos a pesquisa do Grupo Margens da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)¹⁷ em conjunto com a ADEH (Associação em Defesa dos Direitos Humanos com Enfoque na Sexualidade)¹⁸. Por isso, ao falarmos sobre temas pertinentes que rondam suas vidas como escolaridade, saúde, cidadania e trabalho, utilizaremos os dados destas pesquisas com o intuito de apresentar um cenário social compartilhado

¹⁶ Paulo Bevilacqua é um homem trans.

¹⁷ O Núcleo Modos de Vida, Família e Relações de Gênero (Margens) pertence ao departamento de Psicologia da UFSC.

¹⁸ Desenvolveremos melhor sobre o histórico da ADEH mais adiante.

por essas pessoas.

É difícil falar sobre os sujeitos dessa pesquisa sem pensarmos na dimensão corporal. É no corpo que a travesti materializa o gênero que deseja para si, e é ele o maior denunciador da inadequação que vem da ‘incoerência’ entre sexo genital, gênero e desejo (PELÚCIO, 2009). Assim sendo, segundo Larissa Pelúcio (2009), os processos sociais que tornam esses sujeitos como abjetos tomam o corpo como alvo privilegiado dos mecanismos e das relações de poder.

Tornar alguém abjeto significa tentar excluir ou marginalizar o sujeito que foge das normas regulatórias da matriz de sexo e gênero (BUTLER, 2003). Porém, esse sujeito é possibilitado também por essas normas, isso quando não é produzido por elas, pois não existe um sujeito voluntarista que está separado das normas as quais ele ou ela se opõe (BUTLER, 2006). O reconhecimento social, que acontece por meios discursivos, possibilita certas identificações sexuadas e impede ou nega outras, essa é uma matriz excludente que produz seres abjetos, aqueles que não são 'sujeitos', mas que formam o exterior constitutivo do sujeito.

O abjeto também diz respeito às zonas inóspitas e inabitáveis da vida social, que são povoadas por aqueles que não gozam do status de sujeito (ibdem). Sobre a constituição do sujeito, Foucault já indicava que "em face um poder, que é lei, o sujeito que é constituído como sujeito é aquele que obedece" (1999, p. 82). Sendo assim, os sujeitos abjetos são, no nosso caso, aqueles que desobedecem as normas de gênero estabelecidas.

Butler utiliza o abjeto para discutir a construção da heterossexualidade a partir da rejeição da homossexualidade. Para Matheus Araújo dos Santos (2013) estratégia heteronormativa seria então fugir dos temores “homem gay” e “mulher lésbica” por meio da rejeição desses corpos e práticas. Entendemos que a heteronormatividade não se encontra apenas no binário homo/hétero, mas também no mulher/homem, onde nos deparamos com o desvio das pessoas trans. Por isso, sugerimos um complemento à noção de heteronormatividade, utilizando o (cis)heteronormatividade.

O abjeto, para Butler, não se restringe somente ao âmbito do sexo, gênero e (cis)heteronormatividade, ele também está relacionado a “todo tipo de corpos cujas vidas não são consideradas 'vidas' e cuja materialidade é entendida como 'não importante'." (BUTLER apud PRINS; MEIJER, 2002, p. 161). A não importância dos corpos abjetos acaba por torná-los mais suscetíveis a diversos tipos de violências simbólicas e materiais, que vão desde a falta de reconhecimento de suas

identidades até a violência física sofrida por conta desses desvios (SANTOS, 2013). Isso implica também na falta de inserção no mercado laboral.

Mas para relacionarmos a abjeção ao corpo, precisamos explicitar melhor porque esta dimensão é tão importante, e diríamos até, estruturante. A fabricação e adequação do corpo pode ser compreendida como a constituição da identidade social das travestis e mulheres trans, sendo nele incorporado características associadas simbolicamente às mulheres (BORBA, OSTERMANN, 2008). Dessa forma, compreendemos que as travestis e mulheres trans acabam por incorporar padrões de feminilidade que são esperados das mulheres cis, pois é no corpo que localizam os principais símbolos do feminino, investindo tempo e dinheiro para exibir um corpo novo (BENEDETTI, 2005).

"A escolha de um estilo de roupa, dos acessórios, passando pela sistemática eliminação dos pelos até as sessões de aplicação de silicone líquido, vão dando forma não só ao corpo, mas promovem toda uma mudança moral" (PELÚCIO, 2009, p. 214). A dimensão corporal é tão fundamental que para Benedetti (2005) é no corpo que as travestis se produzem enquanto sujeitos, sendo ele uma linguagem que concretiza os significados do feminino, conferindo para essas pessoas suas qualidades sociais.

Como Miriam Adelman et al (2003) sustentam, essa transformação corporal pela qual muitas travestis e mulheres trans se submetem tem um motivo: o constrangimento cultural que as faz utilizarem elementos da cultura hegemônica para legitimarem suas existências, tornando-se então 'prisioneiras' das normas de gênero tanto quanto as pessoas cis. Esse fato nos mostra que ao invés de questionarmos a reprodução de estereótipos por parte dessas pessoas, deveríamos estar refletindo sobre a imposição dessas normas e as consequências de fuga destas.

Nossos corpos têm agência, são construídos socialmente e estão interconectados por meio de práticas sociais e coisas que realizamos cotidianamente, mas ao mesmo tempo eles são objetos e agentes de práticas sociais (CONNELL; PEARSE, 2015; BUTLER, 2006). O corpo é uma dimensão fundamental, pois é por meio dele que expomos nosso gênero e sexualidade para os outros e que estes são apreendidos em seus significados sociais (BUTLER, 2006).

Além de implicar agência e estar envolvido em processos sociais e normas culturais, o corpo implica mortalidade e vulnerabilidade (BUTLER, 2006). É também por meio do corpo que as travestis e mulheres trans são expostas a violência, especificamente pela

corporificação de um gênero que não lhes foi autorizado.

Ao falarmos sobre a incorporação do gênero, precisamos apontar que ele é também uma espécie de corporificação do social, se referindo, nesse caso, a estruturas corporais e processos ligados à reprodução humana. De acordo a Raewyn Connell e Rebecca Pearse (2015), cada corpo tem então sua trajetória ao longo do tempo e essa corporificação do social envolve não apenas as condutas individuais nesse percurso, mas também inclui grupos e instituições sociais. Os processos corporais e estruturas sociais estão conectados pelo tempo, isso porque as práticas em que os corpos estão envolvidos formam tanto as estruturas sociais quanto as trajetórias sociais, esta última fornece condições para novas práticas nas quais os corpos estão envolvidos (ibdem). Aqui vemos como a dimensão do corpo se torna importante para pensarmos também o conceito de trajetórias.

O corpo, mesmo para as pessoas cis, é um produto social. Podemos inferir isso ao perceber as diversas mudanças estéticas que homens e mulheres cis passam ao longo da vida, e das incorporações de gênero que também fazemos com o passar do tempo. Essa percepção de que não são apenas pessoas trans que constroem um corpo de mulher nos possibilita a desnaturalização do corpo (e também do gênero), que passamos a perceber não apenas como um dado biológico (ADELMAN et al, 2003).

É no corpo que se inscrevem os signos do feminino para muitas travestis e mulheres trans. Mas o corpo também é fundamental para pensarmos o trabalho para essa população, já que ele está sendo constantemente exposto, avaliado e marginalizado dependendo de onde estão trabalhando, ou onde buscam trabalhar. Os movimentos intersex e de pessoas trans estão constantemente questionando, mesmo que implicitamente, as ideias que se impõem sobre como deveriam ser os corpos de cada gênero, por isso, a luta para se refazer essas normas por meio das quais os corpos são experienciados é fundamental para as políticas de gênero (BUTLER, 2006). Esse questionamento é essencial também para pensarmos a despatologização das vidas das pessoas trans, algo fundamental para a cidadania dessas pessoas, como veremos ao longo deste trabalho.

2.2.1 Patologização das identidades trans

O surgimento do termo transexual data de 1949, de acordo com

Connell (2012), com a publicação de um artigo denominado "*Psychopathia Transsexualis*" denotando assim o tom patologizador que o termo adquire desde seu início. Já Berenice Bento (2008) nos mostra que a tendência de produção de artigos que defendiam a especificidade de um "fenômeno transexual" se intensificou nas décadas de 1960 e 1970.

Bento (2008) nos indica que existem três documentos principais no que diz respeito à patologização das pessoas trans. O primeiro é o *Standart of Care (SOC) da World Professional Association for Transgender Health*, o segundo é o Manual de Diagnóstico e Estatísticas de Distúrbios Mentais (DSM- 4ª versão), feito pela Associação Psiquiátrica Americana (APA) e, por fim, o Código Internacional de Doenças que está em sua 10ª versão, produzido pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

Todos esses documentos colocam a transexualidade como uma doença que tem os mesmos sintomas em qualquer lugar do mundo, logo, a patologização caminha junto com a universalização (BENTO, 2008). Essa universalização se dá também na forma como as pessoas trans são vistas por esses três documentos: como portadoras de características e indicadores comuns que as colocam como transtornadas, não levando em consideração variáveis culturais, sociais e econômicas (ibidem). Se compreendemos que o gênero é um mecanismo que naturaliza o que é masculino e feminino por meio de normas rígidas, possuindo um pequeno espaço para a subversão dessas regras, entendemos que a patologização das identidades trans serve como uma reafirmação dessas normas, como consequência "as narrativas (das pessoas trans) são homogeneizadas para serem diagnosticadas" (BAGALI, 2016, p. 98).

A reafirmação das normas de gênero ocorre por meio também dos protocolos necessários para a mudança do registro civil em alguns países. A tríade tempo de terapia, prova de vida real e terapia hormonal está presente em legislações como a espanhola que segue o que foi estabelecido pela APA, pelo CID e pelo SOC (BENTO, 2014). Assim sendo, as pessoas trans precisam provar que estão de acordo com o que é esperado de cada gênero, socialmente, corporalmente e culturalmente, inclusive por meio de laudos de psicólogos e psiquiatras.

Não há neutralidade alguma no diagnóstico da transexualidade como doença, o que há são verdades estabelecidas socialmente para os gêneros, assim o processo de patologização dessas identidades faz parte de um discurso poderoso que mantém os gêneros atados à diferença sexual, conforme cunha Berenice Bento (2008).

Apesar disso, vemos recentemente um esforço dentro da

psicologia a favor da despatologização das identidades trans. Em 2015, o Conselho Federal de Psicologia se posicionou de forma favorável à despatologização das identidades trans e em 2016 foi lançada uma nota técnica do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul recomendando que psicólogos/as não mais produzissem laudos ou relatórios para atender as demandas do sistema de justiça no que tange a retificação do nome e/ou gênero no registro civil, mas que produzissem pareceres, dentro da perspectiva de despatologização e prezando pela autonomia dos sujeitos (CRPRS, 2016).

Um bom exemplo que nos mostra que o gênero não é algo natural e não é simplesmente uma diferença sexual são as pessoas intersex. As pessoas intersex são aquelas que nascem biologicamente entre os dois sexos tidos como únicos e possíveis. Existem mais de 40 estados intersexuais e a Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersex estima que uma a cada duas mil pessoas nasce intersexual¹⁹.

O sexo feminino e o masculino servem como justificativa para termos somente duas identidades culturais inteligíveis, homens e mulheres, formando uma suposta coerência entre corpo, gênero e posteriormente o desejo, por meio da heteronormatividade. A intersexualidade não é uma doença, mas é vista como algo a ser consertado. De acordo a Nádia Perez Pino, isso começa no nascimento, caso a genitália não responda completamente a questão “é menino ou menina?”, nesse caso essa ambiguidade faz com que a medicina comece uma série de intervenções corporais com tratamentos hormonais e cirurgias que pretendem ‘corrigir’ as genitais, isso tudo acontece mesmo com a intersexualidade não causando danos à saúde (PINO, 2007).

Relatos²⁰ de mulheres trans e travestis mostram que para requererem o direito da retificação da documentação civil elas necessitam de laudos de diversos profissionais, entre eles psicólogos, psiquiatras e assistentes sociais. Na entrevista com assistentes sociais, as perguntas feitas partem de expectativas do que é esperado socialmente de meninas na infância e de mulheres na idade adulta, como por exemplo, brincar com bonecas quando criança. Caso as mulheres trans e travestis não se encaixem nos estereótipos do que é ser mulher, elas podem ter o direito da retificação do registro civil negada. A discussão

¹⁹Fonte: <https://www.brasildefato.com.br/node/27282/>

²⁰Fonte:

<https://www.facebook.com/travestilidade/posts/168969076607049?match=YXNzaXN0ZW50ZSBzb2NpYWw%3D>

da patologização das identidades trans está diretamente conectada com a discussão sobre cidadania e humanidade dessas pessoas, dois aspectos fundamentais quando vamos discutir a sua inserção na escola e posteriormente no mercado de trabalho.

2.2.2 Cidadania trans

A relação entre a patologização das identidades trans e sua cidadania ocorre da seguinte forma: ao patologizarmos essas pessoas, estamos colocando-as no reino do abjeto, como indicado por Butler, ou seja, situamos pessoas no reino de vidas que não valem a pena serem protegidas e muito menos consideradas como válidas e com direitos. Bento (2014) nos mostra que a discussão sobre humanidade está muito conectada com a de cidadania.

Para sermos consideradas/os como cidadãos/ãos, precisamos antes sermos considerados como humanos, mas esse reconhecimento como humano requer, entre outros, a categoria de gênero, e este só é reconhecível por meio das normas de gênero, que ditam o que são corpos de homens e corpos de mulheres (BENTO, 2014). Dessa forma, “a reivindicação última das pessoas trans é pelo reconhecimento social de sua condição humana” (BENTO, 2014 p. 51). As pessoas trans estariam então dentro do âmbito da cidadania precária, que representa a negação da condição humana e de cidadão/cidadã aos sujeitos que carregam determinadas marcas no corpo (BENTO, 2014).

Ao discutir a retificação do registro civil para pessoas trans no Brasil, Bento (2014) mostra que no país, inventamos o nome social para as pessoas trans, feito por meio de normas que regulam o respeito ao gênero das pessoas em pequenas esferas, como repartições públicas, universidades e bancos.

Não temos no país uma lei que assegure os direitos fundamentais das pessoas trans, o que acontece é que esses direitos são conquistados de forma lenta (BENTO, 2014). Inclusive, muitas vezes observamos retrocessos em relação às questões que acreditávamos estarem avançando. Bento (2014) considera o nome social como uma solução à brasileira, ele serve para garantir às pessoas trans o respeito ao seu nome em determinadas esferas, mas não muda substancialmente a vida dessa população no que diz respeito à exclusão da cidadania.

2.3 ESCOLA: LOCAL DE TRANSFOBIA E CISNORMATIVIDADE

A discriminação contra pessoas trans começa muitas vezes com

a violência intrafamiliar, já na infância, o que faz inclusive com que queiram sair de casa antes mesmo de completarem a maioridade. Na escola, muitas delas relatam preconceito mesmo sem terem entendimento real de suas identidades, por vezes sofrendo bullying por serem consideradas afeminadas, ou gays (sic). A falta de um ambiente acolhedor na escola acaba por gerar desistência e abandono como apontado em diversos trabalhos acadêmicos, conforme argumentado por Alessandra Maria Bohm (2209), ao indicar que a maioria das entrevistadas, 70%, não chegou a concluir o ensino médio. O abandono escolar tem como causa o preconceito para 35% das entrevistadas de Bohm (2009). Destas, 100% afirmam terem sofrido violência verbal por parte dos colegas e 57,4% violência física (ibidem).

Para Berenice Bento (2008), o processo de evasão escolar no caso das pessoas trans deveria ser tratado como uma expulsão escolar, isso porque a escola funciona na prática como uma das principais instituições normatizadoras no que diz respeito ao gênero e quando falamos sobre crianças que são levadas a deixar a escola por uma falta de suporte e por um ambiente hostil é limitador falar em evasão. Essa expulsão ocorre também porque "currículos, regulamentos, instrumentos de avaliação e ordenamento dividem, hierarquizam, subordinam, legitimam ou desqualificam os sujeitos" (LOURO, 1997 p. 85). Assim, dentro da escola ocidental, os sujeitos que são qualificados e legitimados são os sujeitos cisheterossexuais.

A escola então funciona como um local que produz diferenças, distinções e desigualdades (LOURO, 1997). Isso não só no que diz respeito ao gênero e sexualidade, mas também à classe social, raça e nação. A escola não está isolada do resto da sociedade, portanto ela reproduz um modelo hegemônico que ajuda a marginalizar ainda mais aquelas que desviam das condutas esperadas no que diz respeito ao gênero e sexualidade. As violências se perpetuam dentro da escola em nome de um ideal de feminino e masculino, um ideal que muitas autoras denominaram como heterossexual, mas que aqui colocamos como cisheterossexual, para usar um marcador que indique o gênero mais fortemente.

Por ser um espaço de reprodução da normatividade, as experiências comuns de pessoas trans dentro da escola é de estigmatização e marginalização (ADELMAN et al, 2003). Miriam Adelman (et al, 2003) explica isso ao mostrar que, mesmo de forma irreflexiva, a escola usa o sexo para agrupar as crianças, e quando faz isso ela contribui para que se pense o mundo em uma forma binária e dicotômica no que diz respeito ao gênero, isso faz com que qualquer

ambiguidade de gênero seja tratada com estranheza e até mesmo crueldade e punição.

Os dados disponíveis em Florianópolis, resultado da pesquisa do núcleo Margens em parceria com a ADEH, mostram que 3,2% das informantes completaram apenas o ensino fundamental, 25,8% o ensino médio e 8,1% o ensino superior. Entre elas, 33,9% abandonaram os estudos entre 16 e 19 anos, época em que começaram a vestir-se com roupas que consideravam adequadas ao seu gênero e também quando deixaram de viver com suas famílias (BONASSI et al, 2015).

As humilhações, constrangimentos e perseguições frequentemente resultam na saída da instituição de ensino, que ocorre em geral na fase da adolescência, o que provoca prejuízos na formação vocacional, além de traumas psíquicos (ADELMAN et al, 2003).

Entre as 94 entrevistadas de pesquisa realizada pelo Grupo Esperança²¹ apenas cinco haviam terminado o ensino superior (CARVALHO, 2006). No artigo de Willian Peres (2009), os depoimentos variam desde uma travesti molestada dentro da escola (antes de sua transição), expulsa por ser considerada uma ameaça à normatividade, passando por outra que não foi aceita em uma escola de italiano, tendo como justificativa que iriam manchar a reputação do espaço, até uma mulher transexual que levou uma chuva de pedradas de colegas da escola.

Ainda que possuam realidades distintas, principalmente quando levamos em consideração a sua situação familiar, raça e classe, percebemos semelhanças apontadas em estudos acadêmicos e nos poucos levantamentos de dados quantitativos que existem sobre essa população: expulsão ou saída de casa, preconceito em diversos níveis da vida social, negação do uso do nome social e marginalização (BENTO, 2014).

O preconceito que sofrem possui um nome específico: transfobia. A transfobia se mostra como o conjunto das violências e constrangimentos sofridos pelas pessoas trans em decorrência do seu gênero. Vemos como em livros e pesquisas a ideia de homofobia é reiterada²². De alguns tempos para cá, observamos que a palavra

²¹ “O Grupo Esperança é uma Organização Não Governamental, fundada em 18 de fevereiro de 1994, cuja missão é trabalhar pela integração na sociedade de pessoas excluídas e em situação de vulnerabilidade social – em especial as travestis [...]” (GRUPO ESPERANÇA apud CARVALHO, 2006).

²² BENTO (2011, p. 552,) nos indica que utiliza homofobia “conforme proposto por Guacira Lopes Louro, 1997, p. 29: “Homofobia, o medo voltado contra

transfobia passa a tomar conta tanto das falas de ativistas quanto dos próprios trabalhos acadêmicos (cf. AMARAL, 2013; PLATERO, 2014; 2016; TORRES, PRADO, 2014).

Usamos o termo transfobia no lugar de homofobia, porque concordamos com Thiago Clemente do Amaral (2013) e cremos que se usamos o segundo termo estamos anulando um sujeito político que possui especificidades próprias, demandas próprias e que sofre preconceito de uma maneira distinta a dos homossexuais.

A expressão máxima da transfobia são os assassinatos das pessoas trans. "O desejo de matar alguém, ou o ato de fazer isso, por não se ajustar às normas de gênero pelas quais uma pessoa se *supõe* que vive, sugere que a vida mesma requer uma série de normas que a ampare, e que estar fora dessas normas, ou viver fora delas, equivale a cortejar a morte" (BUTLER, 2006, p. 58-59, tradução nossa, grifos da autora). Vemos aqui a íntima conexão entre as normas de gênero, que inclui a cisnormatividade e a transfobia.

O Brasil é o país do mundo que mais mata pessoas trans. De acordo com um levantamento da *Transgender Europe*, por meio do *Trans Murder Monitoring*, entre 2008 e 2014 foram assassinadas no Brasil mais de 600 pessoas trans²³. O México vem em seguida com pouco mais de 100 assassinatos. Dentre as mulheres assassinadas em todo o mundo, 65% eram prostitutas (das que se sabia a profissão).

A transfobia está intimamente conectada à cisnormatividade porque é por meio das normas de gênero que definimos quais vidas são consideradas normais e corretas e quais estão às margens, sujeitas às violências. William Siqueira Peres (2009) nos mostra que a escola é conivente com a transfobia ao reificar “modelos sociais de exclusão por meio de ações de violência (discriminação e expulsão) ou de descaso fazendo de conta que nada está acontecendo (não escuta as denúncias da dor da discriminação)” (PERES, 2009, p. 245).

Para Bento (2008), a escola é uma das principais instituições sociais que faz parte do projeto de produção de seres abjetos e de desumanização do humano. As considerações de Peres, Bento, Louro e a de outras pessoas, nos mostram que a escola não é neutra no que diz respeito à reificação dos papéis masculinos e femininos dentro da sociedade. Essa instituição não só não é neutra como reafirma quais são

os(as) homossexuais, pode-se expressar numa espécie de ‘terror em relação à perda do gênero’, ou seja, no terror de não ser mais considerado como um homem ou uma mulher ‘reais’ ou ‘autênticos’”.

²³ Fonte: <http://tgeu.org/tmm-idahot-update-2015/>

os modelos desejáveis dentro da esfera social, punindo, ou sendo conivente com as violências que essas pessoas sofrem no cotidiano escolar, contribuindo para a sua futura exclusão do mercado de trabalho.

Todo esse processo desencadeado pela transição que passam também culmina em um problema chave para esse grupo: a falta de inserção no mercado formal de trabalho. Esse é um ponto tão crucial para travestis e mulheres trans, que organizações da militância LGBT, especialmente as focadas em pessoas trans, se articulam para encontrarem soluções que vão além de políticas públicas oferecidas por alguns municípios do Brasil, como São Paulo, Rio de Janeiro e João Pessoa.

2.4 TRABALHO: ESPAÇO DE REAFIRMAÇÃO DO GÊNERO

As aspirações de trabalho e profissão entre mulheres trans e travestis são tão diversas quanto às de qualquer grupo de pessoas. Entre as informantes de uma pesquisa feita pelo Grupo Esperança de Curitiba em 2000, apenas 2,13% gostariam de ser prostitutas e entre as profissões almejadas estavam médica, professora, enfermeira, estilista e administradora de empresa. Mas a realidade mostra que esses sonhos estão longe de serem conquistados. Entre as ocupações mencionadas pelas entrevistadas dessa mesma pesquisa estão: prostituta (83%), cabeleireira, cozinheira, auxiliar de produção, recepcionista e maquiadora, atividades socialmente atribuídas às mulheres e que são menos valorizadas e remuneradas (CARVALHO, 2006).

Em Florianópolis esses números não são muito distintos. Dados da pesquisa do núcleo Margens em parceria com a ADEH, de 2015, mostram que 58% das pessoas trans entrevistadas (a maioria mulheres trans e travestis) tinham a prostituição como principal sustento financeiro e 82,3% afirmaram já terem feito sexo por dinheiro ou outros benefícios (BONASSI et al, 2015). Outro dado relevante da pesquisa é o que mostra que 77,4% dessas pessoas não têm carteira de trabalho assinada e 74,2% não contribuem com o INSS, estando em um âmbito de cidadania precária (ibidem).

Dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) evidenciam que 90% das travestis do Brasil encontram-se na prostituição. A questão fundamental é o fato de a prostituição não ser exatamente uma opção no caso dessas pessoas, e sim algo compulsório.

A prostituição, quase inevitável, é constatada em inúmeros estudos e etnografias que demonstram que é neste espaço que a maioria delas consegue inserção e acaba por construir a sua identidade. São

poucas as que conseguem superar a falta de escolarização e outras barreiras impostas pelas normas sociais para conseguir um emprego formal. Até a entrada e permanência na universidade pode ser um problema ao se depararem com a transfobia, demonstrada por sutilezas que são fundamentais na aceitação de suas identidades, como o uso do nome social e do banheiro feminino.

As atividades tradicionalmente atribuídas para mulheres trans e travestis são aquelas que têm um apelo mais feminino e que normalmente não exigem um nível de qualificação muito alto. Com relação à inserção no mercado de trabalho, as poucas oportunidades que surgem não envolvendo a prostituição são ofertas na área de beleza, estética, limpeza, serviços domésticos e artísticas, com baixa remuneração, precárias condições de trabalho e/ou instabilidade, conforme nos informa Laura Martendal (2015). O mercado de trabalho se fecha para elas, registra também Evelyn Raquel Carvalho (2006), fazendo com que casos de carteira assinada sejam raros e isolados.

Outra pesquisa que corrobora com esses dados é a feita por Miriam Adelman (et al, 2003) em Curitiba. As informantes desta pesquisa relataram que tiveram experiências de trabalho voltadas ao universo feminino e de baixo status, onde obtinham certa satisfação. Entre os desejos das entrevistadas estava o de fazer faculdade e explorar potencialidades não desenvolvidas (ADELMAN et al, 2003). As primeiras experiências de trabalho incluíam atividades como costureira, babá, cabeleireira, lavadeira, faxineira, copeira, etc (ibidem).

A prostituição se torna então um trabalho quase inevitável, muito por conta dos preconceitos que limitam suas oportunidades de estudo e pela hostilidade do mercado de trabalho. Em oposição a esse mercado de trabalho normativo a rua as acolhe (ADELMAN et al, 2003). O breu da noite parece ser o único lugar em que se permite sua atuação profissional (CARVALHO, 2006). A prostituição é um campo complexo de se retratar, especialmente porque os debates que envolvem a ocupação podem ser permeados por uma moralidade que indica que tudo relacionado a ela é negativo. Essa moralidade inclusive acaba sendo reproduzida por elas em alguns momentos, como aponta Pelúcio "[...] a prostituição, mencionada muitas vezes como um fardo, uma falta de opção – numa reprodução dos discursos morais hegemônicos –, aparece também como divertimento e valorização dos seus atributos físicos e eróticos" (2009, p. 72).

A pista/rua/avenida acaba por se tornar um espaço de sociabilidade, acolhedor para muitas, apesar das violências, desafios e rivalidades, "nas esquinas é que as travestis, muitas vezes, têm a

sensação de pertencer a algum lugar" (PELÚCIO, 2009, p. 70). A questão que nos parece significativa no que tange às travestis, mulheres trans e o seu alto número dentro desse trabalho é o fato de ser algo praticamente compulsório e a única ocupação para a qual são consideradas boas, quando as suas aspirações mostram que elas desejam estar também em outros espaços de trabalho.

A prostituição é um tema muito delicado e centro de discussões em âmbitos teóricos e práticos dentro do feminismo. A relação da prostituição com as mulheres trans e travestis é tema ou permeia de alguma forma uma infinidade de pesquisas e entre as mais famosas podemos citar à de Larissa Pelúcio (2009), Marcos Renato Benedetti (2005), Don Kulick (1998) e Hélio Silva (2012).

Até pouco tempo atrás o Código Nacional de Ocupação indicava "travesti" como um dos sinônimos para "prostitutas", quando, na realidade, a travestilidade ou transexualidade está relacionada com questões de gênero e não profissão (PELÚCIO, 2009). Torres e Prado (2014) apontam que a desaprovação social que mulheres trans e travestis sofrem, muitas vezes dentro do próprio movimento LGBT, é um tipo de estigma atribuído aos sujeitos do grupo considerado outsider, e nisso se incluem a relação delas com a prostituição, drogas e violência.

O preconceito as persegue caso tentem sair desta ocupação para outra considerada socialmente aceitável. Para elas, faltam perspectivas profissionais porque com o tempo e a idade as que trabalham com prostituição acabam sendo consideradas menos atraentes e não conseguem mudar de atividade, justamente por causa do descrédito ligado não só à sua identidade, mas à sua antiga profissão (GARCIA, 2007).

Marlene T. Rodrigues (2010) identifica que na atualidade há, concomitantemente, uma discriminação contra as mulheres que trabalham como prostitutas ao mesmo tempo em que emerge uma organização de defesa dos direitos das prostitutas. Aquelas que defendem esses direitos situam a discriminação e a violência enfrentadas pelas prostitutas como questão social que deve ser incorporada na agenda pública tanto do Estado quanto da sociedade (ibidem)²⁴.

Para Nancy Prada (2013), o trabalho tem um lugar decisivo na vida de mulheres trans por constituir sua fonte de renda, condicionando suas possibilidades de "feminilização" e configurando o principal espaço de sociabilidade. Em sua pesquisa, feita com mulheres trans

²⁴ Para ver mais sobre o debate entre prostituição e feminismo ler: Rodrigues (2010).

colombianas, ela constata que praticamente todas as possibilidades de trabalho remunerado que encontram são em salões de beleza ou na prostituição. Esses espaços ela propõe como sendo trabalhos transexualizados, ou seja, um tipo especial de trabalho feminino com a particularidade de ser um espaço laboral onde a presença das mulheres trans é naturalizada. Esses trabalhos estão envolvidos em uma lógica de cuidado (preocupação com a aparência e atenção sexual), sendo assim, são trabalhos para os quais supostamente as mulheres têm mais disposição e habilidades (PRADA, 2013).

O problema em caracterizar a prostituição como o único lugar laboral para travestis e mulheres trans é que esse ofício parece funcionar como uma situação laboral marginal. Ele se caracteriza por sua remuneração não fixa, instabilidade temporal e por não ter nenhum tipo de previdência social, impedindo a mobilidade de mulheres trans para outros espaços laborais. Afinal, é 'só nisso que são boas' (prostituição, serviços de beleza), completa a autora (ibdem).

Pelúcio (2005) nos dá ótimas contribuições para enxergar além das conotações negativas da prostituição. A autora considera "os territórios de prostituição"²⁵ como locais fundamentais para a construção da pessoa travesti" (2005, p. 221-222). Os elementos que compõem a sociabilidade estabelecida nesses espaços de prostituição envolvem afetos, disputas, demarcações territoriais, relações amorosas e comerciais, e há mais mitos sobre os perigos da noite do que a realidade etnográfica mostrou para ela. A própria pesquisa de Prada (2013) mostra que apesar da prostituição as deixar em posições vulneráveis, é por meio dela que elas conseguem acessar bens de consumo básicos, mantendo sua independência econômica.

Pelúcio (2005) identificou três formas como a prostituição era entendida por suas entrevistada

1) como uma atividade desprestigiada, com a qual só se envolveriam por necessidade, saindo dela assim que possível; (2) como uma forma de ascender socialmente e ter conquistas materiais e simbólicas; (3) como um trabalho, sendo, portanto, geradora de renda e criadora de um ambiente de sociabilidade. Essas não são posições estanques e definitivas, mas pontos de vista e percepções que se entrecruzam e dialogam (2005, p. 223).

²⁵ Pelúcio (2005) reforça em seu artigo que ela está se referindo aos espaços específicos em que foi feita sua etnografia, São Paulo e São Carlos-SP.

Com essa observação podemos ver que a prostituição pode ser vista de maneiras diferentes, também de acordo com a posição social que os sujeitos ocupam.

Para algumas entrevistadas de Prada (2013), que eram estilistas, a prostituição era uma ocupação indesejável, a ponto de uma delas considerar que existem diferenças importantes que as distanciam de mulheres trans que são trabalhadoras sexuais. Todas as dimensões que constituem parte da existência dos sujeitos (gênero, raça e classe) ficam explícitas nessa passagem. Buscar compreender as condições de empregabilidade dessas mulheres passa por compreender como esses fatores interferem nas relações que travam com o mundo.

Apesar dos ambientes hostis que encontram, seja na escola ou na sua ocupação, há estudos que mostram os processos de inserção de pessoas trans em determinadas profissões. Destacando-se aqui, os trabalhos que estudam as trajetórias de professoras trans, mostrando que há possibilidades de se fazer um trabalho que não se pautem apenas na prostituição quando falamos de mulheres trans, travestis e trabalho.

Para Marco Antônio Torres e Marco Aurélio Prado (2014), a entrada de professoras travestis e mulheres transexuais no ambiente escolar pode indicar uma mudança nas relações de poder entre estabelecidos e *outsiders*, isso porque elas acabam por criar relações de solidariedade com outros sujeitos, como aluno/as. Já o trabalho de Neil Franco e Graça Aparecida Cicillini (2015) possui outra perspectiva, mas reafirma, assim como Torres e Prado (2014), que poucas pessoas trans conseguem concluir os estudos preliminares por causa do ambiente hostil onde são obrigadas a permanecer a partir do momento em que iniciam a construção de seus gêneros. A permanência das pessoas que desviam de condutas cisheteronormativas em espaços escolares é constantemente perpassada pela hostilidade, imposição de modelos de vida (BOHM, 2009). A violência, seja física ou simbólica, reitera sempre a ideia da travesti como um corpo abjeto.

É importante ressaltar os aspectos que diferem as vivências dessas mulheres trans e travestis no que diz respeito à raça, classe social e apoio familiar. No tangente à raça, Franco e Cicillini (2015) indicam que as professoras trans entrevistadas que se identificaram como negras ou pardas foram as que majoritariamente relataram vivências de violência materializada no período da educação básica e da superior. Essa é, portanto, uma variável fundamental na construção da metodologia deste trabalho.

3 MERCADO DE TRABALHO

Um estudo propriamente sociológico sobre o trabalho, dentro da conjuntura de reestruturação produtiva em que vivemos, deve ter como objetivo demonstrar os processos de produção e reprodução da nossa própria sociedade (ABRAMO, 1999). Esse pensamento cabe perfeitamente aqui, pelos apontamentos já feitos de que o mercado de trabalho não só se baseia na dicotomia de gênero, como também ajuda a criá-la.

A perspectiva queer nos auxilia a compreender que os poderes reguladores como medicina e justiça institucionalizam o que é normal e aceitável dentro do corpo social. A escola também acaba por se tornar um dos principais locais de aprendizado do que é normal e de punição do que é anormal. Seguindo essa lógica, compreendemos que o mercado de trabalho também acaba por punir quem foge às normas de gênero. Ainda mais, este ajuda a criar a diferença por não inserir essas pessoas e, novamente, reafirmar a abjeção delas ao considerá-las, por vezes, estranhas demais para estarem em determinados postos de trabalho ou por não compreenderem se são homens ou mulheres. Logo, não encontram posições de trabalho que sejam consideradas adequadas para elas.

Algumas transformações vão ocorrendo ao longo dos anos, e entender a mudança social também é papel da sociologia. Para compreender essas transformações, utilizaremos as entrevistas e documentos examinados, mas antes disso, precisamos compreender esse contexto amplo e questionar essas instituições, algo que um trabalho crítico queer também se propõe.

O mercado de trabalho pode ser definido sucintamente como “um arranjo institucional em que vendedores e compradores de trabalho realizam suas transações” (HORN, 2006, p. 179). Para além de pensar nessas transações e na importância dessas trocas para as pessoas, precisamos pensar também os processos subjetivos que envolvem o trabalho.

Consideramos como trabalho “aquilo que implica, do ponto de vista humano, o fato de trabalhar: gestos, saber-fazer, um engajamento do corpo, a mobilização da inteligência, a capacidade de refletir, de interpretar e de reagir às situações, é o poder de sentir, de pensar e de inventar” (DEJOURS, 2004, p. 27). Para nós, trabalho é tudo isso, tanto uma atividade de produção social, como uma relação social com suas especificidades históricas, assim como uma atividade onde está involucrada a subjetividade individual. Isso se torna importante para

entendermos que o trabalho não é constituído apenas pelas atividades remuneradas.

Martine Xiberras (1993) considera que estar fora de um trabalho é estar fora do pacto social que sustenta a sociedade. Já Nadya Guimarães (2009) demonstra que há uma coerção para indivíduos desempregados buscarem um emprego sem pausas, sendo este o comportamento esperado do ‘bom desempregado’. Apesar de entendermos que a situação dos sujeitos dessa pesquisa é distinta à dos desempregados temporários, compreendemos, por meio dessas considerações, a importância do trabalho na contemporaneidade.

A necessidade de uma inserção no mercado formal de trabalho é calcada na ideia de que o trabalho é um dos determinantes das condições de vida das pessoas, sendo que o sustento da maioria dos indivíduos depende da venda de suas habilidades no mercado de trabalho, argumenta Bila Sorj (2000).

O trabalho, para a psicodinâmica do trabalho, não é então apenas uma atividade de produção, ele está sempre colocando à prova a subjetividade dos sujeitos, que é modificada conforme as atividades que exercemos no mundo, dessa forma, ao trabalharmos não estamos apenas produzindo algo, estamos nos transformando (DEJOURS, 2004). A visão do autor é interessante também porque ele envolve a dimensão corporal ao indicar que é por meio do corpo que os sujeitos fazem o mundo e o habitam (ibdem).

Helena Hirata e Danièle Kergoat nos trazem uma visão complementar de trabalho que se adequa a nossa pesquisa, para elas, o “trabalho” inclui emprego, atividade, desemprego, saúde, escola/formação/emprego, etc” (HIRATA, KERGOAT, 2003, p. 113), assim temos uma visão mais ampla do conceito.

Considerar as subjetividades dos sujeitos é fundamental para essa pesquisa, considerando não apenas o gênero como fator subjetivo e objetivo fundamental, mas também como o trabalho acaba por afetar as transições que as nossas informantes passam ao longo da vida. Isto é interessante para pensar como por meio do trabalho conseguem ou não alguma validação para suas identidades. De que forma, então, o trabalho influencia nas suas identidades?

Partimos do pressuposto de que o mercado de trabalho, em um nível macro, não apenas se baseia em uma dicotomia de gênero para segregar trabalhos ditos femininos e masculinos, como veremos melhor adiante, mas que ele também ajuda a criar o gênero, ao passo que ele institui as diferenças entre homens e mulheres e considera as pessoas

abjetas como inaptas para a maioria das ocupações, justamente por não se encaixarem no que é esperado de um homem ou de uma mulher cis.

Porém, em um nível micro, em pequenas esferas organizacionais, como as mulheres trans e travestis conseguem se inserir? Quais modificações os trabalhos que conseguem trazer para suas identidades e suas vidas? São perguntas que pretendemos responder ao longo das análises das entrevistas.

Para viabilizar essa pesquisa necessitamos utilizar dois conceitos analíticos que não encontramos na teoria queer ou em teorias pós-modernas e pós-estruturalistas. Com o objetivo de construir um mosaico com conceitos que deem conta de analisar o nosso tema de estudo, utilizaremos os conceitos de empregabilidade para tratarmos da articulação entre trabalho e gênero, assim como o de trajetórias laborais. Mas antes de elaborarmos mais sobre esses conceitos, precisamos indicar em que cenário macro as entrevistadas estão inseridas.

3.1 MERCADO DE TRABALHO, PRECARIZAÇÃO E FLEXIBILIZAÇÃO

Os estudos sobre o mercado de trabalho tendem a demonstrar uma crescente flexibilização e precarização das atividades, ao mesmo tempo em que ocorre uma tendência geral de terceirização dentro das empresas (ABRAMO,1999; LEITE, 2012; SORJ, 2000). Essa é uma realidade que se impõe a todos os trabalhadores e trabalhadoras atualmente, mas no caso da nossa pesquisa, além dessa condição atual do mercado laboral, temos que considerar sobretudo os limites impostos à essa população sob estudo.

Como já foi referido anteriormente, compreendemos, por meio dos estudos queer e das primeiras reflexões de Foucault, que as instituições sociais estão calcadas na lógica (cis)heteronormativa, e isso significa que mesmo em tempos anteriores à flexibilização, com sindicatos fortes e atuantes, as pessoas gays, lésbicas e trans tendiam a “ficar em seus armários”²⁶ para não serem excluídas do mercado. Ou seja, o preconceito de gênero se sobrepunha certamente à solidariedade de classe. Fato esse que ainda hoje se reproduz como uma tendência dominante, apesar das tímidas tentativas de grupos específicos de abrir possibilidades para a inserção laboral dessas pessoas duplamente tensionadas, pelas condições do mercado laboral em geral e pelas

²⁶ Ficar no armário é uma expressão popular brasileira que significa esconder que se é LGBT, algo muito difícil no caso das pessoas trans.

restrições de gênero. Afinal, materializar as desconformidades com o gênero masculino em seus corpos nem sempre lhes permite essa chance da ocultação (no “armário”).

Diante desse cenário, trata-se de refletir sobre a própria seleção de quem pode ou não trabalhar em determinados espaços. Nesse sentido, a empregabilidade (aqui entendida como as oportunidades e capacidades que alguém tem de conseguir ou manter uma ocupação, englobando fatores pessoais e estruturais) das travestis e mulheres trans não tem sido limitada necessariamente ou exclusivamente por uma flexibilização do mundo do trabalho. Sua inserção laboral tem sido dificultada por um fator pouco estudado em relação ao mundo do trabalho: a dissidência das normas de gênero.

Portanto, apesar de não tomarmos a precarização e flexibilização do trabalho como pressupostos fundantes desse trabalho, compreendemos que esse contexto atual das relações de trabalho acabam por afetar os sujeitos dessa pesquisa também, especialmente aquelas que pertencem às classes sociais mais baixas.

Para David Harvey, o momento em que vivemos é o de acumulação flexível, que tem como características fundamentais a flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, produtos e padrões de consumo. A acumulação flexível também é responsável por um novo padrão de desenvolvimento desigual em diferentes regiões do mundo (HARVEY, 1992).

Por causa desses processos, o mercado de trabalho passou por uma radical reestruturação.

Diante da forte volatilidade do mercado, do aumento da competição e do estreitamento das margens de lucro, os patrões tiraram proveito do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de mão-de-obra excedente (desempregados ou subempregados) para impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis. É difícil esboçar um quadro geral claro, visto que o propósito dessa flexibilidade é satisfazer as necessidades com frequência muito específicas de cada empresa. [...] Mais importante que isso é a aparente redução do emprego regular em favor do crescente uso do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado (HARVEY, 1992, p. 143).

No Brasil, foi na década de 1980 que acontecerem os primeiros processos de reestruturação produtiva, quando as empresas adotaram aos poucos novos padrões tecnológicos e também novas formas de organização sexual do trabalho (ANTUNES, 2010). Como falamos, o termo sexo não é o mais adequado para o nosso trabalho, por isso consideramos que as empresas estavam na realidade adotando novas formas de organização de acordo com o gênero.

Mas para o autor foi somente nos anos 1990 que esse processo de reestruturação se desenvolveu de forma mais intensa, por meio da implantação de modelos provindos do ideário japonês e da acumulação flexível, assim como a inserção das formas de subcontratação e terceirização da força de trabalho (ibidem). As mudanças trazidas pela reestruturação produtiva do capital levaram ao crescimento tanto da precarização quanto da informalidade de trabalho (NOGUEIRA, 2010),

A precarização das formas de emprego, vista no nível micro, acabam por levar a condutas desleais entre pessoas e ruína das solidariedades, como apontado por Dejours (2004). Não obstante, se isso é uma característica dominante nos tempos atuais, no caso das nossas entrevistadas e de pessoas trans estudadas por outros pesquisadores/as, nota-se que existe uma alta colaboração entre elas. Esses vínculos solidários, que ocorrem tanto entre mulheres e homens trans ao criar redes de apoio, surgem no intuito de contornar a situação social de restrição do mercado, uma vez que não possuem apoio nem do Estado e em algumas vezes nem da família e amigos²⁷.

Mais recentemente, a mundialização, transnacionalização e financeirização dos capitais estão reconfigurando o nosso universo trabalhístico, envolvendo produção, indústria e serviços (ANTUNES, 2010). Essa nova era do trabalho em que vivemos traz outra consequência consigo, um contingente crescente de sujeitos que passam a serem excluídos do mundo produtivo, tornando-se sujeitos desqualificados para participarem das negociações sociais (ABRAMO, 1999). O desemprego estrutural, como relatado por Antunes e Alves (2004) e também demonstrado por Abramo (1999) é importante de ser levado em consideração neste trabalho, porque como sabemos, as mulheres trans e travestis, apesar de colocadas a margem do mundo laboral, também estão inseridas nesse contexto mais amplo.

²⁷Apesar disso, o trabalho de Benedetti (2005) mostra uma série de condutas desleais entre travestis que trabalhavam na prostituição em disputa de pontos.

Porém, compreendemos que o local laboral destinado às mulheres trans e travestis sempre foi o da prostituição, então esse desemprego estrutural as afeta de uma forma muito mais intensa, especialmente quando essas pertencem às classes sociais mais baixas e são negras. Isso porque, há um preterimento de vagas de trabalho, sobretudo no mercado formal de trabalho.

Diante desta conjuntura, consideramos fundamental a consideração de Dejours ao indicar que o trabalho se desenvolve em um mundo definido por relações de poder, dominação e desigualdade, portanto, ao trabalhar, estamos engajando nossas subjetividades em um mundo hierarquizado, coercitivo e ordenado, onde ocorrem lutas pela dominação (DEJOURS, 2004). É nesse contexto então, de mudanças nas formas de contratação e exploração do trabalho humano, de lutas pelo poder e relações de desigualdade que se encontram as pessoas aqui pesquisadas.

3.1.1 Gênero e mercado de trabalho

Quando abordamos as relações de poder e desigualdade estamos falando especialmente sobre gênero e classe social, isso porque nenhuma das nossas entrevistadas era negra. Por isso, ao indicar o contexto laboral e de precarização precisamos levar em consideração as pesquisas sobre gênero e mercado de trabalho que já foram feitas. Em geral, os estudos feitos no marco da sociologia do trabalho investigam a inserção laboral das mulheres e tratam sobre as diferenças nos tipos de trabalho exercidos, diferenças no que diz respeito aos salários, desemprego e raça, conforme registrado tanto por Cláudia M. Nogueira (2010), como por Lais Abramo (1999) em seus estudos.

Nas últimas décadas, houve um aumento da força de trabalho feminina em postos formais e informais, no entanto, essa inserção se deu em sua maioria em áreas onde há mais empregos precários e vulneráveis (NOGUEIRA, 2010). A inserção das mulheres trans e travestis também se dá em empregos precários e vulnerabilizados, empregos esses considerados feminilizados: prostituição, área de estética, limpeza, call center. Como vimos no capítulo anterior, seguindo as pesquisas de Laura Martendal (2015) e Nancy Prada (2013).

Apesar do processo de feminização do trabalho, que vem ocorrendo na América Latina, ainda há uma predominância do contingente masculino (NOGUEIRA, 2010), no sentido de que o espaço do trabalho ainda dá benefícios e privilegia mais os homens cis. Por exemplo, os salários das mulheres no serviço doméstico corresponde a

pouco mais de 52% do salário dos homens (ABRAMO apud NOGUEIRA, 2010). O desemprego, uma forma de precarização social, está atingindo de maneira mais intensa o mundo do trabalho feminino (NOGUEIRA, 2010).

Como destacam Hirata e Kergoat (2003), o trabalho assalariado é um dos maiores acessos à cidadania social, e o aumento do desemprego junto com a flexibilização da mão-de-obra, entre outros processos, nos conduziram a uma revisão do conceito de trabalho e o lugar real do assalariamento no acesso à cidadania. O tema de acesso à cidadania interseccionado com o acesso ao trabalho faz parte do escopo dessa pesquisa, visto que as instituições não operam de forma isolada, como demonstramos no capítulo anterior.

Para compreendermos de forma ampla os fatores associados à empregabilidade de mulheres trans e travestis em Florianópolis precisamos compreender de fato como gênero, raça e classe se entrecruzam, formando uma trama de restrições. Cabe registrar que inclusive um dos fatores que se destaca, além do gênero, nessa condição restritiva da maior parte das mulheres trans e travestis, no universo pesquisado, tem relação direta com o fator classe social, como notamos nas entrevistas que realizamos.

A própria identidade travesti é muitas vezes relacionada ao trabalho que ela exerce (na maior parte das vezes a prostituição) ou à classe social que elas pertencem, em geral, as classes mais baixas.

Bruschini e Lombardi (2003) nos dão pistas sobre a discriminação de raça e gênero dentro do mercado de trabalho. Ao analisar pesquisas feitas até 1995, elas demonstraram que a discriminação de raça é mais intensa que a de gênero dentro do mercado de trabalho (levando-se em consideração apenas pessoas cis), mas apesar disso, uma escolaridade mais alta propiciaria que ‘a condição de raça/cor fosse menos discriminatória que a de gênero’ (BRUSCHINI, LOMBARDI, 2003, p. 328). Isso, porque, dentro da população que possui ensino médio completo ou superior incompleto, os homens brancos ganhavam os maiores salários seguidos dos homens negros. As mulheres negras continuavam na última posição, sofrendo com o peso duplo da discriminação. Como no caso das mulheres negras, vemos o caso da nossa entrevistada Heloísa, que apesar de possuir pós-graduação, trabalha em posições consideradas subalternas, como veremos adiante.

Assim como as mulheres cis, as mulheres trans são majoritariamente inseridas no mercado de trabalho em posições precárias, como a prostituição e limpeza. Um trabalho que as autoras

exemplificam como sendo precário é o trabalho doméstico, devido a suas longas jornadas de trabalho e pelo baixo índice de carteira assinada, responsável pela ocupação de mais de 4 milhões de mulheres brasileiras (BRUSCHINI, LOMBARDI, 2003).

Esse também é um nicho de mercado responsável pela absorção de algumas mulheres trans para além da prostituição, como demonstrado por Martendal (2015). Uma das nossas entrevistadas trabalhou como faxineira por um breve período de tempo, mas expôs na sua entrevista um pouco dessa precarização que comentamos, ao indicar que a sua chefe se recusou a pagar seu vale transporte, o que a fez abandonar o serviço.

Como vemos, há algumas comparações possíveis entre a inserção de mulheres trans no mercado laboral e das mulheres cis. Apesar de ser uma situação distinta, pois o trabalho da mulher cis historicamente foi considerado como reprodutivo, e logo, sem um valor no sentido econômico da palavra (HIRATA, KÈRGOAT, 2003), a entrada no mercado de trabalho assalariado se dá via posições subalternas em geral. A diferença, além da transfobia institucional, é que as mulheres cis, com escolaridade, conseguem ocupações que condizem com a sua escolaridade, algo que notamos ser difícil para as mulheres trans e travestis.

3.1.2 Contexto do mercado de trabalho catarinense

Apesar da conjuntura geral em que se insere o Brasil, devemos ressaltar que dentro do país a estrutura do mercado de trabalho da Grande Florianópolis é relativamente próspera. A região metropolitana da cidade foi indicada em 2015 como a que possui a menor taxa de desemprego do país (4,9%)²⁸. Os dados disponíveis do último censo do IBGE, de 2010, nos mostram que a maior parte dos ocupados da Grande Florianópolis²⁹ encontra-se na situação de assalariados (74%) e a maioria destes estão em postos formais de trabalho (85%), com apenas

²⁸ Fonte: <http://www.gazetadopovo.com.br/economia/grande-curitiba-tem-a-2-menor-taxa-de-desemprego-do-brasil-9o0biz07zs3pnqqvkvwbunnr>

²⁹ A região da grande Florianópolis abrange as cidades: São João Batista, Palhoça, Tijucas, São Pedro de Alcântara, Santo Amaro da Imperatriz, Nova Trento, Florianópolis, Biguaçu, São José, Canelinha, Antônio Carlos, Paulo Lopes, Governador Celso Ramos, Alfredo Wagner, Major Gercino, Rancho Queimado, Águas Mornas, Anitápolis, São Bonifácio, Leoberto Leal e Angelina.

15% sem carteira de trabalho assinada. Vale ressaltar também que 21% dos ocupados se enquadram como trabalhadores por conta própria³⁰.

Na contramão desses números, de acordo com a pesquisa “Direitos e violências na experiência de travestis e transexuais em Florianópolis: construção de um perfil psicossocial”, realizada pelo Núcleo Margens da UFSC em parceria com a Associação em Defesa dos Direitos Humanos com Enfoque na Sexualidade (ADEH), das 85 pessoas travestis e transexuais entrevistadas, 73 afirmaram já terem feito “sexo por dinheiro”, e 55 afirmaram ser profissionais do sexo (BONASSI, HINING, FUCHS, 2015). Esse números vão ao encontro dos relatados pela ANTRA, que indica que 90% das mulheres transexuais e travestis no país sobrevivem no mercado informal de trabalho, mais especificamente, na prostituição (MARTENDAL, 2015).

O contexto local da Grande Florianópolis nos mostra algo que já havíamos ressaltado anteriormente como pressuposto da nossa pesquisa, de que mesmo com a reestruturação produtiva, a empregabilidade de mulheres trans e travestis não tem sido negada necessariamente por dificuldades e obstáculos próprios do mercado de trabalho ou crises pontuais, mas sim porque essas pessoas fogem às normas de gênero e não conseguem ser enquadradas em estereótipos e expectativas das instituições sociais.

3.2 EMPREGABILIDADE E TRAJETÓRIAS LABORAIS

Entendemos que o conceito de trajetórias laborais, enquanto itinerários de trabalho, nós é muito útil para poder compreender as condições de empregabilidade de mulheres trans e travestis na Grande Florianópolis. Procurando reviver esses percursos através das entrevistas, conseguimos compreender quais são as estratégias seguidas, particularmente no que se refere às relações sociais que são mobilizadas e estruturadas visando a busca ou manutenção do trabalho. Ou ainda, quais relações permitem que elas consigam outras ocupações laborais para além da prostituição. A escolha desse conceito de trajetória laboral ainda é particularmente útil no caso dessas pessoas, por entrelaçar-se com o de trajetória vital. Isso, sobretudo por tratar-se de pessoas que ao materializar sua identidade, vivenciam uma transição que pode vir a modificar as anteriores condições de empregabilidade.

³⁰ Fonte: <http://www.sst.sc.gov.br/sine/arquivos/BOLETIM-REGIONAL.Florianopolis2013.pdf>

Família, amigos e companheiros (maridos, namorados) são os principais citados como suporte financeiro, emocional e pessoas que indicam empregos para as entrevistadas dessa pesquisa. Outro dado relevante é a solidariedade que surge entre as próprias travestis e mulheres trans, como já citamos e que desenvolveremos melhor adiante. Porém, é importante notarmos como, em geral, são pessoas próximas que dão esse suporte e raramente o Estado é citado.

Em casos onde há abandono familiar e corte de relações de antigas amizades, a quem elas poderiam recorrer? Nesses casos, os trabalhos citados que tratam sobre a prostituição nos mostram que são outras travestis e mulheres trans que as acolhem e acabam por encontrar um ofício para elas, que em geral envolve “trabalhar na pista”³¹. Além dos trabalhos citados, as entrevistadas dessa pesquisa que já trabalharam na prostituição também relatam que foram por amigas trans que chegaram a essa ocupação.

Mas antes de analisarmos as entrevistas, precisamos desenvolver melhor os conceitos de trajetória laboral e empregabilidade. Este último termo, de acordo com Náder e Oliveira (2007), é uma concepção ainda em disputa, por isso privilegiamos a versão da empregabilidade interativa. Essa versão surgiu no começo dos anos 1990 e é vista como a capacidade de um indivíduo conseguir um emprego (ou um trabalho, que não necessariamente tem um vínculo formal, com carteira), considerando ao mesmo tempo a interação entre as características pessoais e as condições do mercado de trabalho, dessa forma são conectados os traços e características individuais com as tendências do mercado (GAZIER, 2001).

Por estar em disputa, o termo possui diversas versões. Ao fazer um levantamento histórico do surgimento do termo, Gazier (2001) aponta que ele foi usado pela primeira vez no início do século XX, tendo múltiplas aplicações ao longo do tempo e provocando diversos debates, mas a maior parte destes sempre enfatizou o papel central da iniciativa e habilidades dos trabalhadores. Ainda de acordo com o autor, a empregabilidade não é apenas uma noção teórica, mas sim "uma forma de identificar os problemas e as prioridades que estão conectadas com as ações das pessoas e instituições envolvidas no acesso ao trabalho e emprego" (GAZIER, 2001, p. 5).

Gomes (2002) também indica que o termo empregabilidade denota uma disputa de versões na agenda política. A autora registra que ele é usado na década de 1980 e 1990, sobretudo na acepção de

³¹ Pista significa o espaço da prostituição (PELÚCIO, 2009).

'empregabilidade como iniciativa individual', ou seja, entendendo-se que esta seria de responsabilidade exclusiva do indivíduo, tornando-se chave para os novos discursos do paradigma de gestão empresarial. Em oposição a esta interpretação, a autora compreende a noção de empregabilidade de outra forma, enquanto "empregabilidade interativa", considerando-a como estratégia de inserção no trabalho que envolve além dos fatores biográficos (do indivíduo), também o conjunto de fatores e atores que compõem essa trama que torna possível ou que impede a manutenção ou a obtenção do trabalho. Dessa forma, a abordagem é contemplada pela interação e temporalidade. Junto com esta noção, são incorporadas as colocações de Castro, Cardoso e Caruso (1997), que indicam que as trajetórias ocupacionais dos indivíduos são resultado do entrecruzamento de suas próprias estratégias de emprego combinadas com as estratégias de preenchimento de postos de trabalho (GOMES, 2002).

Apesar de utilizarmos aqui a noção de empregabilidade interativa, cabe explicar que o conceito de empregabilidade de iniciativa tem tido mais visibilidade dentro do mercado, dos meios de comunicação e até na criação de políticas públicas, conforme demonstram Náder e Oliveira (2007) ao fazerem uma crítica ao conceito usado desta forma, colocando toda a responsabilidade pela conquista de um emprego nos indivíduos. Outra crítica semelhante é a de Lemos, Rodriguez e Monteiro (2011) ao corroborarem que o conceito de empregabilidade 'circula' como um discurso individualista, privilegiando as ações dos sujeitos interessados em encontrar uma ocupação, em detrimento da responsabilidade da sociedade em gerar oportunidades de trabalho.

De acordo com Gomes (2002), no início dos anos 2000, o termo empregabilidade, como noção individualizante de responsabilidade por sucesso profissional, vai sendo substituído pelo termo empresariabilidade. Dessa forma "a conquista do trabalho bem sucedido é do empresário de si mesmo" (ano, p. 85). No contexto atual (2016), vemos que a palavra da vez é a de empreendedorismo. Empreender se tornou um desejo de muitos trabalhadores e é visto por algumas das entrevistadas como um sonho para o futuro.

Apesar de ser um sonho, compreender que a empregabilidade não é uma questão que depende apenas de atributos individuais, mas de uma interação no âmbito do próprio mercado, empreender também não depende apenas das habilidades individuais. Em uma das entrevistas,

Letícia³² revela que uma colega trans abriu um restaurante que fazia sucesso até o momento em que a clientela descobriu que ela era trans e parou de frequentar o local. Essa passagem nos demonstra a importância de considerarmos as limitações de uma abordagem que leva em consideração apenas os sujeitos e não as estruturas sociais quando pensamos no empreendedorismo de si.

Náder e Oliveira nos mostram o histórico feito por Grip, Loo e Sanders (2004), estes indicam que quatro fatores influenciariam nas chances de um indivíduo manter-se ativo no mercado de trabalho. A primeira delas seriam as características individuais (sobretudo as relacionais) das pessoas, este aspecto é fundamental para nosso estudo, especialmente porque para Grip, Loo e Sanders (2004) as relações sociais de uma pessoa são essenciais nesse processo. A questão do gênero não é indicada nesta problemática pelos autores, mas ao analisarmos as condições desiguais de acesso ao mercado de trabalho por parte de mulheres trans e travestis, e também ao observarmos o mercado desigual para mulheres em relação aos homens, entendemos que o gênero é um fator imprescindível na busca por um emprego. É interessante ressaltar, porém, que novamente aparece o peso das relações sociais para encontrar uma ocupação.

Para compreender a empregabilidade interativa dentro das trajetórias laborais de mulheres trans e travestis, a ideia de transição é fundamental. Isso porque a passagem do gênero que lhes foi designado ao nascer (masculino) para uma identidade considerada feminina acaba por cortar laços anteriormente estabelecidos e passam a serem vistas como corpos abjetos. Para compreender a ideia de transição junto à de trajetórias nos apoiamos em Elder (1985) que sustenta a importância das transições dentro das carreiras, desenvolvendo o conceito de "pontos de inflexão" para analisar o inesperado.

3.2.1 Trajetórias laborais

A busca por um trabalho e a forma como essas pessoas por ventura o buscam revelam as formas de sociabilidade, como indicado por Guimarães (2012), ao afirmar que quando tratamos da procura, esta é uma forma "da construção da vida social, da mobilização das relações sociais, da eficácia dos laços sociais, enfim, dos mecanismos não mercantis presentes na operação do mercado de trabalho" (2012, p. 124).

³² Os nomes de todas as entrevistadas foram trocados para manter o seu anonimato.

Isso representa um tópico basilar nessa pesquisa, onde buscamos também analisar quais laços elas conseguem mobilizar na busca por uma ocupação laboral.

O uso do conceito de trajetórias laborais nos permite utilizar uma perspectiva biográfica dentro do referencial teórico escolhido, que por sua vez nos auxilia a questionar as estruturas sociais onde essas pessoas estão inseridas e explicar porque determinados processos ocorrem. Ao unir a perspectiva queer com as trajetórias e o conceito de empregabilidade alcançamos uma boa análise de sujeitos e estrutura.

Tratamos de fazer dialogar a perspectiva queer com esses conceitos porque para realizarmos as entrevistas e a análise de discurso precisamos construir um dispositivo analítico, onde optamos pela mobilização de determinados conceitos e procedimentos (ORLANDI, 2009). Mesmo que os conceitos de empregabilidade e de trajetórias laborais não façam parte de teorias pós-estruturalistas e pós-modernas consideramos eles adequados já que nessa composição se amplia seu valor heurístico, o que permite abordar nosso problema de pesquisa na sua complexidade.

Podemos considerar a história de vida uma narrativa que se refere à construção de um itinerário temporal ao qual o indivíduo atribui um sentido para si, mas sempre essa história individual vai ser criada a partir de situações de interação social. Ou seja, esse percurso de vida vai refletir as normas sociais e valores de uma época que são compartilhados entre a comunidade e esse sujeito que faz parte dela (PUJADAS MUÑOZ, 1998). As trajetórias de trabalho também podem ser compreendidas nesses termos, como os itinerários e orientações que sujeitos tomam no campo do trabalho, resultado de ações e práticas utilizadas pelas pessoas em situações ao longo do tempo (ELDER apud GOMES, 2002).

A análise das trajetórias laborais enfoca o processo mediante o qual sujeitos se localizam no mercado de trabalho como um processo no tempo histórico e biográfico (DOMBOIS, 1998). Já para Elder, as perspectivas de curso de vida servem como uma orientação teórica que define um contexto para estudos empíricos e nessa função orientadora ela sugere questões e demonstra porque elas são importantes (1985, p. 27).

Nessa pesquisa, optamos por utilizar a definição de Elder (1985), pois ela alia o conceito de trajetórias ao de transições. Ao falarmos sobre os contextos em que os sujeitos dessa pesquisa vivem, devemos considerar que as forças culturais e estruturais apresentam restrições às linhas de carreira de determinados sujeitos que acabam por

planejar as suas trajetórias a partir das opções disponíveis (ELDER, 1985).

As trajetórias de vida podem ser mapeadas ao relacionar diferentes estados conectados ao longo dos anos. No caso das nossas entrevistadas isso é relevante, uma vez que se trata de pessoas que em algum momento de suas histórias individuais podem indicar situações que marcaram suas vidas após tornar pública a sua identidade de gênero. Essa passagem certamente significa uma transição na trajetória de vida e, provavelmente traz reflexos importantes em várias esferas da vida, e particularmente no âmbito do trabalho. No nosso caso, de trajetórias laborais, seriam os estados de emprego e desemprego. Cada uma dessas trajetórias é marcada então por essa sequência de estados e transições, que podem ser mudanças mais ou menos abruptas (ELDER, 1985).

O estudo das trajetórias também é útil para analisar as mudanças históricas e a mobilidade intrageracional (DOMBOIS, 1998). Além, claro, de oferecer uma visão a longo prazo dos cursos de vida (ELDER, 1985). Na nossa pesquisa, torna-se ainda mais importante analisarmos nas diferenças que se destacam entre as gerações. Por exemplo, uma das entrevistadas, de 45 anos, ressalta que se não fosse pela luta das travestis e mulheres trans na década de 1980 e 1990, as mulheres trans mais novas não teriam as mesmas oportunidades que possuem atualmente. Destacar as diferenças entre as gerações é possível por meio dos estudos de suas trajetórias e das circunstâncias em que elas ocorrem.

O estudo das transições dentro das trajetórias demarca um evento que dá uma forma e significado distinto para essas trajetórias (ELDER, 1985). Com esse poder analítico, essa perspectiva, portanto, contribui significativamente para identificar essas guinadas nos percursos de vida das nossas entrevistadas. Como já foi argumentado, além do limiar representado pela transição de gênero, ou provavelmente por causa desse evento, surgem mudanças que as marcam no que diz respeito ao trabalho, afora outros eventos que elas poderão vir a indicar como marcos e inflexões em suas trajetórias. Seja uma morte de uma pessoa próxima, um acidente de trabalho, ou qualquer outro evento marcante que as fazem repensar os rumos que suas vidas estavam tomando, aqui incluídos os rumos laborais.

Mas o impacto dessas transições, como ressalta Elder (1985), não pode ser compreendido sem levar em consideração o seu contexto temporal, por isso, novamente, a importância de estudarmos o contexto laboral atual. Para além do contexto temporal, consideramos

fundamental compreendermos o contexto que a perspectiva queer nos traz, para assim entendermos como essas pessoas encontram-se em sua maioria em um único local laboral, o da prostituição.

Para compreendermos a importância das transições, ou pontos de inflexão, nas trajetórias das nossas entrevistadas, devemos levar em consideração quatro variáveis: (1) natureza da transição e sua duração (2) recursos e crenças que as pessoas trazem para essa situação (3) como a situação é definida e (4) linhas de adaptação resultantes dessas transições. Tudo isso porque diferentes adaptações provem das mesmas transições, levando a diferentes trajetórias (ELDER, 1985).

A primeira transição que levamos em consideração é a de gênero, a partir disso vamos pensar esses quatro pontos levantados por Elder que nos ajudam a compreender como, em um âmbito mais subjetivo, as entrevistadas se adaptam ao novo³³ contexto de suas vidas. Algumas entrevistadas demonstram terem uma segunda transição, ou ponto de inflexão em suas trajetórias, um momento em que repensam suas vidas e que suas trajetórias acabam por tomar outro rumo.

É possível fazer um entrelaçamento entre perspectiva queer e o conceito de trajetórias quando falamos sobre normatização e ajustamento social. Entre os estudos que lidam com esse conceito de trajetórias, não se desconhece a importância do tema das normatizações, já que é exatamente sobre essa base que se constroem as próprias trajetórias. De fato, um dos expoentes que lida com esse conceito de trajetórias é Glen H. Elder Jr (1985), que ressalta o poder da normatização ao afirmar que há uma época apropriada para tudo em nossas vidas, desde entrar na escola até casar, ter filhos e se aposentar, concluindo que os desvios desses cursos ocasionam algumas consequências que são demográficas e normativas. Ou seja, sem desconhecer essa possibilidade no cerne dessa teoria, podemos trazer isso com uma maior ênfase através desse diálogo com a perspectiva queer, uma vez que para a abordagem do nosso objeto a importância das normas, dos ajustes e desajustes é fundamental.

Em outro lugar do seu texto, o mesmo Elder prossegue comentando que desde os anos 1980 já havia uma documentação das consequências de eventos de vida que ocorriam fora do tempo e sequência normativa. Nesse ponto, vamos além de Elder, baseadas na

³³ Novo a partir do momento em que externam seu gênero, pois muitas relatam que desde a infância já se sentiam diferentes. Por não se adequarem ao que era esperado, isso trazia um sofrimento.

perspectiva queer, já que como em nosso estudo tratamos de uma quebra de expectativas das normas de gênero e sabemos de onde elas provêm, no nosso caso não é algo que ocorre fora do tempo ou sequência, e sim algo que ocorre fora da matriz do considerado normal no que diz respeito ao gênero, fora da matriz heterossexual³⁴, fato esse que remete a uma possibilidade histórica. Isso porque, as gerações atuais, pelas pressões de movimentos sociais envolvidos com os assuntos de gênero, possuem uma possibilidade maior de manifestar-se publicamente, sinais dos tempos.

Ainda sobre normatização, concordamos com Rainer Dombois (1998): “são instituições e normas sociais as que estruturam as sequências laborais e guiam as orientações e estratégias dos atores, tanto dos trabalhadores como dos empregadores, em formas típicas” (DOMBOIS, 1998, p. 173). Para o autor, existem grupos de trabalhadores e trabalhadoras que sempre serão não competitivos porque as suas oportunidades de trabalho são restringidas por normas e instituições que delimitam a competição disponível para essas pessoas.

Para Letícia M. Terra (2012), a perspectiva biográfica nos permite a reconstrução das histórias de vida a partir do cruzamento de três dimensões específicas: (1) a multiplicidade de instituições presentes na história de vida e a importância que cada uma tem, elas remetem a dimensões subjetivas e objetivas em que se desenvolve a trajetória individual; (2) a variabilidade do tempo na articulação das instituições na história de vida e (3) a articulação entre os elementos objetivos e subjetivos ao longo da trajetória (TERRA, 2012, p. 40).

Para compreender as trajetórias laborais das informantes dessa pesquisa e conseqüentemente analisar suas condições de empregabilidade, precisamos levar em consideração a conjuntura em que se encontram e as particularidades de cada entrevistada. O contexto colocado diz respeito ao gênero e ao mercado de trabalho, estruturantes em sua vida. As particularidades, veremos na análise das entrevistas.

A partir disso, as trajetórias laborais podem ser analisadas a partir de três eixos, o eixo que sustentamos aqui é da articulação ou tensão entre objetivo e subjetivo, traduzido no nosso caso como tensão entre estrutura e sujeitos políticos, esse eixo então pode ser apresentado em níveis macro, meso e micro (TERRA, 2012). Apesar de partimos das entrevistadas, o que pode parecer uma abordagem microssociológica, a

³⁴ A matriz heterossexual é a responsável por estabelecer a coerência entre sexo, gênero, desejo e prática sexual, conferindo inteligibilidade aos corpos (BUTLER, 2003).

perspectiva queer nos permite analisar as estruturas e instituições presentes na reificação das normas de gêneros e os documentos analisados dão uma dimensão espacial-temporal da pesquisa, dessa forma, nos aproximamos mais de uma abordagem meso.

Para Dombois (1998), a análise das trajetórias laborais tem um duplo objetivo, o primeiro é o de analisar a diferenciação como um processo, por meio da observação de mobilidade intrageracional e mudanças nas posições laborais e o segundo é o de estabelecer o impacto de processos, instituições e normas sociais na estruturação dessas pautas. Entre as instituições mencionadas pelo autor estão a educação e o trabalho (DOMBOIS, 1998). Cabe aqui lembrar que estas instituições foram citadas no capítulo anterior, como sendo fundamentais no próprio processo de diferenciação entre os gêneros.

No estudo da biografia individual, como feito na nossa pesquisa, percebemos os sujeitos da pesquisa como capazes de interpretar suas situações no mercado de trabalho, desenvolver estratégias e tomar decisões pertinentes ao seu contexto e biografia (DOMBOIS, 1998). Assim, na continuação, procuraremos desenvolver seus relatos sobre as trajetórias.

4 TRAJETÓRIAS LABORAIS DE MULHERES TRANS E TRAVESTIS NA GRANDE FLORIANÓPOLIS

Ao analisar o discurso não devemos utilizar os textos e dados apenas como ilustrações ou provas de algo já sabido previamente, ao contrário, a análise deve produzir um conhecimento a partir dos textos selecionados (ORLANDI, 2001). É isso que tentamos fazer ao analisar as entrevistas e documentos. Produzir um conhecimento acerca do contexto laboral da cidade de Florianópolis, das transições e resistências que vem ocorrendo nesse espaço por parte das mulheres trans e travestis.

As entrevistas dessa pesquisa foram então funcionando como peças de um quebra-cabeça. Aos poucos fomos compreendendo o contexto mais amplo do que elas significavam, as diferenças entre gerações e classes e também das transições das entrevistadas. Aos poucos também, fomos entendendo o que significava elas serem as exceções dentro de um grupo marginalizado. Para lembrar, vamos trazer novamente o quadro com as entrevistadas, agora com o nome fictício que designamos para cada uma delas.

Quadro 3: Entrevistadas e seus nomes

Entrevistada	Atual trabalho	Gênero	Raça/etnia	Idade	Escolaridade
Mariana	Autônoma (vende doces e brechó)	Mulher transexual	Branca	41	Segundo grau completo
Zélia	Administradora	Mulher transexual	Branca	37	Superior em andamento
Heloísa	Atendente cinema	Travesti	Branca	29	Pós-graduação completa
Viviane	Manicure/prostituta	Mulher trans	Branca	40	Fundamental incompleto

Tatiana	Autônoma (massoterapeuta/artista)	Mulher trans	Branca	42	Médio completo
Letícia	Autônoma (projetos sociais)	Mulher trans	Branca	46	Médio incompleto
Daniela	Freelancer de bartender	Mulher trans	Branca	21	Superior em andamento

Fonte: quadro produzido pela autora

Zélia, Heloísa, Tatiana e Mariana foram as que mais ressaltaram serem exceções e, de certa forma, reafirmaram como ser diferente nesse caso pode dar uma falsa ilusão de meritocracia. Há diversos fatores envolvidos em suas trajetórias que as fazem uma exceção. Vale ressaltar que a maioria das entrevistadas dessa pesquisa está com idade acima da expectativa de vida de pessoas trans no Brasil, 35 anos, além disso, todas as entrevistadas são brancas, outro fator importante a se considerar, pois além da transfobia, não sofrem com o racismo, que também é estruturante no mercado de trabalho.

Dito isso, passamos para as categorias que nos permitem refletir sobre as suas trajetórias a luz do referencial teórico e conceitos analíticos. No meio das categorias, colocamos brevemente as trajetórias laborais das entrevistadas, em quadros, para que o texto ficasse mais fluído.

4.1 ESCOLARIDADE/ESCOLA

A escola, como colocado no segundo capítulo, é uma das principais instituições responsáveis por reificar as normas de gênero e punir aqueles/as que fogem a elas. As nossas entrevistadas trouxeram pontos de importante reflexão no que diz respeito à violência dentro da escola, seja por serem lidas como gays afeminados ou já como mulheres trans/travesti.

Mariana relata que sofreu *bullying*³⁵ na escola desde o momento em que iniciou a sua transição hormonal. Uma importante estratégia naquele momento foi a união com outras meninas trans, de quem é amiga até hoje.

O *bullying* era muito forte, se hoje já é intenso, antigamente era bem pior, então era dentro do colégio mesmo, e fora também, muitas piadinhas e a gente se juntava, eu e outras trans e outros gays também, nos juntávamos pra nos defender e nos manter firme ali. (Mariana, setembro de 2016).

Os laços de solidariedade entre pessoas trans e eventualmente outras pessoas LGBT se mostraram fundamentais em muitos momentos das entrevistas. Seja por meio do envolvimento na ADEH, na busca por alteração na retificação do registro civil, no ambulatório para consulta com médicos/as pensado para pessoas trans ou, como no caso, fortalecimento em grupo para resistência à violência.

Heloísa foi outra que afirmou ter sofrido *bullying* durante os anos escolares. Quando ainda se identificava como um garoto, tido como afeminado, o preconceito era frequente, mas no momento em que se afirmou como travesti, a discriminação diminuiu. Ela não conseguiu identificar uma causa para esse processo, mas na visão dela isso pode ter relação com a sua coragem por ‘sair do armário’. A coragem então é vista por ela como um fator mais relevante para os seus colegas do que ela ser travesti.

Um incidente de trabalho que impulsionou a transição de gênero

Diferente das outras entrevistadas, Zélia teve uma transição tardia, o que possibilitou a ela uma realidade diferente dentro do mercado de trabalho. O seu primeiro emprego foi em um jornal como revisora, depois passou para reportagem e por fim foi editora. Trabalhou um tempo com jornalismo, depois com direito, onde foi assessora de uma juíza. Trabalhou em diversos locais e por fim encontrou um emprego como comissária de bordo, tudo isso antes da transição de gênero.

³⁵ O *bullying* é o conjunto de violências físicas e psicológicas provocadas intencionalmente por uma pessoa ou grupo de pessoas contra pessoas, em geral, vulnerabilizadas.

Durante esses anos pré-transição, aprendeu diversos idiomas e foi agregando conhecimentos em diversas áreas. Um ponto de inflexão importante ocorreu quando passou por um incidente aéreo, onde ela acreditou que iria morrer, aquele foi o seu momento transformador, a sua epifania. Naquele episódio, ela se deu conta de que não gostaria de terminar a vida daquela forma, ela não faria mais concessões. A transição ocorreu após esse episódio, aos 30 anos de idade.

A transição de gênero a deixava receosa, porque não sabia se conseguiria trabalhar, então relutou ao máximo, tentando conter essa característica, acreditando que conseguiria viver no armário. Nunca se prostituiu e ressalta que não se sente melhor do que ninguém, ao contrário, se sente privilegiada, porque segundo ela não teria perfil para esse trabalho.

Após a transição, começou a trabalhar com o marido, o que foi um facilitador, desde então só trabalhou na empresa dele, começando como sua assessora e agora como diretora de uma empresa ao mesmo tempo em que auxilia na administração de outra. Além disso, Zélia faz duas faculdades, Gastronomia e Gestão Financeira.

Atualmente, trabalha em um meio que considera machista e conservador, que é a Engenharia de Perícia, mas onde não vê resistências por parte dos empregados. Ela pondera que talvez eles não tenham coragem de verbalizar. Por esse tratamento, ela esquece que é diferente, pois passa despercebida.

Viviane é a única que afirma ter abandonado os estudos por conta do *bullying* na oitava série, que começou por causa da sua transição. Além da escola, teve que sair de casa porque a família não aceitou a sua transição na época. Letícia, que é da mesma geração que Viviane, abandonou os estudos na sexta série, mas isso não teve relação com *bullying* sofrido na escola, segundo ela.

A escolaridade das entrevistadas variou desde as que abandonaram os estudos no ensino fundamental até uma pós-graduada. Zélia ainda não é formada, mas ela já fez quatro períodos de Jornalismo e Letras e atualmente faz duas faculdades, por ter tanta bagagem educacional formal, compreende que sua história é diferente. Assim como ela, Heloísa, que possui graduação e pós-graduação também entende que é uma exceção.

Assim, eu vejo que comparada com as outras, talvez eu tenha um pouco mais de estudo. Realmente, comparada com as que eu conheço, a

maioria faz programa, então elas nem procuram se especializar em alguma área, estudar (Heloísa, setembro de 2016).

A fala de Heloísa traz algo muito importante de ser ressaltado: a dita falta de interesse em se especializar em alguma área. A ativista trans Márcia Rocha indica que a eventual falta de vontade de mulheres trans e travestis de estudarem provém da sua baixa expectativa de vida, 35 anos, vinculada a um mercado de trabalho que não oferece nem vantagens, nem respeito para elas.

Porque você falar pra ela que você vai arrumar emprego pra ela trabalhar numa fábrica, ela vai dizer que ganha três vezes isso na rua e faço só o que eu quero e eu vou ter que aguentar chefe, aguentar homofóbico, aguentar horário e tudo pra ganhar um terço do que eu ganho. Ah, mas e o futuro? O futuro, não tenho futuro, com 30 anos eu estou morta. [diz ela como relatam muitas trans vítimas da marginalização]. (OLIVEIRA, 2013)

Em muitos casos, a transição das mulheres trans e travestis começa em uma idade nova, antes dos 18 anos ou logo após a maioridade. Das nossas entrevistadas, apenas Zélia e Tatiana afirmam ter transicionado após os 18 anos. Por terem tido transições enquanto jovens, e muitas ainda na escola, é fundamental compreendermos como os processos de transfobia ocorreram já desde cedo em suas vidas, mesmo que esses não as tenham feito abandonar os estudos, acabam por limitar suas possíveis escolhas profissionais, como veremos no caso de Heloísa mais adiante.

4.2 TRANSIÇÕES E PONTOS DE INFLEXÃO

Há duas dimensões das trajetórias: o tempo biográfico e o tempo histórico. O tempo biográfico estabelece os ciclos de vida, já o tempo histórico determina limitações e oportunidades que definem os diferentes espaços para trabalhos (DOMBOIS, 1998). Quando as entrevistadas falam sobre suas transições de gênero, podemos analisar essas duas variáveis: a época de suas vidas em que ocorre essa transição e o período histórico.

Uma transição considerada tardia, depois que já tiveram mais oportunidades de estudo e de trabalho pode ser de certa forma

vantajosa³⁶ para conseguirem postos de trabalho pós-transição. Ao comentar sobre a sua transição de gênero, Zélia afirma que não tinha amigas trans como referência, e que seu processo se deu primeiro com a aceitação, depois hormonização e por último implante de silicone. Ela é o exemplo que nos referimos quando falamos sobre transições tardias. Sua transição se deu aos 29 anos, como já foi falado, após um incidente de trabalho, quando ainda era tida como homem e trabalhava como comissária de bordo. Ela é a única das entrevistadas que possui um cargo de chefia atualmente.

O incidente aéreo foi um ponto de inflexão em sua trajetória, quando ela se deu conta de que não gostaria de terminar a sua vida daquela forma. Após o acidente, conseguiu ficar um tempo sem trabalhar, recebendo uma renda de benefício de stress pós-traumático. Por causa da transição tardia, ela indica que sempre carregava um sentimento de rejeição, de não adequação. Após a transição, parou de tomar antidepressivos, dos quais dependia há dez anos. Por tudo isso, se arrepende de não ter enfrentado o pai antes e, por conseguinte, ter feito a transição há mais tempo.

Zélia considera Laerte como uma fonte de inspiração. Ao ver uma pessoa trans transicionar depois dos 50 anos, ela se deu conta que para ela, com 29, não era tarde, mostrando que não há uma idade correta ou um jeito certo de realizar a transição corporal e que exemplos e referências podem ajudar nesse processo.

Além dessa referência, a mãe e a irmã de Zélia a apoiavam e incentivavam. A mãe comprou maquiagem e roupas consideradas femininas, sempre sabendo que a filha era trans. Por isso, considera sua história tão diferente. O resto da família por vezes tinha dúvidas em como se dirigir a ela, se no feminino ou masculino. O acidente, no final das contas, desencadeou um processo pelo qual Zélia é muito grata.

Foi uma coisa assim, pra mim aquilo acabou com a minha segurança de exercer aquela atividade e daí que entrei em uma crise, uma depressão, isso tudo acabou que... aquelas coisas na vida da gente que num primeiro momento parecem uma tragédia e depois parece que foi a melhor coisa que aconteceu. Foi uma experiência horrível, foi, uma experiência assim, mas se eu não tivesse tido essa experiência tenebrosa eu também não ia

³⁶Considerando apenas fatores externos a subjetividade das entrevistadas, se levarmos em conta o sofrimento delas por não transicionarem, não há supostas vantagens nesse processo.

conseguir, talvez, penso eu, que ainda estaria vivendo nas sombras do que eu era (Zélia, setembro de 2016).

Guinada mística

Antes da transição, quando se identificava como um garoto, Mariana trabalhava como *office boy* em empresas. Após começar a transição de gênero, durante o ensino médio, conheceu outras meninas trans em seu colégio, que lhe mostraram o “mundo paralelo ao mundo social preconceituoso, que era o mundo da prostituição”. Ela relata que conheceu esse “submundo”, nessas palavras, e que acabou indo para a Itália trabalhar com 23 anos de idade.

Antes de ir para a Itália, ela havia feito um curso de massoterapia, mas não tinha muitos clientes, então optou por continuar na prostituição, dessa vez no exterior. Permaneceu lá sete anos e conheceu seu companheiro, que lhe comprou um apartamento em Florianópolis e ainda lhe garantiu uma quantia em dinheiro mensal, dando suporte para que ela fizesse cursos e saísse da prostituição.

Ela conta que foi saindo da prostituição aos poucos, relacionando muito essa ocupação laboral a vícios como bebida e outras drogas. Um importante ponto de inflexão em sua vida foi quando o pai faleceu e no mesmo ano o companheiro italiano parou de enviar o auxílio financeiro.

Nessa época, ela tinha depressão e tomava antidepressivos, sentia como se os dois homens da sua vida a estivessem abandonando. Naquele ano, tentou trabalhar com massagem novamente, mas não conseguiu clientela. Ela relata que teve então uma experiência mística, onde um espírito disse para ela mudar de vida, senão ela morreria. Mariana então começou a estudar Yoga, meditação e terapias orientais que a ajudaram a parar de usar as drogas em que era viciada. Atualmente, trabalha vendendo doces veganos e roupas em um brechó.

Ao contrário de Zélia, Mariana e Heloísa tiveram transições mais novas. Mariana aos 17 anos e Heloísa aos 16. Além da sua transição de gênero, outro ponto de inflexão na história de Mariana, o relativo à experiência mística que a fez abandonar as drogas e a prostituição, é atribuído, por ela, à sua espiritualidade muito forte. Segundo ela, o duplo evento que ela identifica como o marco do abandono - o

falecimento do pai dela e o término com o companheiro que a ajudava financeiramente - gatilha essa visão espiritual de proteção de um ser que se manifestou para ela e lhe falou que se ela não mudasse de vida, iria morrer, isso porque ela dirigia alcoolizada e já havia se envolvido em acidentes. Isso aparece como a alternativa para a solução da crise e retomada dessa nova trajetória. Esse fato vai ao encontro do que Elder (1985) indica, que para compreender as transições precisamos levar em consideração os recursos e crenças que as pessoas trazem para a situação. As crenças de Mariana então colaboraram para um novo rumo na sua vida, onde o renascimento da espiritualidade lhe permitiu essa inflexão e dar novo sentido a sua trajetória de vida. Como lembra Gomes (2002) apoiando-se em escritos do mesmo Elder, não podemos pensar as trajetórias independentes das transições.

A transição de gênero de Heloísa se deu em um momento de transformações dentro de sua família e em sua vida. Era o momento de mudança do colégio para a faculdade e também de separação dos pais. A mãe dela ficou reticente no início, mas hoje em dia ela diz que prefere uma filha assim do que se ela fosse um homem machista. A relação das duas é de solidariedade, pois ela foi a única filha que permaneceu em casa.

Durante sua transição, ela não falava com o pai pessoalmente. Ela tinha medo da reação dele, pois sabia que ele era machista por causa da educação que recebeu. Para combater isso, sua madrasta a auxiliou nesse processo de aceitação do pai e hoje em dia ela afirma ter uma relação boa com ele. Apesar da aceitação do pai, quem a ajudou financeiramente a bancar a transição foi o namorado de sete anos, que pagou as próteses e hormônios.

Já para Tatiana, o trabalho foi fundamental em sua transição. Além do trabalho como *drag queen*³⁷ a ter ajudado a compreender que de fato era trans, ela relata que foi questionada se iria parar de trabalhar por se assumir trans. Essa era a primeira pergunta que as pessoas lhe faziam,

³⁷ A *drag queen* é conhecida popularmente como um homem que se veste de mulher, mas, para além disso "o ser drag esta associado ao trabalho artístico, onde se tem uma elaboração de uma personagem performática de uma elaboração extravagante, caricata e luxuosa também. Através da montagem, os intérpretes/performistas transformam seus corpos rotulados de masculinos em outros corpos não segmentarizados pelo gênero ou sexo diferenciando assim dos demais, portanto cada montagem é ritualizada de forma diversa, podendo assim dizer, se tornando uma tarefa um tanto quanto impossível de enquadrá-las em uma definição fechada" (SANTOS, 2014, p. 1417).

afirmando que 'transexual só faz programa'. Tatiana teve que insistir que uma pessoa transexual poderia trabalhar com o que quisesse, que o seu destino não deveria ser um só.

Ela conta um episódio em que ela estava fazendo uma peça de teatro,

(...) isso já mais adiante, totalmente assumida, e tal, me assumi mesmo em 2007, fiz a minha transformação total em 2007... Eu ia mandar o meu release para a imprensa, e uma jornalista pergunta “tá, mas você é atriz ou você é transexual?” Tipo como se não pudesse ser transexual, ou que transexual não podia ter profissão, falei não, eu sou transexual e sou atriz, transexualidade não é trabalho, é meu gênero (Tatiana, outubro de 2016).

Essa passagem nos mostra como o gênero das travestis e mulheres trans está intimamente conectado a um local laboral, que posteriormente as coloca em uma única e determinada classe, colaborando com a dificuldade que possuem de terem acesso a uma cidadania plena. O discurso de que travestis e mulheres trans equivalem a prostitutas foi constatado em outros estudos anteriores, e é contra esse discurso que muitas das entrevistadas e movimentos organizados de pessoas trans lutam, com um discurso que questione esse determinismo social para as mulheres trans.

As outras entrevistadas pouco comentaram sobre suas transições de gênero e não demonstraram ter outros pontos de inflexão em suas vidas, além daquela. A relação do trabalho com a transição se mostra não só no momento específico em que começam a ser vistas como femininas, mas também ao longo de suas trajetórias.

4.3 TRANSFOBIA

É interessante ressaltar na nossa pesquisa as transfobias que ocorreram em suas vidas dentro do mercado de trabalho, e as diferenças no tratamento de pessoas trans e outras pessoas LGB. Partindo do pressuposto de que a transfobia opera de modo distinto às outras fobias de gênero e sexualidade, percebemos como alguns locais laborais não demonstravam preconceito contra pessoas LGB, mas manifestavam contra pessoas trans.

Alta qualificação, ocupações subalternas

Heloísa é formada em Naturologia e possui Pós-Graduação em Gestão de Pessoas, mesmo assim, seu atual trabalho é como atendente em um cinema. Começou a trabalhar aos 24 anos, isso porque os pais puderam ajudá-la financeiramente, o que fez com que ela não precisasse trabalhar antes.

Antes da transição, havia trabalhado na empresa do pai, que de acordo com ela "a aceita", mas por ele trabalhar com mecânica, um ambiente muito masculino, ela nunca conseguiu se adaptar.

Aos 24 anos, passou em um processo seletivo em Biguaçu onde trabalhou por dois anos, depois disso ficou mais difícil encontrar um emprego, porque ela teve que procurar ocupações em lugares privados, que ela acreditava ser mais difícil, considerando que no público "você passou, eles tem que te aceitar, já uma coisa privada eles não tem essa obrigatoriedade".

Depois disso, foi recepcionista de um salão de beleza, trabalhou em um *call center* e em uma fábrica de roupas. Apesar de ter encontrado muitos empregos, ela afirma: "eu acho que por um lado eu poderia ter conseguido coisas melhores, só que nesse quesito, por eu ser travesti, eu nunca consegui uma vaga adequada a minha formação".

Quando se formou, ficou seis meses buscando emprego na área de Naturologia, mas nunca conseguiu. Apesar de trabalhar como atendente em um cinema há dois anos, considera que "acima disso eu nunca vou ser por eu ser travesti, eu até fui promovida e despromovida".

Heloísa foi a que mais trouxe relatos de transfobia relacionados ao mercado de trabalho. Em entrevistas de emprego, quando chegava ao local, sentia o impacto das pessoas quando a viam, inclusive ela pensa que se soubessem que ela era travesti, elas não teriam sequer a chamado para fazer entrevista. Ela percebia isso quando os empregadores tentavam fazer a entrevista o mais rápido possível. Heloísa entende que não é contratada não por sua falta de capacidade, mas sim por uma questão de aparência, que aqui podemos compreender como passibilidade, algo que será melhor desenvolvido adiante.

No caso do cinema em que trabalha, quando ela foi promovida e despromovida, ela ia se tornar assistente de tecnologia, que apesar de ser uma área em que ela não possui formação, o gerente iria alocá-la. Quando o chefe disse em uma reunião que ela seria promovida, uma

colega exigiu que ele não fizesse isso, porque ela teria mais direito a ser promovida do que Heloísa.

Na fábrica de roupas, Heloísa iria trabalhar no setor de qualidade, mas no seu primeiro dia o dono visitou o setor e dez minutos depois o chefe do RH a chamou e a dispensou. Ela acredita que ele não gostou de vê-la lá, pois a justificativa para a demissão após um dia de trabalho foi muito vaga, algo como "não era necessário terem contratado ela". Heloísa estranhou, pois essa fábrica é famosa por ter muitos gays e lésbicas, por isso, ela acredita que há pessoas que não tenham preconceitos contra pessoas LGB e tenha contra travestis. "As travestis são muito marginalizadas" (Heloísa, setembro de 2016).

Ser marginalizada na nossa sociedade, então, corresponde também a uma marginalização laboral. Isso tem como consequência que a questão das travestis esteja diretamente relacionada a uma questão de classe social. A própria Judith Butler nos alerta que as identificações de gênero, raça, classe, sexualidade e posição geopolítica estão imbricadas umas nas outras, portanto, não devemos apenas relacionar esses vetores de poder, mas sim, tratá-los conjuntamente e perceber como essas categorias convergem (BUTLER, 1993).

Outra entrevistada que nos mostra como há um preconceito também no meio LGBT é Tatiana, que acredita ter sofrido mais preconceito no meio gay do que no meio hétero. Isso porque quando começou a transicionar, a boate gay em que ela trabalhava a questionou, falando que se ela se assumisse mulher perderia o emprego, porque eles não queriam uma travesti na porta de uma casa gay. Tatiana acabou utilizando algumas estratégias para que a boate a aceitasse, agora como mulher trans, que veremos adiante.

Já em comparação com pessoas cis em um meio hétero, Tatiana tem noção de que mesmo tendo uma carreira considerada de sucesso dentro do meio artístico, a sua carteira de trabalho nunca foi assinada nem na rádio e nem na TV.

As pessoas fazem questão de colocar você num lugar assim ó "você é transexual, você está aqui, qualquer coisa que aconteça você é a primeira a sair, entende, primeiro os outros, você é a última" e é o que sempre aconteceu, o primeiro corte que tinha, quando dava uns apertos da crise financeira e tudo mais, a primeira pessoa a ser demitida é a transexual (Tatiana, outubro de 2016).

Ela ressalta que se dedicava ao máximo aos trabalhos, justamente por ter seu gênero questionado. Ela comenta que quando uma pessoa heterossexual comete um erro, há várias explicações, mas quando é uma pessoa LGBT ou uma mulher cis e hétero, o gênero e a sexualidade são colocados na frente. Dessa forma, compreendemos que Tatiana, de certa forma, mostra uma resistência dentro desses trabalhos, pois não trabalha só para si, mas para representar bem a sua classe, porque sabe que se ela errar, a sua má reputação vai ser automaticamente transferida para o resto das travestis e mulheres trans.

Duas das entrevistadas namoram atualmente homens trans. Apesar de eles não serem o foco da pesquisa, pois não têm como local laboral quase único a prostituição, também há uma forte marginalização e transfobia contra eles.

O meu marido é homem trans, eu fui com ele em várias entrevistas de serviço, ele levou o currículo, usou o nome social dele direitinho, quando chegava pra fazer entrevista que eles olhavam o documento e via que o documento não condiz com a pessoa, porque ele tem uma aparência masculina, porém está o nome feminino, aí eles viam o que? Que não era nem sapatão, nem gay, era um trans, **embora muitas vezes não saiba o que é**, aí ‘depois a gente liga’, aquele velho papo, depois não ligava [...] Um gay, uma lésbica consegue, porque por exemplo, uma gay afeminada, por mais que ela seja afeminada, ela está com aquela aparência masculina correspondente a identidade de gênero ali da identidade dela, a lésbica, por mais que ela se vista como homem, ela está com os peitos soltos, corresponde ali o nome que ela se chama, tal ela chega lá, ah meu nome é Neuza, pronto. Agora, vou eu lá onde meu nome é Letícia, mas na certidão lá tá outro nome, entendeu, aí complica, e no nosso caso é pior né, por nós sermos trans. (Letícia, outubro de 2016) (grifo nosso).

A abjeção dos corpos trans, que faz com que as pessoas cis não consigam classificar e enquadrar essas pessoas, também prejudica as suas oportunidades dentro do mercado de trabalho. A abjeção tem relação direta com a patologização das identidades trans, que por sua vez tem relação com a retificação do registro civil. Para Letícia, o fato de que pessoas trans não possam mudar os documentos de forma fácil é uma das principais barreiras para se conseguir um trabalho. Assim que

se descobre que é uma mulher trans ou travesti, são descartadas, porque segundo ela “as mulheres trans e travestis são associadas a tudo de ruim que acontece na noite” (Letícia, outubro de 2016). Por isso, a prostituição acaba sobrando como praticamente o único local laboral possível.

Daniela também namora um homem trans, que já trabalhou no mesmo local que ela. Nessa loja de departamentos, ela indica que a transfobia ocorria de forma muito sutil.

Não era uma coisa descarada, era uma coisa sutil, era implicância gratuita, tipo ‘tu esqueceu de fazer isso’. As pessoas cometiam o mesmo erro e não eram reprimidas. Uma vez eu liguei os caixas um seguido do outro e ela (gerente) gritou lá da gerência, gritou mesmo ‘Dani não é pra fazer isso que vai sobrecarregar o sistema’ e a minha supervisora foi lá e fez a mesma coisa no outro dia e ela não falou nada (Daniela, novembro de 2016).

Além disso, a loja não fornecia crachá com um nome social, então as pessoas trans que trabalharam lá tinham que usar uma fita em cima com o seu nome correto escrito. Essa loja já contratou no mínimo três pessoas trans, mas nunca se preocupou com a questão do nome social. O crachá do shopping em que ficava a loja, pelo contrário, era feito com o nome social das pessoas. Aqui vemos como em um mesmo ambiente, ainda há uma resistência por parte da incorporação total das pessoas trans, mas ao mesmo tempo há pequenas mudanças.

A proprietária que aluga a casa de Daniela e do namorado não sabe que ela e ele são pessoas trans, se ela soubesse, Daniela acredita que eles sofreriam com preconceito por parte dela também. Com isso, podemos perceber como a própria heteronormatividade opera em conjunto com a passabilidade, possibilitando que sejam vistos como um casal cis hétero e portanto não tenham complicações em relação ao aluguel de sua casa.

As entrevistadas não relataram somente casos de transfobia que ocorreram com elas, mas também com outras amigas trans. Letícia, que tem uma rede de amizades grande com outras mulheres trans e travestis conta o seguinte episódio:

eu tenho uma amiga que abriu um negócio, ela abriu um bar, um restaurante ela e o marido, enquanto ela estava só na cozinha o restaurante estava bombando, bastou uma vez ela sair pra fora, fazer uma linha lá fora com a outra que

chegou, fudeu, perceberam que era uma trans e não foram mais (Letícia, outubro de 2016).

Esse episódio demonstra como é delicado falar sobre meritocracia, especialmente no caso de pessoas trans. Mesmo realizando um serviço considerado bom e de qualidade, a partir do momento em que as pessoas sabem que há uma pessoa trans, há um afastamento.

Viviane, que trabalha em um salão de beleza, reafirma esse problema. Ela relata que as suas clientes constantemente estão falando mal de travestis e mulheres trans, sem saberem que estão sendo atendidas por uma. Entre os comentários jocosos estão o de que travesti faz bagunça, é 'encrenqueiro' e que são vetores de doenças. Ela acredita que se as clientes soubessem que ela é trans, de dez, apenas cinco voltariam. O discurso repetido pelas clientes de Viviane é novamente um discurso hegemônico reproduzido muitas vezes por meios de comunicação, de que travestis estão envolvidas em crimes e mesmo quando são vítimas acabam se tornando de alguma forma as vilãs das histórias (HARTMANN, 2014).

Apenas uma das entrevistadas, Zélia, ressaltou a ausência do Estado no combate a transfobia institucional, para além do preconceito de clientes e empresas. Ela acredita que deveria existir uma cota para as pessoas trans, pois "não existe um grupo tão discriminado e segregado quanto o público transexual" (Zélia, setembro de 2016).

4.4 ESTRATÉGIAS, LAÇOS MOBILIZADOS E PLANOS PARA O FUTURO

Os laços de solidariedade que mais se destacaram foram os de familiares, companheiros/maridos/namorados e de outras pessoas trans. As entrevistadas que possuíam boa relação com familiares, em geral, ressaltavam isso como um fator positivo que pesava também nas oportunidades de estudo e emprego.

Heloísa, por exemplo, acredita que se o pai pudesse mudar algo nela seria a sua transição, apesar disso, foi ele quem pagou a sua faculdade particular e hoje em dia eles mantêm uma relação mais próxima. Mas o pai não a ajudou a pagar os procedimentos da transição hormonal e outras cirurgias, quem a auxiliou nesse processo foi seu namorado de sete anos. Ela acredita que se tivesse sido expulsa de casa não teria como trabalhar ou estudar.

No caso de Mariana, ela tinha o apoio do pai, do irmão e da sobrinha, que é advogada e a ajudou no processo de retificação do registro civil. "O que eu vejo é que muitas meninas que não têm esse

apoio, acabam continuando na prostituição como alternativa, como única alternativa de sobrevivência, mesmo” (Mariana, setembro de 2016). Além do apoio de familiares, Mariana teve o apoio da comunidade Hare Krishna, que a ajudou com alimentação em épocas que ela precisava, em troca da manutenção do espaço do grupo. Mesmo com o apoio, ela acredita que por ter sido rechaçada na escola, ela entrou na prostituição como um ato de ‘subversão’.

Os laços que as pessoas mobilizam para encontrar trabalhos também dizem muito sobre as condições de empregabilidade das mulheres trans e travestis na região estudada. Guimarães (2012) nos mostra, em um estudo comparado, as circunstâncias de procura por um emprego em São Paulo, Paris e Tóquio. A grande diferença é percebida nos meios pelos quais as pessoas desempregadas buscam um trabalho, sendo as relações pessoais e agências privadas as mais citadas pelas pessoas em São Paulo e o amparo do Estado se destacando em Paris e Tóquio. Isso denota uma capacidade fraca do sistema público de amparar a busca por um trabalho por parte dos desempregados na área estudada no Brasil.

Na mesma pesquisa, Guimarães (2012) mostra que mesmo aqueles que buscavam empregos sistematicamente por meio de mecanismos institucionalizados do mercado tinham obtido o último trabalho por meio de suas redes de contatos pessoais. Na nossa pesquisa, não foi muito diferente, a maioria das entrevistadas encontrou trabalho por meio de amizades e família.

Um caso um pouco diferente foi o de Tatiana, que foi descoberta na casa noturna em que trabalhava por uma mulher que frequentava a boate e tinha um programa em um canal aberto local. Ela foi chamada para esse emprego, pois conseguiu se destacar muito no trabalho de *hostess*³⁸, cantando e dançando nas noites.

Das que conseguiram trabalhos por meio de amizades, Viviane é uma que indica que só conquistou o seu atual emprego por meio de amigos que possuem uma rede de salão de beleza, na qual ela fez um curso de quatro meses e onde atualmente trabalha. Por causa disso, ela acredita que se fossem outros donos, ela não estaria lá, e também se ela fosse uma trans mais “aparecente”, como ela expressa, não permaneceria trabalhando no local há tanto tempo quanto está. O “aparecente”, nesse caso, se refere a passibilidade, por ela parecer ser uma mulher cis, as clientes não desconfiam que na realidade ela seja uma mulher trans.

³⁸Recepcionista de bares, eventos, boates, etc.

Por possuir uma relação com a patologia e adequação das identidades trans, vamos desenvolver mais sobre passabilidade quando falarmos sobre patologia.

Outro laço a ser destacado é o da solidariedade entre pessoas trans. Apesar de algumas entrevistadas indicarem que muitas vezes há uma rivalidade forte entre mulheres trans e travestis, entendemos que nenhum grupo social está imune a ter divergências, assim não há a homogeneidade que muitos esperam. Não existe um sujeito político universal com as mesmas características, isso porque “prescrever uma identificação exclusiva para um sujeito constituído multiplamente, como todo sujeito é, é reforçar uma redução, é paralisia” (BUTLER, 1993, p. 116, tradução nossa).

Daniela conseguiu o atual trabalho como *freelancer*³⁹ de *bartender*⁴⁰ em uma boate de Florianópolis graças ao trabalho realizado pela ADEH. Por meio da organização, ela conseguiu fazer um curso e agora ela e mais outras cinco pessoas trans se revezam trabalhando no local, sendo uma a cada final de semana.

Além desse trabalho temporário, obtido por meio de um movimento organizado por pessoas trans, ela conseguiu o emprego anterior graças a uma indicação do namorado, um homem trans, que também havia sido indicado por outro homem trans. Fora ela, Letícia já foi faxineira para uma mulher trans e Zélia relata que a sua empresa já contratou uma mulher trans como funcionária.

4.4.1 Estratégias

Algumas estratégias são compartilhadas por um grupo maior de pessoas, não só pelas trans. Por exemplo, Viviane não tem o segundo grau completo, então no futuro ela pretende terminar o ensino médio e procurar por outros trabalhos que tenham como requisito esse nível escolar.

Outras estratégias, porém, que envolvem a própria transição de gênero e o mercado de trabalho, surpreendem. Zélia, por exemplo, tinha receio de transicionar e não conseguir uma ocupação dentro do mercado laboral, dessa forma, não fazer a sua transição também era uma estratégia. Durante a sua transição, Tatiana convidava outras travestis e

³⁹ Termo utilizado para definir profissionais autônomas/os

⁴⁰ A palavra *bartender* significa garçom, garçonete, ou empregado/a de bar que mistura e serve bebidas.

mulheres trans para fazer shows na casa noturna em que trabalhava, para acostumar os donos da boate com a presença de pessoas trans.

Heloísa é uma das que possui uma estratégia que nos aponta muito sobre a transfobia e o medo de sofrê-la. Ela cursou Naturologia sem ter interesse na área, escolhendo o curso pela seguinte justificativa:

fiz todo um estudo do que poderia causar menos preconceito pra mim sabe, tipo qual curso que teria menos homens, qual curso que estava no período que tinha menos gente na faculdade. Então, Naturologia era um curso que tinha à tarde, não tinha quase nenhum curso nesse período, e esse curso tinha muita mulher. Então. na verdade eu não fui por vocação eu fui por medo do preconceito das outras pessoas que estudavam lá, eu tinha medo disso, e assim eu me arrependi um pouco porque eu vejo, pelo quesito profissional, não pela experiência de vida, porque eu vejo que eu realmente não tenho vocação pra essa profissão, não é pra mim, eu não me identifico com nada em relação a essa profissão (Heloísa, setembro de 2016).

No lugar de Naturologia, ela teria feito Administração. Ela demonstra um amadurecimento com os anos, e diz que hoje não escolheria um curso por medo do preconceito. Quando Heloísa foi entrevistada, ela estava entregando currículos no centro de Florianópolis. Ela procurava por lojas que lidavam com moda e outras coisas ditas femininas, porque elas acabavam aceitando um pouco mais as mulheres trans e travestis. Essa estratégia é permeada pela noção da divisão sexual do trabalho e também do que é normal que mulheres façam. A percepção de ambientes masculinos e femininos de trabalho afetou tanto Zélia quanto Heloísa.

Assim como Zélia, que demonstra ser respeitada no seu ambiente de trabalho, apesar de ser um meio machista, Heloísa indica que no trabalho do pai todos a respeitavam, mas ela não sabe se isso ocorria por medo de que ela falasse algo para o pai e eles fossem demitidos ou não. Porém, Heloísa percebia que muitos homens se incomodavam por serem atendidos por ela (um garoto afeminado na época).

Uma outra estratégia que nos chamou a atenção foi a de Daniela, que ao ingressar na faculdade particular teve que conversar e explicar para cada professor da sua faculdade a sua questão. O que sobressai nessa história, porém, foi a estratégia de acionar o seu

advogado que "falou com a coordenadora e explicou a situação e aí ela criou um regulamento dentro da faculdade permitindo o uso do nome social partindo das faculdades federais que já é permitido, daí ela conseguiu" (Daniela, novembro de 2016). O mecanismo do nome social no Brasil, como mostrado no capítulo 2, parte de pequenas esferas, em geral públicas, para respeitar o gênero das pessoas (BENTO, 2014). Vemos aqui como esse mecanismo, por ter uma validação estatal em algumas de suas autarquias, é capaz de ser copiado também por instituições particulares, proporcionando pequenos, porém necessários, avanços para a população de pessoas trans.

4.4.2 Planos para o futuro

Percebe-se um isolamento das entrevistadas como trabalhadoras. Apesar de uma união do grupo em associações de pessoas trans ao redor do Brasil e de uma tentativa de projetos alternativos de inserção de pessoas trans no mercado laboral, quando se trata de suas ocupações, para além da prostituição, nenhuma das entrevistadas mencionou estar em alguma organização laboral/sindical de sua área⁴¹.

Notamos também como a ideologia do empreendedor de si faz sucesso entre elas. Três entrevistadas têm como plano para o futuro abrir o seu próprio negócio, isso pode demonstrar também como a responsabilização individual por um sucesso no mundo do trabalho é reforçada por meio desse discurso. Mesmo sendo empreendedoras, elas ainda estariam sujeitas à transfobia das outras pessoas, assim como o caso da amiga de Letícia que era dona de um restaurante.

Mudanças em curso

Daniela, 21 anos, se mudou do Maranhão para Florianópolis aos 18. Por ser jovem, não teve muitas experiências no mercado de trabalho ainda, mas as poucas que teve já nos dão pistas de pequenas mudanças nos últimos anos. O seu primeiro emprego foi em uma loja de departamentos, que ela conseguiu por meio de indicação do seu namorado, um homem trans, que também trabalhou lá.

Quando foi entrevistada para a pesquisa, havia sido demitida há um mês, sem muitas explicações. Atualmente trabalha como *freelancer* no bar de uma boate da cidade. Ela cursa Design em uma faculdade

⁴¹ Essa não foi uma pergunta feita durante a pesquisa, mas também não foi um tópico abordado pelas entrevistadas ao narrarem suas trajetórias laborais.

particular de Florianópolis e nunca conseguiu um estágio na área, ou por não preencher os requisitos da vaga, ou por concorrer com pessoas mais qualificadas.

Mariana quer investir na área holística, trabalhando com terapias alternativas, onde se sente contemplada. Gostaria de fazer alguns cursos que são caros e para isso uma de suas estratégias é receber pensão pelo falecimento do pai, já que agora, legalmente ela é uma mulher, então pode utilizar disso para pedir essa pensão já que o pai era militar. Ela disse que não pensava nessa possibilidade, mas que agora ela necessita de dinheiro, então decidiu investir nisso. Vemos aqui como o fato de ser mulher legalmente pode não ter ajudado ela a conseguir um emprego de fato, mas a ajudou em outra estratégia. Ela pensa em também montar um negócio.

Zélia pensa em abrir um restaurante ou um bistrô, mas por enquanto se contenta em cozinhar para amigos e familiares. Antes, quer crescer profissionalmente, adquirir respeito profissional e ser reconhecida em sua área. Heloísa é outra que gostaria de ter o negócio próprio, algo na área de moda, e diz que se tivesse dinheiro abriria uma loja de vestidos de festa. Agora, ela busca algo que seja compatível com a sua formação, porque ela acha que tem capacidade de render mais e seu emprego atual não lhe proporciona isso.

Tatiana não pensa em parar com o ativismo LGBT "não me nego a dar palestras, não me nego a nada, e faço isso gratuitamente porque eu acredito que é o meu papel social com a classe, que é o meu ativismo...". O sonho de vida dela é quebrar com paradigmas, com as caixas que as pessoas tentam enquadrá-la. Aqui ressaltamos como o seu desejo na realidade está em consonância com as críticas queer. A massoterapia é temporária e ao mesmo tempo ela possui um espaço de vida saudável, para o futuro ela gostaria de continuar trabalhando com arte, teatro, cinema. Ressaltamos a militância de Tatiana também, porque o trabalho, na nossa perspectiva, não se reduz a uma relação de produção, assalariamento, etc, mas também nesse engajamento no mundo, na mudança das subjetividades, dessa forma, a militância também é um trabalho.

Em 2017, Viviane deseja fazer um curso de cabeleireira. Mas pretende trabalhar na prostituição dois ou três dias por semana, ao mesmo tempo em que exerce as suas outras profissões. Ela foi a única entrevistada que demonstrou se sentir contemplada com a prostituição como ocupação laboral. Letícia tem planos de construir uma casa, ajudar o marido a fazer a cirurgia de mastectomia. Quando acabar o projeto

atual, demonstra preocupações com o futuro, pois não sabe o que vai fazer. Pretende fazer sua inscrição no programa de Microempreendedor Individual(MEI), porque segundo ela é algo que ajudaria na aposentadoria. Além disso, ela entende que por não ter estudado suas oportunidades são limitadas, mas gostaria de trabalhar com limpeza ou em uma agropecuária.

Se ela pudesse, ela também trabalharia em um projeto para que pessoas trans tivessem seus direitos garantidos e mais espaço para trabalho. Ela acredita que projetos que foquem apenas na capacitação são insuficientes, porque mesmo assim não há espaço no mercado de trabalho.

4.5 PATOLOGIA E JUDICIÁRIO

Das entrevistadas que citaram processos para retificação do registro civil, três já haviam feito e duas ainda estavam no processo. Dos processos, um se destaca, o de Daniela. Ela conseguiu concluir a ação sem a necessidade de entregar laudos feitos por especialistas médicos, endocrinologistas, psicólogos ou psiquiatras. Por essa ser uma das principais reivindicações do movimento de ativistas trans, esse é um dado importante para considerarmos quando pensamos nas possíveis transições sociais que estão ocorrendo. Tudo que Daniela precisou para comprovar que era uma mulher foi seu perfil em uma rede social, três testemunhas e o seu crachá do shopping em que constava seu nome social.

A patologização das suas identidades, além de ter relação direta com a retificação do registro civil, aparece também em suas vidas familiares. Heloísa afirma que

sempre fui muito afeminada desde criança, a minha família sempre me levou em psicólogo, o meu pai tinha convicção de que eu era doente, de que eu tinha uma doença mental, então dos sete aos 14 anos eu fui em tudo o que é psicólogo que tu possa imaginar na tua vida, em Florianópolis, em São José, em Biguaçu. O meu pai queria encontrar uma cura, ele achou que eu estava perturbada (Heloísa, setembro de 2016).

O último psicólogo a ajudou muito, ele falava que ela era uma borboleta dentro de um casulo, e que faltava tempo para ela se libertar. Ela acredita que ele conversou com o seu pai, porque depois disso ele mudou e esse foi o último psicólogo em que ela foi. Já a família de

Daniela a tratou algumas vezes como monstro, ela chegou a ser levada em psicólogo e em psiquiatra com intuito de cura, ela queria se tratar da depressão, mas os psiquiatras e psicólogos só pensavam em uma cura para a sua transexualidade.

Mariana conseguiu a retificação do registro civil após dois anos de espera, por meio da sua sobrinha que é advogada e entrou com o processo⁴². Mesmo após a retificação, ela fica reticente em relação ao trabalho, ela afirma que

é um momento atual do nosso país, eu achei que ia mudar muito, mas, então a questão é assim: existe o preconceito, mas existe também a questão é o mercado de trabalho dá prioridade para pessoas que já tenham uma experiência longa, que tem cursos preparatórios né, então, pra você hoje pegar um bom emprego é necessário realmente ter uma preparação e ter experiência na carteira, e como eu levava uma vida... sempre fui autônoma, independente, então, eu vi essa grande dificuldade (Mariana, setembro de 2016).

Além de levar em consideração a conjuntura atual do mercado de trabalho, de flexibilização das relações do trabalho, como demonstrado no capítulo três, devemos perceber como a marginalização laboral delas em virtude da patologização das suas identidades acarreta em outra dificuldade, a inserção quando não são mais jovens, já que delas é exigida a experiência de trabalho comprovada.

A prostituição como trabalho nas horas vagas

Viviane foi uma das mais sucintas ao tecer sua narrativa. O primeiro trabalho foi como *office boy*, ainda garoto, depois disso entrou para a prostituição onde permaneceu até 2015. Recentemente fez um curso de manicure e hoje exerce a profissão.

A prostituição foi a sua profissão por 22 anos, algo que ela gostava de trabalhar. Saiu da prostituição porque, segundo ela, hoje em dia há muitas drogas, bebidas e 'marginalismo' na área. Apesar disso, ela afirma que há um bom retorno financeiro na ocupação, mas que é

⁴² A princípio, acreditávamos que os processos se estabeleciam da mesma forma para todas as pessoas trans que buscassem a retificação do registro civil. Mas a partir das últimas entrevistas notamos que para cada pessoa é exigido um tipo de documentação diferente, dependendo do juiz ou juíza do caso.

preciso saber administrar.

Trabalhando na prostituição, ela morou no Paraná, em São Paulo, 18 anos na Itália e depois algum tempo na Suíça. Voltou ao Brasil por causa da crise, que acabou por afetar o movimento na prostituição.

Na prostituição, já sofreu agressão por parte da polícia "a gente apanhava muito, eles cercavam por aqui a Praça XV, a polícia acertava, não tinha como a gente sair, a gente apanhava, eles levavam a gente pro meio do mato, mandavam a gente nadar na praia do Campeche. É isso, todo mundo já fez essa denúncia, anos atrás e tudo, que na época era aquela lei, tem uma lei pra isso.. Vadiagem né, diziam que era vadiagem, não queriam ninguém depois das dez na rua".

Mesmo exercendo a profissão de manicure, Viviane ressalta o desejo de trabalhar eventualmente na prostituição, aos finais de semana, por exemplo, isso porque ela gosta da ocupação, mas não possui a mesma disposição para trabalhar nela como antigamente.

Outro ponto importante a ser considerado é a passabilidade. Como dito na seção sobre transfobia, Viviane indica que se fosse uma trans mais 'aparente' acredita que a maioria das clientes não retornaria. Letícia nos falou sobre duas amigas que sofreram transfobia também por não possuírem uma passabilidade cis.

Quando discutimos sobre passabilidade, estamos também falando sobre patologia e normatização. As normas de gênero devem ser seguidas mesmo por aquelas pessoas que fogem às designações de nascimento. Podemos resumir passabilidade como o faz Letícia Lanz (2014), "o quanto uma pessoa transgênera se parece fisicamente, se veste, fala, gesticula e se comporta de acordo com os estereótipos do gênero oposto ao que lhe foi consignado ao nascer" (LANZ, 2014, p. 129).

O tema gera grande discussão entre a comunidade de pessoas trans, e pode ser entendida também como ser reconhecida, pelo corpo social, como uma pessoa que está em conformidade com as normas de gênero (LANZ, 2014). Apesar da luta da população trans pela visibilidade de suas pautas, em muitos momentos o que as pessoas trans querem é passar despercebidas, isso porque, passar despercebida em muitos casos é não sofrer transfobia e conseguir manter seus trabalhos.

É importante na nossa pesquisa perceber como parecer trans ou parecer cis também influencia nas oportunidades de trabalho, como vemos nos casos de Heloísa, que é reconhecida como trans e Viviane

que possui uma passabilidade cis. As normas de gênero operam então a favor daquelas que conseguem se adequar a elas, às que não conseguem, as oportunidades se tornam mais restritas.

A passabilidade e a abjeção dos corpos das pessoas trans podem ser encaradas como duas faces da mesma moeda, das normas de gênero. A abjeção das pessoas trans pode ser vista também por meio da hipersexualização que sofrem. Mariana relata que constantemente homens a abordam no *Facebooke* quando descobrem que ela é trans acabam indo para uma esfera muito sexual, deixam o romantismo de lado, infelizmente é isso que acontece' (Mariana, setembro de 2016).

Tatiana descreve dificuldades por ter que explicar que realmente faz massoterapia e não programas, porque é a primeira coisa que as pessoas perguntam, "as pessoas te veem como um produto, como um objeto sexual". E isso, de acordo com ela, não parte somente de homens, mas também de mulheres cis. Assim como Zélia e Mariana, Tatiana ressalta a hipersexualização das mulheres trans e travestis, novamente reafirmando o seu local laboral vinculado às suas identidades.

4.6 TRANSIÇÃO SOCIAL, GERAÇÕES E RESISTÊNCIAS

Quando afirmamos que as entrevistas serviram como um quebra-cabeça nos referimos às suas histórias de vida e aos contextos compartilhados que nos dão uma dimensão das suas condições de empregabilidade. O momento atual em que vivemos é um desses fatores. Apesar de ainda haver uma resistência por parte do mercado de trabalho e do próprio Estado em acolher as demandas dessa população, vemos que aos poucos há uma pequena inserção em áreas que não a prostituição. Todas as entrevistadas dessa pesquisa, de alguma forma, demonstram como o assunto é mais debatido nos dias atuais, principalmente as informantes que possuem mais de 40 anos.

Mariana é uma das que percebem uma mudança, aos poucos, da visão do mercado de trabalho em relação às pessoas trans, e ela atribui isso ao ativismo das mulheres trans e ao feminismo. Zélia foi a que usou a expressão transição social, pois para ela começa a haver uma inclusão, considerando que agora vemos algumas pessoas na universidade que são trans e que aos poucos começam a se projetar na sociedade mulheres trans que não estão vinculadas à prostituição.

Letícia é outra que evidencia essas transformações. Ela nos informou que nos anos 1980 as mulheres trans não saíam na rua durante o dia, elas eram 'seres da noite' e isso ocorria por conta da aparência.

“As travestis daquela época eram bem diferentes das que são hoje, dessas novatas que estão caindo”. Ela deixa muito explícita em sua entrevista as diferenças que vê entre as gerações, e faz questão de afirmar que

se hoje essas novinhas conquistam isso é porque nós demos a nossa cara a tapa, porque pra isso acontecer tu tem que dar a tua cara a tapa, mudar. Porque é a mesma coisa, tipo assim, vou num estabelecimento hoje e uma pessoa falta o respeito comigo, eu tenho que ser educada pra dizer pra ela “olha, não é assim”. Se ela for uma pessoa legal, ela vai fazer com a próxima que vem, então isso mudou muito (Letícia, outubro de 2016).

Ela percebeu muitas mudanças na área da saúde, onde sempre a chamavam pelo nome de registro, mas que recentemente há uma educação voltada para essa área. Para ela, a ADEH ajudou muito nesse quesito em Florianópolis. As histórias de violência que Letícia relata que sofreu da polícia na cidade são as mesmas que Viviane contou.

Antigamente se a polícia pegasse nós não tinha o que argumentar, a polícia batia, hoje não, hoje você “não perai que eu tenho os meus direitos” hoje a polícia não te toca tanto. Só que eu quero te falar, deixar uma coisa bem clara pra ti, a gente tem que ver que tem estados, lugares e lugares. Por exemplo, Florianópolis se você for ver, não vê tanto caso de morte de travesti, mas você vê lá, em Goiás, São Paulo, todo dia tem um crime né! Então, eu estou falando de uma coisa da minha época de Florianópolis (Letícia, outubro de 2016).

Ela compreende que Florianópolis tem uma conjuntura diferente da de outras cidades, mas é difícil fazermos generalizações de como e porque as coisas ocorreram dessa forma aqui. O que sabemos é que os estudos que temos na cidade indicam que a ADEH surgiu justamente para combater esse tipo de violência na cidade (QUEIROZ, 2013).

Militância também é trabalho

Letícia trabalhou em dois serviços formais além da prostituição, foi camareira de hotel onde trabalhou por dois meses, durante a sua transição de gênero, e depois dois anos como doméstica, ao mesmo

tempo em que se prostituía.

Fez pequenos bicos de faxineira, mas com carteira assinada só trabalhou como camareira e diarista. Letícia ressalta que na época em que ela fez a transição a única oportunidade era a prostituição, hoje para ela é diferente "hoje tem meninas que estudam, tem várias outras oportunidades que eu não tive naquela época, que era só uma coisa, era prostituição e ponto".

Após 25 anos de idas e vindas na prostituição, ela parou definitivamente de trabalhar na área em 2015 porque não conseguia mais ir para a rua. A sua atual fonte de renda provem de um projeto onde ela entrega preservativos para prostitutas. Trabalhou mais ou menos durante vinte anos com projetos da ADEH, que eventualmente eram sua fonte de renda. Apesar de não colocar esses projetos como trabalho, compreendemos pelas colocações de Dejours (2004) que a militância de Letícia e seu tempo dedicado a essas questões configuram um engajamento de seu corpo no mundo, uma capacidade de reflexão e um saber-fazer, ou seja, é um trabalho.

Entre as entrevistadas mais novas, Daniela acredita que o tema transexualidade é mais falado hoje em dia do que no início da sua transição, aos 16 anos. Entre os exemplos que ela buscou estão Maite Schneider, Kim Petra e Roberta Close. Vemos como há uma mudança nas referências de pessoas trans também. Zélia comentou sobre as transições recentes e afirma que a transição de Laerte, aos 50 anos, uma personalidade que ela admirava, a fez ter mais coragem de tomar essa decisão.

4.6.1 Resistência

Ao mesmo tempo em que vemos transformações, também vemos resistências. O próprio fato da loja de departamentos em que Daniela trabalhava ter contratado pelo menos três pessoas trans, mas nunca ter pensado em uma política de inclusão mais ampla que envolvesse a questão do crachá, por exemplo, nos mostra que mesmo empresas e lojas que contratam essas pessoas podem pensar que o ato de empregá-las já basta.

Além das resistências por parte do mercado de trabalho e do Estado, há a resistência das entrevistadas, mas nesse caso é uma resistência que demonstra que elas estão ocupando outros espaços para além da prostituição e que estão sendo exemplo do grupo de pessoas

trans para as pessoas que convivem. Para Zélia, o fato de uma trans trabalhar no ambiente em que ela está é uma forma de militância.

Ela concedeu uma entrevista para um jornal grande e a princípio tinha se arrependido, depois repensou e chegou à conclusão de que "eu fiz isso por militância, por uma forma de demonstrar resistência, de demonstrar que as coisas estão mudando, que existem pessoas como eu que conseguem galgar posições, que conseguem se estabelecer" (Zélia, setembro de 2016). Ela diz que trabalha para que as pessoas mudem sua visão em relação às mulheres trans.

Letícia é outra que enxerga algumas resistências no mercado de trabalho. Uma amiga sua da enfermagem foi trabalhar em clínica particular e foi demitida por que as pessoas estavam incomodadas com uma trans atendendo elas. Ela diz que "ela é uma trans muito grandona, ela chama muita a atenção" (Letícia, outubro de 2016). Aqui vemos novamente a passabilidade como fator importante a ser levado em consideração quando refletimos sobre as suas condições de empregabilidade.

Tatiana se coloca como uma pessoa que trabalha para mostrar competência por toda a classe. Ela entende que a sociedade está mudando e que por causa disso outras portas podem se abrir para pessoas trans. Para muitas das entrevistadas, ocupar espaços laborais que não a prostituição significa não representar a si mesma, mas representar o grupo de pessoas trans, que embora seja distinto entre si, ainda é visto como um grupo homogêneo e, em geral, percebidas como pessoas marginais pelas pessoas cis.

4.7 TRABALHOS E CLASSES SOCIAIS

Segundo Butler (1993), a classe social pode ser compreendida como uma relação de exploração e também como um vetor de poder. Mas não podemos compreender a classe, assim como o gênero, a raça e a sexualidade isoladamente. Esses eixos de poder estão invariavelmente imbricados produzindo sujeitos políticos múltiplos e distintos, não havendo uma homogeneidade em grupos de identificação, apesar de a política de identidade ser muito importante.

O risco que corremos, segundo Butler (1993), ao enunciar esses eixos de poder como categorias distintas, é o de criar uma enumeração de vias de desempoderamento que não considera as encruzilhadas. Podemos compreender que a classe social sugere classes de indivíduos diferentes entre si e que são subordinadas umas às outras, dessa forma, pertencer a uma classe indica variedades e desigualdades sociais

(CODATO, 2009). Entendemos a classe social como uma condição econômica, mas também como uma posição dentro do espaço social.

Analisar o eixo trabalho nesta pesquisa é pensar também na classe social das entrevistadas. Das sete entrevistadas, a maioria não possuía carteira assinada e quatro trabalhavam por conta própria.

Nenhuma das entrevistadas dessa pesquisa era negra. Fator fundamental para entendermos classe social no Brasil. Das 16 indicadas para essa pesquisa, apenas duas eram negras, e nenhuma delas nos concedeu entrevista. O próprio número baixo de mulheres trans e travestis negras indicadas para a pesquisa pode demonstrar que entre as exceções, elas são mais raras, pelo menos no universo dessas pessoas em Florianópolis. Ou talvez essa impressão possa se dar por um viés da nossa seleção, apesar de que para a seleção de entrevistadas houve o cuidado de intentar diferentes entradas na tentativa de viabilizar nosso recurso metodológico da bola de neve. Como não existem dados sobre essa população em bancos de dados amplos, por exemplo, como seriam os do IBGE, nossa avaliação sobre as características de quem compõe essa população fica restrita a pesquisas de menor abrangência, como a nossa. Assim, não obstante essa ressalva sobre a consistência desse dado da raça, nas listas de possíveis entrevistadas elas compareceram em número muito menor, apesar das nossas tentativas de dar uma cobertura heterogênea a esse universo.

Acima de tudo, o rótulo de artista

Tatiana é artista e começou sua vida laboral, como garoto, fazendo teatro. Quando se mudou para Florianópolis, ainda jovem, surgiu uma oportunidade, em uma brincadeira, de se vestir como *drag queen*. Com o passar do tempo, participou de um concurso em uma casa noturna, onde trabalhou por 15 anos com carteira assinada. Foi durante esse trabalho que Tatiana se descobriu como trans.

Para ela "as pessoas sempre colocaram na frente de tudo o rótulo de artista, para depois a drag, a transexual, então pra mim as portas se abriram de forma diferente". Em 2001, por conta da personagem que ela interpretava como drag, foi chamada para trabalhar na televisão. Tatiana trabalhou na TV e no rádio por alguns anos, mas ao mesmo tempo trabalhou sempre na casa noturna, que era o seu emprego fixo.

Mas Tatiana sabe das limitações laborais para pessoas trans "se

eu for buscar um trabalho em um lugar, eu sei que eu não vou achar, um trabalho eu digo assim, um trabalho dito comum, normal, se eu quiser ser atendente de uma loja eu não vou conseguir, se eu quiser trabalhar no comércio eu não vou conseguir". Ela demonstra uma dificuldade em se provar a transfobia na busca por empregos, pois as desculpas sempre são vagas, como por exemplo 'não tem vaga', nunca deixando explícito que a rejeição se dá por causa do gênero da pessoa.

Atualmente, trabalha com massoterapia e escolheu essa profissão porque ela é muito espiritual e gosta de trabalhar com energia.

Mesmo com toda a qualificação que possui, Heloísa trabalha como atendente de cinema. Viviane trabalha como manicure, Mariana vendendo doces e roupas de brechó, Tatiana como massoterapeuta, Zélia em dois cargos de chefia, Letícia está temporariamente em um projeto social e Daniela como *freelancer* de *bartender*. Tirando Zélia, as ocupações das demais entrevistadas, ou são cargos considerados subalternos, ou ocupações instáveis, que dependem do público ou tem data para acabar. Mesmo que sejam as exceções entre as travestis e mulheres trans, pois atualmente não trabalham na prostituição ou só com a prostituição, vemos que há um limite para elas.

Ser a exceção muitas vezes começa em casa. Além de ter a faculdade paga pelo pai, Heloísa sempre estudou em escola particular. Ainda que tenha tido o apoio do pai e não pertencesse a uma classe social mais baixa, no momento em que Heloísa é reconhecida como travesti o local laboral designado para ela ou é relacionado a empregos femininos considerados 'subalternos' ou empregos que exigem baixa qualificação, no geral. Em seu caso, ela afirma que quando chega para uma entrevista de trabalho a expressão das pessoas muda, por isso, acreditamos que mesmo que ela consiga a retificação do registro civil, ainda assim ela poderá ter problemas, pois não possui uma passabilidade cisgênera.

A maior exceção dessa pesquisa, Zélia, imaginava uma realidade muito pior, onde sofreria muita discriminação e preconceito. O fator da classe social pesou muito em seu caso. Ela fez a transição frequentando os mesmos locais, como a academia por exemplo. Toda a bagagem educacional, cultural e a própria renda fixa que recebeu lhe permitiu não precisar trabalhar, o que fez diferença em seu processo de transição e aceitação.

Em relação ao mercado de trabalho, Zélia tem curiosidade de saber se conseguiria um trabalho apesar de suas qualificações. Podemos

contrastar essa história com a de Heloísa, que mesmo com pós-graduação só conseguiu funções consideradas por ela como baixas, e acredita que sem o estudo que tem, nem esses empregos teria conquistado.

Assim como Heloísa, os pais de Daniela pagam pela sua faculdade. Embora a auxiliem nesse aspecto, eles não a ajudaram no processo de retificação do registro civil. Mesmo pagando pela faculdade e mantendo uma mínima relação com a filha, ela afirma que a família ainda a vê como um ‘monstro’.

Quando adentramos o assunto prostituição, considerado como único local laboral possível para mulheres trans e travestis, temos posições distintas das entrevistadas. Das sete, três afirmaram já terem trabalhado na prostituição. Para Viviane, a prostituição é um hobby, ela afirma que estaria realizada trabalhando onde sempre trabalhou, na pista, mas que foi saindo desse trabalho por causa de doenças da família (vó e tia), que agora precisavam do auxílio dela.

Diferente dela, Mariana e Letícia, que também foram prostitutas, afirmaram desgostar da ocupação. Apesar de não gostar do trabalho, Letícia enfatiza que por meio dele, as meninas conseguem fazer cirurgias e ter uma situação financeira um pouco melhor, mesmo com a marginalização social, e tudo isso principalmente nos anos de juventude.

Apesar de nunca ter se prostituído na rua, uma das nossas entrevistadas, que diz não ser capaz de fazer isso, acha que poderia ter sido considerada como uma prostituta por um tempo, pois manteve um relacionamento durante um curto período com um ex-namorado somente porque ele lhe proporcionava coisas que ela não conseguiria por outros meios. Ou seja, ficou ‘vendendo’ a sua companhia em troca do que ele poderia dar, mas ressalta que nunca se prostituiu na rua.

As entrevistadas que nunca se prostituíram e que comentaram sobre o assunto, fazem questão de reafirmar que não se sentem melhores que ninguém por nunca terem sido prostitutas, mas que agradecem, pois acreditam que não teriam perfil para isso.

As nossas entrevistas, mesmo que poucas e com um público bem específico, mostram o problema de considerar esse como o local laboral para elas. Há mulheres trans e travestis que gostariam de exercer essa ocupação com o mínimo de segurança, mas há muitas que foram compelidas a estarem nessa situação sem o mínimo de auxílio ou de fato, escolhas. Sobre uma possível regulamentação da prostituição, Viviane afirma "se tivesse um bem pra gente, se assinasse carteira a prostituição, se desse saúde, com certeza, seria a melhor coisa que eles

iriam fazer... só que acho que eles não iriam defender a gente das agressões".

Em geral, conseguimos constatar que a classe social designada para uma travesti ou mulher trans é a classe mais baixa, de ocupações instáveis, com baixa renda e trabalhos precarizados. Mesmo que venham de famílias de classe média, média alta, que tenham um bom capital cultural, falem outros idiomas, tenham frequentado escola particular e feito faculdade, os cargos destinados para elas acabam sendo, em geral, empregos que não correspondem ao investimento feito por elas, como Heloísa e Daniela.

4.8 DEFINIÇÕES DE MULHER TRANS E TRAVESTI

Apesar de não ser o foco desse trabalho discutir sobre o que constituem suas subjetividades, essa foi uma questão que acabou perpassando as entrevistas. A pergunta que era feita ao final das entrevistas narrativas, era a seguinte: você se identifica como em relação ao gênero? Essa pergunta era importante por uma questão de respeitar suas auto-identificações. As respostas e suas explicações variaram bastante. Apesar de não pedirmos justificativas de porque se identificavam de tal forma, todas as entrevistadas sentiram uma mínima necessidade de explicar porque se identificavam ou como travesti ou como mulher trans/transsexual.

Zélia afirma que se sente tão mulher quanto outras. Ela fez muitos anos de terapia para se aceitar e ressalta que não é tratada como travesti, ao que perguntamos: o que seria ser tratada como travesti? Na análise de discurso devemos questionar a escolha de palavras, porque quando dizemos algo estamos deixando de dizer outra coisa.

Quando responde, surge a questão da classe social.

Eu acho que são tratadas com desrespeito. Porque existe uma coisa nesse país que está acima da questão de gênero até, e acho que acima da questão sexual, que é a questão social, eu acho que se você tem alguma posição social, as pessoas meio que te aceitam porque você tem alguma posição. Eu acho que de uma forma geral as travestis são um público... as travestis, transexuais, enfim, todas essas minorias que transgridem são os públicos mais discriminados, e a gente vê isso pela imprensa, a gente vê isso pelas políticas sociais. Eu digo, eu me considero uma pessoa que tá numa posição muito

confortável, mas isso não me torna insensível nem faz com que eu me ache melhor, eu sinto até um pouco de sentimento de culpa por eu ser privilegiada e por eu saber que tantas meninas passam por n dificuldades (Zélia, setembro de 2016).

Já Tatiana demonstra uma visão dos termos muito relacionada ao ativismo de pessoas trans.

Eu acho que é uma palavra (travesti) muito antiga, que caracteriza como travestir-se de, e eu não estou me travestindo de, eu estou vivendo como, e me identifico, então não estou fantasiada, eu estou colocando pra fora como eu sou. Então quando falam você é trans, você é drag, drag eu não aceito que me chamem, porque assim drag é minha profissão, foi uma época de uma profissão, é um trabalho que eu sei fazer. Mas, de trans ou travesti, eu sempre falo trans porque eu acho uma palavra mais bonita, sabe assim, uma palavra que se encaixa, de transgênero, de transgredir o gênero, de transpor o gênero né, vencer a barreira, que é uma barreira enorme a ser vencida de corpo de tudo mais, então eu gosto, me coloco como trans (Tatiana, outubro de 2016).

Viviane possui uma visão similar, para ela travesti seria um “tipo de homem que transveste de mulher e que no seu dia a dia é homem... Tipo foi o meu começo de transição, eu era uma travesti” (Viviane, outubro de 2016).

Mas outras entrevistadas já possuem uma visão diferente do termo. Letícia ressalta "quando se fala em trans e travesti, logo se vem aquela... é porque a ideia da trans, porque a travesti é uma palavra aqui do Brasil, a palavra trans vem aquela pessoas que são operadas, e a travesti não, a travesti traz um estigma muito ruim". De acordo com ela, hoje não se deveria falar mais travesti e sim mulher travesti.

Daniela percebe que a questão entre transexual e travesti é mais de autoafirmação, principalmente pelo estigma da palavra travesti. Ela se considera mulher trans, transexual, mas diz que se coloca apenas como mulher, sem adjetivos.

Algumas entrevistadas levantam a questão da autoafirmação como travesti ser uma questão política de posicionamento de classe e principalmente de localização, especialmente pela identidade ser brasileira. As diferenças entre as duas identificações estão muito mais ligadas aos arquétipos que cada uma carrega do que pelo conjunto de

possíveis normas que regeriam essas duas identidades. Afinal, compreendemos que não há uma essência em nenhuma categoria de sujeitos políticos, e não seria diferente com a de mulheres trans e travestis.

5 MOVIMENTOS SOCIAIS DE PESSOAS TRANS, TRANSIÇÕES E RESISTÊNCIAS

A necessidade de analisarmos esses documentos e a importância dos movimentos sociais de pessoas trans na luta por políticas públicas e conscientização do mercado de trabalho na Grande Florianópolis se dá porque "os movimentos sociais continuam importantes na definição do quadro político e das políticas públicas" (LEITE, 2012, p. 199). A autora utiliza como exemplo para essa afirmação os movimentos que surgem na Argentina durante a crise dos anos 2000 e os da década de 1980 no Brasil, mas compreendemos por meio das entrevistas, das análises dos documentos e da leitura de outros trabalhos que os movimentos de pessoas trans também são fundamentais no contexto estudado.

No próprio manual 'Promoção dos direitos humanos de pessoas LGBT no mundo do trabalho' (um dos documentos a serem analisados nesse capítulo) é reconhecida a importância dos movimentos LGBT: "sim, havia um silêncio em relação ao tema dos direitos LGBT, mas a luta histórica dos movimentos sociais ao redor do mundo está mudando essa situação" (p. 52).

A análise documental serve, como já foi citado, para avaliarmos o contexto sociohistórico de um determinado tema estudado. O contexto, como também já relatamos, é de um mercado laboral que ainda possui resistências por ser (cis)heteronormativo. Para além disso, as inclusões e transições que vem ocorrendo nos levam a acreditar que essas transformações não se dão sem uma luta social por trás, sem a emergência do assunto em um debate minimamente público e sem as demandas dessa população.

É importante ressaltar que consideramos a militância também como um trabalho das mulheres trans e travestis, principalmente a partir das colocações de Dejours (2004). A luta pela autonomia, pela despatologização das identidades trans e pela cidadania plena, que perpassa saúde, educação e trabalho, requer tempo, dedicação e uma transformação das próprias subjetividades.

Além de ser um trabalho, entendemos que o movimento de pessoas trans entra na disputa por espaço e por transformações no discurso e pensamento social. Inserir a pauta sobre trabalho e marginalização laboral das mulheres trans, travestis e homens trans é uma estratégia de empregabilidade. Nesse caso, os movimentos lutam para mudar as tendências do mercado de trabalho de não contratação e transfobia para que contratem elas por serem competentes e pela inserção da luta contra a transfobia dentro de suas empresas. O discurso

da competência aparece em alguns casos, como o de Zélia e Tatiana, que afirmam trabalharem com eficiência e dedicação não só por elas, mas por todas as mulheres trans e travestis. Isso ocorre porque elas são vistas como um grupo homogêneo de pessoas marginais, doentes e ‘encrenqueiras’, algo reafirmado pela entrevistada Viviane.

Outra estratégia diretamente relacionada à empregabilidade é trazer a discussão à tona dentro de âmbitos estatais. Inserir em documentos normativos, mesmo que esses não tragam mudanças efetivas, a discussão e o discurso sobre necessidade de inserção laboral, nome social e discussão de violências dentro da escola é uma forma de dialogar e de mostrar a vinculação desses temas no que concerne à cidadania trans.

5.1 BREVE HISTÓRICO DOS MOVIMENTOS TRANS NO BRASIL E EM FLORIANÓPOLIS

Mário Carvalho e Sérgio Carrara retratam um histórico interessante do movimento de pessoas trans no Brasil, a partir da emergência das categorias identitárias de travestis e transexuais. A organização dos primeiros grupos ativistas de travestis no Brasil teve relação direta com as políticas de enfrentamento à epidemia de AIDS e também contra a violência policial (CARVALHO, CARRARA, 2013). Em Santa Catarina, não foi diferente, como veremos mais adiante.

As organizações sociais de pessoas trans, que começaram com a associação das travestis para enfrentar preconceitos e discriminações, se deu muito por projetos financiados por órgãos governamentais, como por exemplo, o Ministério da Saúde (PERES, 2009).

A primeira casa de apoio a pessoas com HIV/AIDS no Brasil foi fundada pela travesti Brenda Lee, em São Paulo em 1984, sendo a maioria das acolhidas da casa travestis soropositivas e/ou vítimas de violência. (CARVALHO, CARRARA, 2013). Já a primeira organização propriamente ativista, para os autores, surge em 1992, a Associação das Travestis e Liberados (ASTRAL) no Rio de Janeiro, que emergiu da necessidade de respostas à violência policial contra as travestis na cidade (ibdem).

Em 1993, a ASTRAL organizou na cidade o primeiro Encontro Nacional de Travestis e Liberados, que passou a se chamar ENTLAIDS após algum tempo, com o slogan "Cidadania não tem roupa" (CARVALHO, CARRARA, 2013). Percebemos então como a discussão sobre cidadania trans já possui mais de duas décadas no país. Desde então, foram surgindo outras organizações e entre elas a ADEH.

Mas a organização de uma rede nacional que abrangeria ONGS de travestis e mulheres trans do país todo surgiu em 2000, na cidade de Curitiba, com a criação da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), que como indicado por Carvalho e Carrara (2013) possuía mais de 80 organizações afiliadas, o que a tornava a maior rede de travestis e mulheres trans da América Latina⁴³.

Como falamos, a ADEH possui os mesmos motivos de surgimento de outras organizações de travestis Brasil adentro. As travestis vinham sofrendo perseguições policiais na grande Florianópolis desde meados de 1992, então surge a ADEH, nesse mesmo ano, fruto de uma articulação política para combater as arbitrariedades e violências cometidas contra elas na Grande Florianópolis, mas passa a atuar de fato somente em 1993. (QUEIROZ, 2013). A proposta na época era agir em áreas como a social, jurídica, saúde e lutar contra comportamentos que fossem lesivos aos direitos humanos de todos os 'homossexuais' (ibidem).

No histórico feito por Queiroz (2013), o autor nos mostra que uma proposta feita por Clô, diretora da época e uma das criadoras da ADEH, de negociar junto aos policiais de Florianópolis, teria surtido efeito durante alguns meses de 1993, diminuindo a violência e a arbitrariedade da polícia, que voltaria a agir dessa forma em 1994. Em um dos trechos retirado de jornais da época, Queiroz (2013) destaca que as travestis eram retiradas das ruas do bairro Kobrasol por 'vadiagem, perturbação da ordem pública e atos obscenos' (QUEIROZ, 2013, p. 178).

Duas das nossas entrevistadas relataram terem vivido essa época. Viviane comentou sobre o uso do discurso da vadiagem para combater o trabalho realizado por elas na pista, e indicou que elas eram levadas até o Campeche⁴⁴, onde os policiais as faziam nadar no mar gelado. Vemos aqui como a criminalização das travestis estava diretamente relacionada ao local laboral designado para elas. Depois de cinco anos de inatividade, a ADEH voltou a funcionar em 1999 e em seu reinício atuava exclusivamente em prol das travestis da região (QUEIROZ, 2013)⁴⁵.

⁴³ Para um histórico mais completo do movimento de pessoas trans no Brasil e os conflitos entre as identidades travestis e transexuais ver: Carvalho e Carrara (2013).

⁴⁴ Praia da região sul de Florianópolis.

⁴⁵ Para aprofundamento da história e contexto da criação da ADEH ver: Queiroz (2013).

Cinco entrevistadas destacaram o papel ou da militância trans ou da instituição na cidade e em suas vidas. Uma das entrevistadas afirmou não conhecer a associação, Heloísa, que mora em Biguaçu. Dentre as outras entrevistadas, uma fez parte de um projeto de economia solidária da ADEH e outra ajudou a fundá-la.

Com o passar dos anos, as organizações de travestis no Brasil passam a incorporar outras bandeiras de luta (CARVALHO, CARRARA,2013), e uma delas é a luta pela inserção laboral que também faz parte da ADEH. Por perpassar a história de algumas das entrevistadas, e por ter sido importante no movimento de pessoas trans da cidade, decidimos destacar esse breve histórico da associação. Para além desses dois pontos, a ADEH é uma das instituições que foi responsável por produzir o documento da II Conferência LGBT em Florianópolis, ocorrida em 2015.

5.1.1 Movimentos e campanhas por trabalho

Dentro das iniciativas nacionais de movimentos de pessoa trans podemos destacar algumas. O Transempregos, por exemplo, foi um site criado por três pessoas trans com o objetivo de postar vagas que fossem exclusivas para pessoas trans ou que fossem amigáveis a essas pessoas.

O TransEmpregos é uma ideia original de um grupo de pessoas trans* preocupadas com a empregabilidade de travestis e transexuais no Brasil, um país em que, infelizmente, essa população ainda se encontra grande parte das vezes desempregada, precisando negar a própria identidade de gênero para encontrar um emprego ou mesmo, sendo obrigadas a trabalhar em empregos informais onde via de regra não são valorizadas. Dado que de forma geral, o empresariado não contrata essas pessoas, muitas vezes por preconceito declarado, velado ou por total desconhecimento do talento dessas pessoas, nós propomos que se observem essas pessoas pelo ponto de vista do quanto elas podem contribuir para uma empresa, com toda a força de vontade que possuem (TRANSEMPREGOS, [2013]).

No momento do término dessa pesquisa, o site estava em manutenção, mas até agosto de 2016 exibia apoio da Abrat (Associação Brasileira de Transgêneros), da Comissão de Atenção à Diversidade Sexual de Osasco, da Txai Consultoria e Educação e da Comissão da

Diversidade Sexual e Combate à Homofobia da OAB-SP. Vemos como instituições privadas e movimentos de pessoas trans atuam para colaborar com o site. A Txai Consultoria foi, inclusive, uma das organizadoras do manual 'Promoção dos direitos humanos de pessoas LGBT no mundo do trabalho', elaborado em 2014 e que será descrito melhor mais adiante.

Outra iniciativa interessante de ser destacada para essa pesquisa é a da ANTRA, que produziu uma campanha nesse ano (2017), em parceria com a Defensoria Pública do Estado de São Paulo e com a agência de comunicação *Léo Burnet Tailor Maide*, também da cidade de São Paulo, para questionar a não contratação das pessoas trans.

Foram produzidas duas imagens, na primeira está escrito "Um destes dois sanduíches foi preparado por uma transexual. Qual?" No final, em letras miúdas se lê "Você não viu diferença porque não tem diferença. A identidade de gênero não interfere na qualidade nem no resultado do trabalho de ninguém. Dê uma oportunidade a travestis e transexuais na sua empresa e ajude a acabar com o preconceito". A segunda imagem mostra duas apresentações feitas com o mesmo texto no final.

Figura1: Um desses sanduíches foi preparado por uma transexual. Qual?



Fonte: ANTRA, 2017

Figura 2: Uma destas apresentações foi feita por uma travesti. Qual?



Fonte: ANTRA, 2017

Novamente vemos o discurso sobre a competência no fazer⁴⁶ sendo reproduzido para sensibilizar o mercado de trabalho de que pessoas trans são capazes de realizar as mesmas atividades que uma pessoa cis, mas que para isso necessitam de uma oportunidade.

Em Florianópolis, a ADEH criou um projeto considerado pela Instituição como de economia solidária, com o objetivo de "produzir atividades que gerem renda e trabalho a partir de uma perspectiva colaborativa, solidária, participativa, auto-gestora e co-gestora" (ADEH, [201-]) principalmente para as pessoas trans.

Uma das nossas entrevistas, Daniela, participou do projeto e hoje trabalha como *freelancer* por meio do contato feito nele. As lacunas preenchidas por esses projetos são as que, em tese, deveriam ser cumpridas pelo Estado, por proporcionar os direitos básicos de todos os cidadãos e cidadãs.

Essas campanhas e projetos nos mostram algumas das iniciativas de pessoas trans para tentar combater a transfobia do mercado de trabalho e inserir algumas delas por meio de esforços coletivos. Alguns resultados já são percebidos, como o maior debate sobre a questão e algumas mudanças em legislações.

5.1.2 Políticas públicas de inserção profissional para pessoas trans

Na Grande Florianópolis não encontramos nenhuma iniciativa de política pública voltada para a inserção de pessoas trans no mercado de

⁴⁶ O discurso da competência aqui significa um trabalho bem feito, e não o discurso como modelo das competências, como denominado por Claude Dubar (GOMES, 2002).

trabalho. O primeiro programa desse tipo foi o projeto Damas da cidade do Rio de Janeiro, retomado em 2011⁴⁷. Mais recentemente, foi criado em São Paulo o Transcidadania, mesmo nome do programa que se originou depois em João Pessoa.

O 'Projeto Reinserção Social Transcidadania' de São Paulo tem como proposta "fortalecer as atividades de colocação profissional, reintegração social e resgate da cidadania para a população LGBTTT em situação de vulnerabilidade, atendidas pela Coordenadoria da Diversidade Sexual (CADS)." (TRANSCIDADANIA, [201-]). Ele é "destinado a promover os direitos humanos e a cidadania e oferecer condições e trajetórias de recuperação de oportunidades de vida para travestis e transexuais em situação de vulnerabilidade social" (TRANSCIDADANIA,[201-])e paga um valor mensal para que as participantes concluam a escolaridade básica e façam uma formação profissional.

Em Florianópolis, apesar de não vermos uma política pública voltada para a inserção de pessoas trans no mercado de trabalho, vamos notar como essa questão está presente nos planos de políticas LGBT da cidade, fruto de movimentos da cidade em parceria com comissões municipais. Uma das recentes transformações que ocorreram na cidade no que diz respeito às pessoas trans foi a lei nº 10.186 que dispõe sobre o uso do nome social e reconhecimento da identidade de gênero de pessoas trans no município.

Assim como as articulações entre patologização, transfobia e cisnormatividade são importantes para entendermos o local laboral das mulheres trans e travestis dentro do contexto estudado, é fundamental entendermos as articulações entre movimentos sociais, Estado e mercado de trabalho para percebermos como as lutas se dão para a inserção dessas pessoas, apesar dos entraves citados no início do parágrafo. Por considerar essas três esferas fundamentais, decidimos analisar os documentos a seguir. Eles mostram um envolvimento dos movimentos juntos às organizações estatais e privadas para a confecção de documentos normativos, que ajudam a perceber uma pequena transformação no discurso sobre pessoas trans, não suficiente para que haja a despatologização dessas pessoas, mas mostrando que há resistências também.

⁴⁷ Fonte: <http://www.cedsrio.com.br/projeto-damas-o-que-e.php>

5.2 ANÁLISE DOS DOCUMENTOS EM RELAÇÃO COM AS ENTREVISTAS E COM MOVIMENTOS SOCIAIS

Para Orlandi (2009) podemos definir os discursos de três formas: autoritário, polêmico e lúdico. O discurso autoritário seria aquele que suprime as diferenças, chamadas de paráfrases, e que esconde a posição do sujeito que enuncia o discurso. Já o discurso polêmico é aquele em que há polissemia, ou seja, há espaço para a diferença, a polissemia, que é um deslocamento, uma ruptura nos processos de significação, mas essa polissemia é controlada. No discurso lúdico, a polissemia está aberta.

Tende-se a produzir a dominância do discurso autoritário, sendo o lúdico o que vaza, por assim dizer, nos intervalos, derivas, margens das práticas sociais e institucionais. O discurso polêmico é possível e configura-se como uma prática de resistência e afrontamento (ORLANDI,2009, p. 87).

Todo discurso se faz então nessa tensão entre o mesmo e o diferente. Julgamos que o discurso das nossas entrevistadas é um discurso lúdico, que tenta romper com o discurso autoritário da medicina e do judiciário. Já os discursos contidos nesses documentos são discursos polêmicos, onde há polissemia, mas ela está contida.

Isso acontece por causa da posição de sujeito das travestis e mulheres trans. Devido à relação de forças, o lugar do qual fala um sujeito é constitutivo do que ele diz, dessa forma, um discurso de um sujeito que fala a partir do lugar do professor significa de forma diferente do que se fosse um aluno (ORLANDI, 2009). Compreendemos então que a posição de sujeito das travestis, devido às relações hierarquizadas da nossa sociedade, é um local de pouca ou nenhuma autoridade, por isso o discurso delas é o lúdico.

Os documentos selecionados foram: "I Plano Municipal de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros - LGBT de Florianópolis (1), que resumiremos como I Plano LGBT daqui por diante; 'II Conferência Municipal de Políticas Públicas e direitos humanos de Lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros – LGBT' (2) que será resumido como II Conferência LGBT e o manual 'Promoção dos direitos humanos de pessoas LGBT no mundo do trabalho' (3) que será chamado de Manual de Promoção dos Direitos LGBT.

Eles foram escolhidos por representarem documentos normativos do mercado de trabalho e do Estado que incorporam algumas das demandas das pessoas trans no discurso deles. Mesmo que não tenham causado uma mudança estrutural na forma como pessoas trans são consideradas dentro do corpo social, esses documentos têm uma contribuição a dar para a sociedade. Além disso, eles foram confeccionados também em diálogo com movimentos de pessoas trans.

5.2.1 Contextualização dos documentos

O I Plano LGBT foi confeccionado no ano de 2011 a partir dos indicativos retirados do Seminário de Enfrentamento ao Sexismo, Lesbofobia, Homofobia e Transfobia realizado naquele ano em Florianópolis, no auditório da OAB e no auditório da Fecomércio. Entre as organizações que fizeram parte da comissão de elaboração estavam a Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para a Mulher (CMPP), o Instituto de Diversidade Sexual da Grande Florianópolis (ROMA), o coletivo GOZZE e o Grupo de Apoio à Prevenção da AIDS (GAPA/SC). Ele foi dividido em onze eixos temáticos, dos quais utilizamos os eixos: violências lesbofóbicas, homofóbicas e transfóbicas; previdência social, trabalho e emprego; educação e nome social para incorporar neste trabalho.

O documento produzido pela II Conferência LGBT também realizada em Florianópolis, no Centro de Educação Continuada, foi confeccionado em outubro de 2015 e segue aguardando aprovação para se transformar oficialmente no II Plano de Políticas Municipais LGBT. Entre os participantes da sociedade civil que se encontravam na comissão organizadora estavam a ADEH, a Comissão da Diversidade Sexual da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/SC, o Grupo Acontece: Arte e Política LGBT, o Instituto Arco Íris, o Instituto ROMA, o Instituto Brasileiro da Diversidade Sexual (INBRADIS), entre outros movimentos e organizações que também estavam presentes. No resumo das deliberações da conferência ressaltamos a parte em que se lê "O debate também proporcionou a reflexão sobre a visibilidade trans no movimento". Nesse documento, os eixos estavam divididos em ações, órgãos responsáveis, parceiros, prazos e prioridade.

O manual de promoção dos direitos LGBT foi escrito pela OIT, UNAIDS e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e entre os colaboradores está a Txai Consultoria e Reinaldo Bulgareli, que também apoiam a iniciativa do Transempregos. O documento foi produzido considerando as opiniões

de ativistas LGBT, especialistas, sindicalistas, membros das agências das Nações Unidas, profissionais responsáveis pela gestão de pessoas e pessoas vivendo com HIV/AIDS. Esse documento tem como intuito aumentar os conhecimentos dos leitores e sensibilizar sua atuação profissional.

No início do manual, é ressaltada a dificuldade do acesso ao trabalho decente pela população LGBT. O trabalho decente, de acordo com a definição da OIT é um "trabalho adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, capaz de garantir uma vida digna" (OIT, UNAIDS, PNUD, 2014, p. 4). A ideia do manual perpassa o direito ao trabalho, que faz parte dos direitos humanos e que também precisa ser garantido às pessoas LGBT, não só acesso ao trabalho, como estabilidade e um ambiente amigável, com tratamento respeitoso.

A situação específica das pessoas trans é ressaltada no documento: "sem dúvida alguma, travestis e transexuais enfrentam uma dificuldade ainda maior ao serem excluídos/as das oportunidades de emprego ou ao vivenciarem o processo transexualizador quando já estão inseridos/as no mercado de trabalho." (p. 15). Não só nesse momento, mas nos dez compromissos finais indicados pelo manual, há uma atenção especial para a condição específica das pessoas trans.

Há ainda uma indicação pontual de que as organizações sindicais deveriam incluir as especificidades LGBT em sua agenda de trabalho e atividades de promoção dos direitos laborais, combatendo a discriminação. O mundo do trabalho é considerado então formado por empresas, sindicatos e pelos próprios trabalhadores e trabalhadoras.

O manual traz histórias de diferentes pessoas LGBT com perguntas e ideias de como trabalhar o tema no ambiente de trabalho. A história que se refere a uma pessoa trans é a de Alana, uma mulher transexual que faz sua transição aos 43 anos. Alana passa pelo processo transexualizador enquanto trabalha na empresa. O RH então não sabe como agir, e só lembram de casos de pessoas trans que fizeram entrevistas, mas que nunca foram contratadas, pois eram automaticamente excluídas.

A empresa então busca motivos para demitir Alana, mas como ela era uma excelente funcionária, nada se aplicava. A história tem um 'final feliz', com Alana sendo chamada para conversar com o RH e o seu gestor, contando sua história e expectativas, tendo seu crachá modificado e seu nome e identidade respeitada.

Há uma seção final voltada para reflexão pessoal e institucional. As perguntas são:

Quadro 4: Perguntas para reflexão pessoal e institucional

- 1 Você conhece na sua empresa algum/a travesti ou transexual?
- 2 Ela/e é respeitada/o pela empresa como travesti ou transexual?
Se sim, como? Se não, por quê?
- 3 Sua empresa tem conhecimento sobre a legislação referente à identidade de gênero?
- 4 Por quê as travestis e transexuais enfrentam discriminação?
Como mudar essa situação? Como você pode ajudar nessa mudança?
- 5 Como o RH atua pela não discriminação e inclusão de travestis e transexuais em processos de recrutamento e seleção? Se ainda não atua, o que poderia ser feito para criar um ambiente acolhedor e respeitoso para essas pessoas?

Fonte: OIT, UNAIDS, PNUD, 2014, p. 27

Essa história trata de um caso ideal, onde uma pessoa que já tem um trabalho e consegue ser reincorporada dentro da empresa após a transição de gênero, mas como percebemos por meio da pesquisa, o maior problema é daquelas que já transicionaram e não conseguem uma ocupação no mercado de trabalho, ou conseguem ocupações subalternas.

A seguir, analisamos os documentos a partir de eixos que perpassaram a nossa pesquisa e que têm destaque nesses documentos: escola, trabalho e cotas, nome social, transfobia e violências.

5.2.2 Escola

No I Plano Municipal, dentro do eixo oito, educação, há uma informação importante que indica que a resolução 132/2009 determina que as escolas da rede estadual de educação de Santa Catarina devem incluir, além do nome civil, o nome social de pessoas trans nos registros internos, como forma de respeito à cidadania e direitos humanos. A UFSC adotou uma resolução parecida em outubro de 2010. Apesar disso, é ressaltado no documento que essa medida é insuficiente, visto que a escola não oferece um espaço seguro para essas estudantes permanecerem lá e concluírem seus estudos iniciais.

Nas estratégias de ação desse eixo há um ponto específico voltado para travestis e transexuais, indicando a criação de um programa

de bolsas de estudos para incentivo a qualificação ou educação profissional, algo semelhante ao programa Transcidadania de São Paulo.

No documento da II Conferência LGBT, no eixo quatro, educação, vemos uma ação que salienta a elaboração de diretrizes curriculares que colaboram para a eliminação de violências sexistas, homofóbicas, bifóbicas, lesbofóbicas e transfóbicas no ambiente escolar. Outro ponto, agora específico sobre pessoas trans, diz respeito à criação de políticas de acesso, permanência e qualificação profissional para pessoas trans com mecanismos como bolsas de estudos, algo já visto no primeiro plano e que não foi implementado ainda na cidade.

No manual da OIT não há menção específica à educação, mas há uma insistência em valorizar o empreendedorismo das pessoas trans.

5.2.3 Trabalho e cotas

No eixo cinco, previdência social, trabalho e emprego do I Plano Municipal, ressalta-se a exclusão de pessoas trans em geral do ambiente escolar, vítimas de 'homofobia', e como consequência disso, acabam por serem excluídas da proteção trabalhista, pois acabam trabalhando na informalidade, sem carteira de trabalho assinada, ou na prostituição, profissão não regulamentada. Ainda é evidenciado o assédio moral que sofrem no trabalho.

Há apenas cinco estratégias de ação e gestão nesse eixo, nenhuma mencionando diretamente as pessoas trans, apenas uma observação abrangente "inclusão do jovem LGBT no mercado de trabalho".

No eixo dois, trabalho, do documento da II Conferência LGBT, agora há um ponto específico falando sobre implementação de reservas de vagas para a população trans, respeitando uma proporção mínima de 5% do número de funcionários na empresa, seja ela pública ou privada.

No Manual de Promoção dos Direitos LGBT há uma menção ao estabelecimento de metas para inclusão de pessoas trans em processos de seleção, realizando ações afirmativas para aumentar a participação dessas pessoas no mundo do trabalho. É interessante notar como se atenta muito nesses documentos sobre as necessidades de inclusão das pessoas trans por meio de cotas, algo mencionada pela nossa entrevistada Zélia.

5.2.4 Nome social

O eixo nove, nome social, do I Plano Municipal, aborda uma temática voltada especificamente para pessoas trans, demonstrando ser essa uma das principais reivindicações do movimento de pessoas trans, posto junto à cirurgia de transgenitalização.

É colocado que o constrangimento e a dificuldade em acessar serviços básicos como educação, saúde e assistência social são essenciais no exercício da cidadania. As três estratégias de ação e gestão desse eixo visam garantir o respeito ao uso do nome social em todos os serviços públicos da cidade, a criação de uma comissão para monitorar a implantação da política do nome social no município e a criação de cursos de capacitação para que professores da rede de ensino possam lidar com situações referentes às questões LGBT.

No documento II Conferência LGBT, no que diz respeito ao eixo um, saúde, encontra-se incorporada a discussão sobre o nome social, como primeiro item dos documentos, e que tenha especificada a orientação sexual e identidade de gênero em todos os documentos utilizados na rede municipal de saúde.

Há uma parte específica Manual de Promoção dos Direitos LGBT que trata sobre o uso do nome social em bancos, como exemplo dos avanços conquistados em âmbito legal no que diz respeito ao mercado de trabalho e os direitos LGBTs.

Minuta de acordo coletivo de trabalho de adesão, com ressalvas, à minuta de reivindicações da categoria bancária para convenção coletiva de trabalho – cct fenaban/contraf – 2013/2014 e de cláusulas específicas celebrado entre Banco do Brasil s/a, Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro, Federações e Sindicatos de Trabalhadores em Estabelecimentos Bancários Signatários – cláusula 43: nome social – O Banco disponibilizará em seus regulamentos internos o direito a utilizar nome social a todas as pessoas que utilizam nome distinto do registro civil, dentro da política de respeito à diversidade, para acabar com a discriminação a colegas LGBT. (OIT, UNAIDS, PNUD, 2014, p. 58, grifos do documento).

Como mencionamos anteriormente, recentemente foi aprovada uma lei sobre o uso do nome social para pessoas trans em Florianópolis, fruto das reivindicações e articulações dos movimentos LGBT da cidade. Essas informações corroboram a hipótese de Bento (2014) que diz que o nome social é um tipo de “gambiarra legal” que vai ganhando espaço com o tempo enquanto ainda não há a despatologização das identidades trans.

O exemplo de Daniela, que conseguiu com que sua faculdade criasse uma portaria a partir da portaria da UFSC, para que ela pudesse usar seu nome social, mostra a importância dessas leis e normas que dispõem sobre o uso do nome em autarquias que podem ser copiadas por entidades privadas.

5.2.5 Transfobia e violências

Analisar as definições de transfobia também são importantes porque nos fornecem ferramentas para avaliarmos como ela está sendo tratada pelas instituições, tanto públicas quanto privadas.

No I Plano Municipal a transfobia é definida como "rechaço específico em relação às pessoas travestis e transexuais." (p. 14). É destacado que a transfobia as coloca numa posição de vulnerabilidade, as excluindo de todos os espaços de convivência cidadã.

No eixo três do Plano, violências lesbofóbicas, homofóbicas e transfóbicas, encontramos estratégias de ação que mencionam: prevenção da violência por meio de campanhas informativas, promoção de instrumentos de denúncia e combate à homofobia institucional. O documento não cita transfobia ou lesbofobia institucional, e contém onze pontos de ação. Como os silêncios também devem ser ressaltados na análise de discurso, percebemos que mesmo no capítulo que fala sobre transfobia, não é citada a transfobia institucional.

Conseguimos perceber como as discussões e os discursos se transformaram nos últimos anos, sendo incorporados nos planos de políticas municipais e em manuais normativos como o da OIT.

O Manual de Promoção dos Direitos LGBT comenta sobre o combate à homo-lesbo-transfobia no local de trabalho e define a transfobia como “a aversão, discriminação e violência praticada contra as travestis e transexuais devido a sua identidade de gênero.”(p. 22). Indo além, o documento afirma que "práticas de discriminação, antes aceitas com naturalidade, agora são problematizadas e rejeitadas" (p.11), demonstrando as transformações pelas quais passam o mundo do trabalho.

5.2.6 Mudanças nos discursos e relação com a empregabilidade

Podemos notar pela breve análise desses eixos que os movimentos vêm pautando a discussão sobre pessoas trans e mercado de trabalho por meio de diversas frentes. Junto ao Estado e ao mercado de trabalho, por meio de iniciativas próprias (ex: Transempregos) e com discussões que abrangem o meio online, além do off-line.

Não podemos tirar necessariamente uma relação de causa e consequência entre a maior discussão desses temas e uma inserção de algumas mulheres trans em posições laborais para além da prostituição, mas podemos afirmar que há aos poucos uma disputa pelo discurso hegemônico sobre essas pessoas. De encrenqueiras, baderneiras e marginais, para pessoas que possuem uma identidade de gênero distinta e que são tão competentes quanto as pessoas cis para ocupar qualquer posição laboral.

A emergência desse discurso colabora, do nosso ponto de vista, em um contexto amplo, para as condições de empregabilidade das mulheres trans. Isso porque há um movimento que tenta dialogar com empresas para que elas compreendam as questões de identidade e transfobia, e para que elas tomem a frente e façam iniciativas que apoiem a contratação de pessoas trans. Nesse sentido, elas tentam combater a transfobia institucional, para que então, os contratantes percebam as possíveis qualificações dessas mulheres para além de suas identidades.

Podemos perceber essa estratégia principalmente no final do Manual de Promoção dos Direitos LGBT onde há dez compromissos que são baseados no Fórum Empresarial pelos Direitos LGBT, criado pela Txai Consultoria e Educação. Os compromissos tem subtópicos indicando como alcançá-los e notamos que em alguns subtópicos há menções específicas às pessoas trans.

Eles tratam de estabelecer políticas de não discriminação contra pessoas LGBTs com atenção especial para pessoas trans (1), realizar ações afirmativas para desenvolvimento da carreira dessas pessoas (2), desenvolver ações de capacitação que tenham também atenção especial às pessoas trans (3) e apoiar ações e programas que favoreçam o empreendedorismo de pessoas LGBT, mas com ênfase nas pessoas trans (4).

Junto ao Estado, fomentam discussões sobre saúde, nome social e cotas, fundamentais para uma empregabilidade maior delas. A discussão sobre saúde e nome social, como já ressaltamos diversas vezes, tem relação direta com a patologização dessas pessoas e a sua

alocação em uma determinada condição laboral marginal. As cotas, por sua vez, serviriam como um mecanismo de incentivo para a contratação dessas pessoas. Como Heloísa ressaltou, no serviço público eles não podem utilizar como desculpa a transfobia, uma vez que a pessoa passou no processo seletivo. Mas para que elas passem em processos seletivos é necessário que elas possuam qualificação, e é aqui que entra o fomento à educação para essas pessoas, e a criação de um ambiente escolar amigável desde a infância e adolescência, algo que nenhuma entrevistada relatou ter.

Por fim, percebemos a ascensão do termo identidade de gênero nos últimos anos, para ressaltar as diferentes experiências vividas pelas pessoas trans. Carvalho e Carrara (2013) destacam que o termo identidade de gênero emerge no movimento LGBT no início dos anos 2000, ao lado do conceito de orientação sexual. O termo serviu para consolidação da diferença identitária de pessoas trans de um lado, e LGB de outro (ibidem). Apesar de entendermos que o gênero envolve questões subjetivas e objetivas, a demarcação da diferença entre identidade de gênero e orientação sexual é fundamental para o movimento de pessoas trans lutar por pautas específicas da sua realidade.

No Manual de Promoção dos Direitos LGBT a identidade de gênero é relatada como uma "experiência individual do gênero de cada pessoa" (p. 21). O discurso da identidade de gênero como algo individual não corresponde às condições sociais desse grupo de pessoas, com diversas semelhanças, principalmente no que diz respeito às posições dentro do mundo do trabalho. Apesar de suas experiências subjetivas em relação ao gênero, a posição de sujeito dessas pessoas é bem delimitada.

O discurso individual, porém, ajuda na percepção de autonomia, de direito ao próprio corpo e, por fim, direito também ao trabalho. O I Plano Municipal define identidade de gênero a partir da indicação dos Princípios de Yogyakarta, que a define como “a profundamente sentida experiência interna e individual do gênero de cada pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído no nascimento, incluindo o senso pessoal do corpo” (p. 11).

Apesar de serem documentos longos, como o da II Conferência LGBT, notamos então a ascensão do discurso sobre aceitação da autonomia das pessoas trans sobre seus corpos, por meio do discurso da identidade de gênero, combate à transfobia e inserção laboral via cotas, programas de incentivo à educação e fomento ao empreendedorismo dessas pessoas.

Não pretendíamos aqui esgotar esses documentos, afinal compreendemos que a análise de discurso pode ter diversos desdobramentos. O objetivo era entendermos como as transformações dos discursos estão conectadas com as estratégias de empregabilidade das mulheres trans e posteriormente com algumas transições sociais que notamos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Produzir conhecimento a partir das entrevistas e análise de documentos é uma tarefa árdua e nem sempre fácil, ou realizável. Essa foi uma tentativa de produção dentro da Sociologia de uma pesquisa que desse outro status de sujeito para as entrevistadas, para que falássemos e produzíssemos conhecimento com elas e não apenas sobre elas.

O próprio título desse trabalho, transições e resistências, advém das inspirações que surgiram ao entrevistá-las. Zélia foi a primeira a falar que para elas vivíamos uma época de transição e que se considerava como um exemplo de competência dentro do mundo do trabalho. Além dela, Heloísa e Tatiana também se colocavam como competentes. Tudo se encaixou então na entrevista com Letícia, ao falar sobre as mudanças entre as gerações e o trabalho da ADEH. Vivemos um momento de transição social no que diz respeito às pessoas trans, mas com resistências por parte de outros grupos sociais ainda em aceitar essas transformações e inserir elas no mundo laboral para além da prostituição.

Quando as entrevistadas se afirmavam como exceções, nós compreendíamos, por meio da ideia de metáfora⁴⁸ da análise de discurso, que elas se colocavam também como uma resistência. Apenas o fato de existirem no mundo laboral, durante o dia, era uma resistência. Mesmo que a clientela não saiba que Viviane ou Daniela são mulheres trans, as pessoas que as contrataram sabiam e elas conquistaram uma vaga que tem sido negada para muitas delas.

Mas essas pequenas transformações não ocorrem sem uma luta social por trás delas. Essa disputa, em Florianópolis, se dá por meio de várias instituições, mas decidimos destacar a ADEH por seu protagonismo recente na articulação para a criação do ambulatório da Lagoa da Conceição, pelo seu histórico na cidade e por sua relação com algumas das entrevistadas.

Alguns outros apontamentos se tornam fundamentais nesse término de trabalho. O primeiro deles, que consideramos importante, é o de indicar que esse trabalho poderia ter abordado também a situação laboral dos homens trans. Pelo tempo de pesquisa e o nível de profundidade do mestrado, optamos por trabalhar somente com as mulheres trans e travestis, principalmente pelas informações de

⁴⁸ Metáfora na análise de discurso não significa uma figura de linguagem, mas sim a tomada de uma palavra por outra, significa 'transferência' (ORLANDI, 2003).

pesquisas prévias e levantamentos feitos que mostram que a maioria trabalha na prostituição, um local laboral que não favorece seu acesso à cidadania plena.

Acreditamos que uma cidadania plena dentro das nossas condições sociais perpassa acesso à educação, saúde, trabalho e segurança. A cidadania das pessoas trans, e nesse caso, especificamente das travestis e mulheres trans tem sido em grande parte negada. Diversas pesquisas falam da sua cidadania precária, da falta de acesso a serviços básicos de saúde e da previdência social. Enquanto hoje muito se discute no Brasil a reforma da previdência e a dificuldade futura que muitos cidadãos terão de se aposentar, a maioria das pessoas trans nem consegue contribuir com a previdência.

Além de constituir parte da cidadania, falar da escola e da saúde é fundamental porque também perpassa o acesso delas ao mundo laboral. Nenhuma instituição pode ser vista isoladamente dentro da esfera social, muito menos o trabalho. Para ter acesso a um trabalho, é preciso uma educação formal e é preciso um registro social. O registro delas, na maior parte das vezes, não corresponde ao seu nome social, que é o seu nome de fato. A autonomia de escolherem seu nome não lhes é dada, por isso a gambiarra do nome social, que surte alguns efeitos. O mecanismo, porém, não funciona automaticamente. É preciso que elas eduquem e repitam continuamente a necessidade da existência desse mecanismo.

No âmbito da saúde, em Florianópolis, foi criado o ambulatório da Lagoa da Conceição, bairro localizado na Ilha de Santa Catarina, que faz parte do território ocupado por essa cidade. Esse ambulatório, fruto de uma parceria da ADEH com médicos residentes em Saúde da Família, atende uma vez por semana especialmente as pessoas trans, que não apenas buscam acesso à hormonioterapia, mas também que se consultam por outras doenças que porventura tenham. Essa experiência é digna de nota, porque, apesar das mudanças no atendimento dentro da saúde indicado por duas entrevistadas, sabemos que elas ainda são vítimas de transfobia dentro do sistema de saúde, assim como em outros âmbitos.

A transfobia, que surge a partir da cisnormatividade e da patologização das suas identidades, também é a responsável por sua punição dentro das escolas, por fugirem das normas de gênero, e pela sua marginalização no mercado laboral. Lutar pela despatologização se torna então fundamental para um acesso a uma cidadania plena.

Apesar de esse ser um grande passo, que não ocorre apenas com a retirada da transexualidade dos códigos internacionais de doenças

mentais, outros passos na luta por uma cidadania fazem parte. A luta pela inserção laboral é uma delas.

Sabemos que mesmo utilizando a empregabilidade aqui na sua versão interativa, derivada das condições e tendências do mercado e também das condições pessoais dos e das que buscam uma ocupação, esse termo é compreendido no mundo empresarial largamente como uma responsabilidade individual. Podemos perceber isso quando fazemos uma busca sobre o termo, onde normalmente ele aparece como algo a ser buscado por cada pessoa, ressaltando características como “competência, idoneidade e relacionamentos” (MINARELLI, 1995).

O discurso repetido algumas vezes pelas travestis e mulheres trans sobre saber fazer com competência as atividades é muito forte, e reverbera mais ainda nas nossas entrevistadas. Por estarem, em geral, fora da prostituição (o local laboral designado socialmente para elas) é necessário que elas se destaquem e não errem, não somente por elas, mas porque a reputação de toda a classe de pessoas trans está em jogo. Então, elas adotam o discurso dessa competência do saber fazer para si e para os outros. Para além dessa competência, entendemos que na verdade elas formam uma resistência onde atuam. Seja na militância ou nos seus locais laborais considerados tradicionalmente como trabalho, ao mostrarem que cumprem as mesmas funções que uma pessoa cis, elas evidenciam que a prostituição não é um destino natural para elas.

Mesmo adotando o discurso sobre a tal competência e da resistência, elas permanecem, em geral, em empregos subalternos. Isso nos mostra que o gênero está intimamente conectado com a classe social, e que mesmo para aquelas que possuem escolaridade e uma família de uma classe social mais alta, as posições designadas continuam sendo em empregos vulnerabilizados, subalternos e por vezes sem muita segurança financeira e estabilidade.

Chama a atenção também, o fato dos laços mobilizados envolverem muito família, namorado/companheiros e outras pessoas trans, como citado anteriormente. As que contam com o apoio familiar ressaltaram que esse é um ponto que consideram muito importante no desenvolvimento de suas trajetórias laborais. Sem o suporte inicial da família, elas provavelmente teriam que sair de casa e trabalhar na prostituição, algo que não era desejado pela maioria. Uma das entrevistadas apontou que não transicionou antes por temer a reação do pai e achar que não encontraria outro trabalho a não ser a prostituição. Com os laços que foi construindo ao longo de sua carreira, a verba que recebeu após o incidente de trabalho, todo o acúmulo educacional, e por

fim, o apoio do marido, Zélia tem a história mais diferente entre as entrevistadas.

Vale ressaltar, novamente, que as entrevistadas dessa pesquisa se constituem como exceção dentro do grupo de mulheres trans e travestis por não estarem trabalhando na ou só na prostituição. Mas o que significa então ser a exceção? Como comentamos, Zélia possui a história mais diferente, junto de Tatiana. Apesar de Tatiana também ter uma trajetória laboral considerada bem sucedida, recentemente ter criado um espaço saúde e já estar investindo novamente na carreira artística, no momento da pesquisa ela estava trabalhando como massoterapeuta, e ela fez questão de ressaltar que não conseguiria um emprego dito “comum” como vendedora de lojas, por exemplo, além de apontar que em qualquer crise ela seria sempre uma das primeiras a ser demitida.

Mesmo demonstrando competência, o local designado para elas continua sendo de posições consideradas mais baixas na hierarquia laboral. Ser a exceção não significa necessariamente ser bem sucedida, mesmo com escolaridade alta. Significa conseguir outra ocupação laboral, que muitas vezes ainda tem um apelo considerado como feminino (manicure, vendedora, atendente, faxineira).

Por vezes, sua ocupação laboral também tem relação com a vida noturna. Letícia nos indicou que antigamente as mulheres trans eram seres da noite, o que continua majoritariamente como uma realidade, visto o número de mulheres trans e travestis na prostituição. Além disso, duas das nossas entrevistadas relataram trabalharem ou terem trabalhado em casas noturnas. A noite, então, continua como uma opção laboral para elas, e nesse caso, não é a prostituição.

O mercado de trabalho reifica as normas de gênero até mesmo quando as inclui em profissões ditas femininas, e que não condizem necessariamente com a sua formação. Para mudar isso, não basta apenas a aprovação do uso do nome social, é necessário uma transformação muito maior, que inclua uma luta contra a transfobia dentro das empresas, onde se insere as pautas dos documentos analisados. Isso porque, apesar da não mudança do nome no registro civil ser uma barreira no acesso ao trabalho, a passabilidade também é. Não é só no nome que as empresas reconhecem, mas nos corpos das travestis e mulheres trans.

As reivindicações dos movimentos de pessoas trans e também das entrevistadas é de que não há um local laboral que seja natural para elas, afinal, sua própria existência já mostra que nem mesmo o gênero o é, então sua alocação no mundo do trabalho também não deveria se dar por

uma suposta naturalidade de posições. A compulsoriedade da prostituição como ocupação para elas tem relação direta com os discursos que circulam sobre elas e com a hipersexualização de seus corpos.

O discurso (autoritário) que circula sobre mulheres trans e travestis envolve: local laboral único, fetichização, associação à noite, às doenças, à encrenca. Exemplos disso, entre as nossas entrevistadas, incluem Viviane e o caso das clientes transfóbicas, Letícia nos contando sobre sua amiga enfermeira que foi demitida por não ter passabilidade cis e Tatiana quando se assumiu trans, teve seu trabalho ameaçado e foi questionada se era transexual ou atriz.

Surge então o movimento organizado, novas teorias, mudanças e um discurso (lúdico) delas, que vai contra isso. As informantes desta pesquisa lutam dentro desse espaço e demonstram por meio de suas narrativas que estão percebendo as mudanças e que também estão dentro desse contexto de transformação, mesmo que não notem que fazem parte de um enfrentamento. Ainda há muito que ser mudado, como a própria participação de sindicatos, indicada pelos documentos normativos analisados e não mencionado por nenhuma das nossas entrevistadas, um dos silêncios que percebemos na análise de discurso. A demanda das mulheres trans e travestis por respeito dentro do ambiente de trabalho e para que suas pautas sejam acolhidas ainda não é de fato abraçada pelos sindicatos de suas áreas de trabalho, o que acaba as deixando ainda mais invisibilizadas dentro dos espaços que ocupam para além da prostituição.

As estratégias que mobilizam, de transição tardia, de indicar outras pessoas trans para trabalhos, de fortalecer seus laços de solidariedade, de escolha de profissões, de reivindicação do nome social, de lutar dentro da justiça por direitos, de engajamento em movimentos sociais, tudo isso faz parte de suas transições e resistências pessoais e coletivas.

As transições e resistências, então, não dizem respeito apenas à sua inserção laboral para além da prostituição, elas têm relação direta com uma reivindicação de acesso a uma cidadania plena, da qual o direito ao trabalho faz parte.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Laís. Desafios atuais da sociologia do trabalho na América Latina: algumas hipóteses para a discussão. De La Garza Toledo, Enrique (Compilador) **Los retos teóricos de los estudios del trabajo hacia el Siglo XXI**, 1999.

ADEH. **Economia solidária**. [201-]. Disponível em: <<http://siteadeh.wixsite.com/adeh/economia-solidria>>. Acesso em: 27 fev. 2017.

ADELMAN, Miriam; GROSSI, Miriam Pillar; GUIVANT, Júlia. A teoria feminista e as perspectivas de gênero na teoria social contemporânea: contribuições e debates. GROSSI, Miriam Pillar; LAGO, Mara C. de Souza; NUERNBERG, Adriano Henrique.(Org.). **Estudos in (ter) disciplinados: gênero, feminismo, sexualidade**. Florianópolis: Mulheres, p. 21-40, 2010.

ADELMAN, Miriam et al. Travestis e transexuais e os outros: identidade e experiências de vida. **Revista Gênero**, Niterói, v. 4, n. 1, p.65-100, jul. 2003.

AMARAL, Marília dos Santos et al. “Do travestismo às travestilidades”: uma revisão do discurso acadêmico no Brasil entre 2001-2010. **Psicol. Soc.**, [s.l.], v. 26, n. 2, p.301-311, ago. 2014.

AMARAL, Thiago Clemente do. Travestis, transexuais e mercado de trabalho: muito além da prostituição. In: seminário internacional enlaçando sexualidades, 3., 2013, Salvador. **Anais...** . Salvador: Grupo Enlace, 2013. p. 1 - 13.

ANDRADE, Daniela. **O que é ser mulher**. 2014. Disponível em: <https://www.facebook.com/danielasobrevivente/posts/307084836161766?hc_location=ufi>. Acesso em: 03 jul. 2016.

ANTRA. **Um destes dois sanduíches foi preparado por uma transexual. Qual?** 2017. Disponível em: <<http://www.nlucon.com/2017/02/um-destes-dois-sanduiches-foi-preparado.html>>. Acesso em: 01 mar. 2017.

ANTUNES, Ricardo. Anotações sobre o capitalismo recente e a reestruturação produtiva no Brasil. In: ANTUNES, Ricardo; SILVA, Maria A. Moraes. **O avesso do trabalho**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 13-25.

ÁVILA, Simone Nunes. **FTM, transhomem, homem trans, trans, homem**: A emergência de transmasculinidades no Brasil contemporâneo. 2014. 243 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. A diferença trans no gênero para além da patologização. **Periódicus**, Salvador, v. 1, n. 5, p.87-100, out. 2016.

BARBOSA, Bruno Cesar. **Nomes e Diferenças**: uma etnografia dos usos das categorias travesti e transexual. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

BARRERA, Daniela Calvó. **Integralidade e Cissexismo**: Uma revisão de artigos sobre atenção à saúde das pessoas Trans. 2014. 196 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

BENEDETTI, Marcos Renato. Toda feita: o corpo e o gênero das travestis. Editora Garamond, 2005.

BENTO, Berenice; PELÚCIO, Larissa. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. **Rev. Estud. Fem.**, [s.l.], v. 20, n. 2, p.559-568, ago. 2012

BENTO, Berenice. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

_____. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p.549-559, ago. 2011.

_____. O que pode uma teoria?: estudos transviados e a despatologização das identidades trans. **Revista Florestan**, São Carlos, v. 1, n. 2, p.46-66, nov. 2014.

_____. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. **Contemporânea**, Salvador, v. 4, n. 1, p.165-182, jun. 2014.

_____. **Brasil: país do transfeminicídio**. 2014. Disponível em
<http://www.clam.org.br/uploads/arquivo/Transfeminicidio_Berenice_Bento.pdf>. Acesso em: 19 jun 2016.

BOHM, Alessandra Maria. Os ' Monstros' e a Escola: identidade e escolaridade de sujeitos travestis. 2009.

BONASSI, Bruna Camillo et al. Mapped vulnerabilities, Located violences: Experiences of transvestites and transgender individuals in Brazil. **Quaderns de Psicologia**, [s.l.], v. 17, n. 3, p.83-98, 31 dez. 2015.

BONASSI, Bruna Camillo; HINING, Ana Paula Silva; FUCHS, Jéssica Janine Bernhardt. O silenciamento de quem grita: travestilidades em Santa Catarina. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DESFAZENDO GÊNERO, 2., 2015, Salvador. **Anais...** . Salvador, 2015.

BORBA, Rodrigo; OSTERMANN, Ana Cristina. Gênero ilimitado: a construção discursiva da identidade travesti através da manipulação do sistema de gênero gramatical. **Rev.Estud. Fem.**, p. 409-432, 2008.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. Mulheres e homens no mercado de trabalho brasileiro: um retrato dos anos 1990. **As novas fronteiras da desigualdade**: homens e mulheres no mercado de trabalho. São Paulo: Senac, p. 323-356, 2003.

BUTLER, Judith. **Bodies that matter**: On the discursive limits of "sex". Nova York: Routledge, 1993.

_____. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”*. In: LOURO, Guaciara Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

_____. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. CIDADE: Editora Record, 2003.

_____. **Deshacer el género**. Barcelona: Paidós, 2006.

_____. *Conceito cisgênero*. 2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/thayz.athayde/videos/vb.100001722897879/878301798903908/?type=2&video_source=user_video_tab>. Entrevista coletiva concedida por Judith Butler em 2015 após o I Seminário Queer.>. Acesso em: 28 fev. 2017.

CARVALHO, Evelyn Raquel. **“Eu quero viver de dia”**: Uma análise da inserção das transgêneros- no mercado de trabalho. In: VII SEMINÁRIO FAZENDO GÊNERO, 2006, Florianópolis. Anais... . Florianópolis: Ufsc, 2006.

CARVALHO, Mario; CARRARA, Sérgio. Em direito a um futuro trans?: contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, n. 14, p.319-351, ago. 2013.

CODATO, Adriano; LEITE, Fernando Baptista . *Classe social*. In: Heloisa Buarque de Almeida; José Szwako. (Org.). **Diferenças, igualdade**. 1a.ed.São Paulo - SP: Berlendis & Vertecchia, 2009, v. , p. 7-29.

CONNELL, Raewyn. **Gender: in world perspective**. 2. ed. Cambridge: Polity Press, 2009.

_____. *Transsexual Women and Feminist Thought: Toward New Understanding and New Politics*. **Chicago Journals**, Chicago, v. 37, n. 4, p.857-881, 2012.

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero: uma perspectiva global**. 3. ed. São Paulo: nVersos, 2015.

COSTA, Ronaldo Pamplona da. **Os onze sexos**: as múltiplas faces da sexualidade humana. Editora Gente, 1994.

CRPRS, Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul. **Nota Técnica do CRPRS acerca da produção de documentos psicológicos em situações de alteração/adequação de nome no registro civil e de procedimentos de modificação corporal de pessoas transexuais e travestis**. 2016. Disponível em: <<http://www.crprs.org.br/upload/others/file/6c19186c57ef302582397d32f69db5f4.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2017.

DEJOURS, Christophe. Subjetividade, trabalho e ação. **Revista Produção**, [s.l.], v. 14, n. 3, p.27-34, dez. 2004.

DE LAURETIS, Teresa. Tecnologias de gênero. In: DE HOLLANDA, Heloísa Buarque. **Tendências e impasses**: o feminismo como crítica da cultura. Editora Rocco, 1994.

DOMBOIS, Rainer. Trayectorias laborales em la perspectiva comparativa de obreros em la indústria colombiana y la indústria alemana. In: LULLE, Thierry; VARGAS, Pilar; ZAMUDIO, Lucero. **Los usos de la historia de vida en las ciencias sociales I**. Barcelona: Anthropos, 1998. p. 171-212.

ELDER JR, Glen H. Perspectives on the life course. In: ELDER JR, Glen H. **Life course dynamics**. Trajectories and transitions, 1968-1980. Ithaca and London> Cornell University Press, 1985.

EUROPE, Transgender. **Trans Murder Monitoring 2015**. 2015. Disponível em: <<http://tgeu.org/tmm-idahot-update-2015/>>. Acesso em: 28 fev. 2017.

FAVERO, Sofia. **Relato pessoal**. 2014. Disponível em: <<https://www.facebook.com/travestilidade/posts/168969076607049?match=YXNzaXN0ZW50ZSBzb2NpYWw=>>. Acesso em: 28 fev. 2017.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: A vontade de saber. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

FRANCO, Neil; CICILLINI, Graça Aparecida. Professoras trans brasileiras em seu processo de escolarização. **Rev. Estud. Fem.**, [s.l.], v. 23, n. 2, p.325-346, ago. 2015.

FRASER, Márcia Tourinho Dantas; GONDIM, Sônia Maria Guedes. Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 14, n. 28, p.139-152, ago. 2004.

GADOTTI, Moacir. **Escola cidadã educação pela cidadania**. 2000.

GAMSON, Joshua. As sexualidades, a teoria queer e pesquisa qualitativa. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. et al. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

GARCIA, Marcos Roberto Vieira. Dragões: gênero, corpo, trabalho e violência na formação da identidade entre travestis de baixa renda. São Paulo, 2007. Tese (Pós-Graduação em Psicologia Social). Universidade de São Paulo.

GAZIER, Bernard. Employability: the complexity of a policy notion. In: WEINERT, Patricia et all (Org.). **Employability: From theory to practice**, p. 3-23, 2001.

GILL, Rosalind. Análise de discurso. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 244-270.

GOMES, Maria Soledad Etcheverry de Arruda. **Empregabilidade nos tempos de reestruturação e flexibilização: Trajetórias de trabalho e narrativas de ex empregados do setor elétrico brasileiro**. 2002. 294 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

GRIP, Andries; LOO, Jasper; SANDERS, Jos. The industry employability index: Taking account of supply and demand characteristics. **International Labour Review**, v. 143, n. 3, p. 211-233, 2004.

GUIMARÃES, Nadya Araujo. A sociologia dos mercados de trabalho, ontem e hoje. **Novos Estudos - Cebrap** n. 85, São Paulo, 2009.

_____. A procura de trabalho: uma boa janela para mirarmos as transformações recentes no mercado de trabalho?. **Novos Estudos-CEBRAP**, n. 93, p. 123-143, 2012.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tupy Kurumin, 2006.

HARTMANN, Jennifer Morel. **Identidades trans* em pauta**: Representações sociais de transexuais e travestis no telejornalismo policial brasileiro contemporâneo. 2014. 70 f. TCC (Graduação) - Curso de Jornalismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. A divisão sexual do trabalho revisitada. In: MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena (Org.). **As novas fronteiras da desigualdade**: homens e mulheres no mercado de trabalho. São Paulo: Senac, 2003. p. 111-123

HORN, Carlos Henrique. Mercado de trabalho. In: CATTANI, Antonio David; HOLZMANN, Lorena. **Dicionário de trabalho e tecnologia**. Porto Alegre: Ufrgs Editora, 2006.

IBRAT. **Quem são os transhomens**. [201-]. Disponível em: <<http://institutoibrat.blogspot.com.br/p/saiba-mais-sobre-transhomens.html>>. Acesso em: 03 jul. 2016.

JANEIRO, Coordenadoria Especial da Diversidade Sexual do Rio de. **O que é o Projeto Damas**. [201-]. Disponível em: <<http://www.cedsrio.com.br/projeto-damas-o-que-e.php>>. Acesso em: 28 fev. 2017.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero**: conceitos e termos. 2012. Disponível em: <https://www.sertao.ufg.br/up/16/o/ORIENTAÇÕES_POPULAÇÃO_TRANS.pdf?1334065989>. Acesso em: 23 jun. 2016.

KULICK, Don. **Travesti: Sex, gender, and culture among Brazilian transgendered prostitutes.** Chicago: University of Chicago Press, 1998.

LALANDA, Piedade. Sobre a metodologia qualitativa na pesquisa sociológica. **Análise Social**, Lisboa, v. 33, n. 4, p.871-883, 1998.

LANZ, Letícia. **O corpo da roupa: A pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero.** 2014. 342 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

LEITE, Marcia de Paula. A sociologia do trabalho na América Latina: seus temas e problemas (re)visitados. **Sociologia&antropologia**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p.103-127, 2012.

LEMO, Ana Heloisa da Costa; RODRIGUEZ, Daniel Arbaiza; MONTEIRO, Vinícius de Carvalho. Empregabilidade e Sociedade Disciplinar: uma análise do discurso do trabalho contemporâneo à luz de categorias foucaultianas. **Organizações & Sociedade**, v. 18, n. 59, 2011.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p.541-553, 2001.

_____. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista.** Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. **Um corpo estranho - ensaios sobre sexualidade e teoria queer.** Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MARTENDAL, Laura. **Experiência(S) Profissionais(S)?** Relatos de mulheres transexuais. 60 f. TCC (Graduação) - Curso de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

MARX, Lan. **Travesti ou transexual? Qual a diferença?** 2016. Disponível em: <<http://transfeminismo.com/travesti-ou-transexual-qual-a-diferenca/>>. Acesso em: 03 jul. 2016.

MENDES, Natália. **O drama das pessoas intersexuais.** 2014. Disponível em: <<https://www.brasilefato.com.br/node/27282/>>. Acesso em: 27 fev. 2017.

MINARELLI, José Augusto. **Empregabilidade: O caminho das pedras.** São Paulo: Editora Gente, 1995

MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. *Sociologias*, [s.l.], n. 21, p.150-182, jun. 2009.

MISKOLCI, Richard; PELÚCIO, Larissa. "Fora do sujeito e fora do lugar: reflexões sobre performatividade a partir de uma etnografia entre travestis". In: 30º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 2006, Caxambu, MG. **Anais...** Caxambu, MG, 2006.

NÁDER, Fernanda Milne-Jones; OLIVEIRA, Lúcia Barbosa. **Empregabilidade: uma análise histórica e crítica. ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO-EnANPAD**, v. 31, 2007.

NERY, João W. **Viagem Solitária.** Memórias de um transexual 30 anos depois. CIDADE; Leya, 2012.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização. In: ANTUNES, Ricardo; SILVA, Maria A. Moraes. **O avesso do trabalho.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 199-235.

OLIVEIRA, Frederico. **Universo Trans: a militante Marcia Rocha.** 2013. Disponível em: <<http://direitoediversidadesexual.blogspot.com.br/2013/05/universo-trans-militante-marcia-rocha.html>>. Acesso em: 22 fev. 2016.

ORGIS, Guido; VOITCH, Talita Boros. **Grande Curitiba tem a 2.^a menor taxa de desemprego do Brasil.** 2015. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/economia/grande-curitiba-tem-a-2->

menor-taxa-de-desemprego-do-brasil-9o0biz07zs3pnqqvkvwbunnr>.
Acesso em: 25 abr. 2016.

ORLANDI, Eni P.. **Análise de discurso: princípios & procedimentos**. Campinas: Pontes, 2009.

PELÚCIO, Larissa. Na noite nem todos os gatos são pardos: notas sobre a prostituição travesti. **Cad. Pagu**, [s.l.], n. 25, p.217-248, dez. 2005

_____. **Abjeção e desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de AIDS**. Campinas: FAPESP, 2009.

_____. Subalterno quem, cara pálida?: Apontamentos às margens sobre pós-colonialismos, feminismos e estudos queer. **Contemporânea**, São Carlos, v. 2, n. 2, p.395-418, 2012.

PERES, Wiliam Siqueira. Cenas de Exclusões Anunciadas: travestis, transexuais, transgêneros e a escola brasileira. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz et al. **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Unesco, 2009.

PINO, Nádia Perez. A teoria queer e os intersex: experiências invisíveis de corpos des-feitos. **Cad. Pagu**, [s.l.], n. 28, p.149-174, jun. 2007

PLATERO, Lucas. La agencia de los jóvenes trans* para enfretarse a la transfobia. **Revista Internacional de Pensamiento Político: I Época**, Sevilla, v. 9, p.183-193, 2014.

_____. La transfobia también es una lucha feminista. **Viento Sur**, [s.l.], n. 146, p.55-61, jun. 2016.

POUPART, Jean. A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: POUPART, Jean et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008.

PRADA, Nancy Prada. Trabajos transexualizados: espacios laborales feminizados para las mujeres trans. In: ALAST, 2013, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Alast, 2013.

PRINS, Baukje; MEIJER, Irene Costera. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. **Rev. Estud. Fem.**, [s.l.], v. 10, n. 1, p.155-167, jan. 2002.

QUEIROZ, Igor Henrique Lopes de. Entre mortes, perseguições e emergências: A criação da Associação em Defesa dos Direitos Homossexuais da Grande Florianópolis através das páginas jornalísticas. **Emblemas: Revista do Departamento de História e Ciências Sociais - UFG/CAC**, Goiânia, v. 10, n. 2, p.167-180, dez. 2013.

RODRIGUES, Marlene Teixeira. Prostituição e feminismo: uma aproximação ao debate Contemporâneo. In: FAZENDO GÊNERO, 10, **Anais...** . Florianópolis, 2010.

SÁ, Léo Moreira. **Visibilidade Trans: entrevista com Daniela Andrade**. 2015. Disponível em: <<http://ponte.org/visibilidade-trans-entrevista-com-daniela-andrade/>>. Acesso em: 22 fev. 2016.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, [s.l.], v. 1, n. 1, p.1-15, jul. 2009.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

SANTOS, Cristiane Caetano dos. O ser Drag e o viver Queen: Estereótipos e configuração do artista performático em Maceió. In: REDOR, 18., **Anais...** . Recife: Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2014.

SANTOS, Matheus Araujo dos. Abjeto em disputa: dissidências ou não entre Bataille, Kristeva e Butler. In: COLLING, Leandro; THURLER, Djalma (Org.). **Estudos e políticas do CUS: Grupo de pesquisa Cultura e sexualidade**. Salvador: Edufba, 2013. p. 61-85.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para os estudos históricos. **Educação e Realidade**, v. 16, n. 2, p. 5-22, 1990.

SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO. **Boletim regional do mercado de trabalho catarinense**. 2013. Disponível em: <<http://www.sst.sc.gov.br/sine/arquivos/BOLETIM-REGIONAL.Florianopolis2013.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2016.

SORJ, Bila. Sociologia e trabalho: mutações, encontros e desencontros. **Rev. Bras. Ci. Soc.**, [s.l.], v. 15, n. 43, p.25-34, jun. 2000.

SILVA, Elizabeth Farias da; NOPES, Adriane; BAO, Carlos Eduardo. A Engenheira, Ainda Uma -Variável Incógnita-, Apesar de Tudo!. **Revista Ártemis**, v. 20, p. 92-101, 2015.

SILVA, Hélio. **Travesti: a invenção do feminino**. 2012.

TERRA, Leticia Muñiz. Carreras y trayectorias laborales: una revisión crítica de las principales aproximaciones teórico metodológicas para su abordaje*. **Revista Latinoamericana de Metodología de Las Ciencias Sociales**, [s.l.], v. 2, n. 1, p.36-65, ago. 2012.

TORRES, Marco Antônio; PRADO, Marco Aurélio. Professoras transexuais e travestis no contexto escolar: entre estabelecidos e *outsiders*. **Educ. Real.**, [s.l.], v. 39, n. 1, p.201-220, mar. 2014.

TRANSCIDADANIA. **Projeto Reinserção Social Transcidadania**. [201-]. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/trabalho/cursos/operacao_trabalho/index.php?p=170430>. Acesso em: 27 fev. 2017.

TRANSEMPREGOS. **Sobre o site**. [2013]. Disponível em: <<http://www.transempregos.com.br/sobre/>>. Acesso em: 22 fev. 2016.

XIBERRAS, Martine. **As teorias da exclusão social: para uma construção do imaginário do desvio**. Lisboa: Instituto Piaget, 1993.

CORPUS

COORDENADORIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **II Conferência Municipal de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais E Transgêneros – LGBT**: “Por um Brasil que criminalize a violência contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros”. Florianópolis: 2015.

COORDENADORIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **Plano Municipal de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros – LGBT Florianópolis / Santa Catarina**. Florianópolis, 2011. Disponível em: <http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/29_04_2014_17.30.01.4274f16b46ed57c9fe500e14f875d815.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2017.

OIT; UNAIDS; PNUD. **Promoção dos Direitos Humanos de pessoas LGBT no Mundo do Trabalho**: Projeto “Construindo a igualdade de oportunidades no mundo do trabalho: combatendo a homo-lesbo-transfobia”.. [s.l.]: 2014. Disponível em: <http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/gender/pub/manual_completo_direitoshumanoslgbt_1153.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2017.